

UTAD

História de Portugal da Fundação da Nacionalidade à
Independência do Brasil

Para uso docente

26-09-2018

PRÉ-HISTÓRIA

Comumente definida como o período do desenvolvimento da humanidade, desde os seus primórdios até ao surgimento da escrita.

Divide-se em dois grandes períodos:

1. **A Idade da Pedra**, que se subdivide em 3 fases – a. Paleolítico; b. Mesolítico; c. Neolítico
2. **A Idade dos Metais**, também subdividida em 3 fases - a. Calcolítico; b. Idade do bronze; c. Idade do ferro.

Paleolítico foi um termo criado por J. Lubbock (1865) que caracterizava o período da pedra antiga, ou Pré-história Antiga. O Paleolítico não se define, como normalmente se afirma, pelo período de pedra lascada. Corresponde, sim, ao tipo de sociedade humana que observamos durante esse período o qual se apoia em economias baseadas na caça e na pesca ou seja, em processo de depredação e recoleção da natureza .

A Pré-história Antiga vai terminar, exatamente, quando o homem passa a produzir os seus bens alimentares, iniciando a agricultura, a pastorícia e a domesticação. O homem deixa de exercer uma economia recoletora e passa a uma economia produtora.

Porque se deu esta transformação? Possivelmente pela passagem da Idade Glaciar (*Phistocénico*) para o *Holocénico*.

Quando terá começado o género humano? Esta foi uma das primeiras questões que se colocou aos historiadores.

Um dos avanços mais significativos para responder a esta questão foi a descoberta da datação pelo radiocarbono.

Datação pelo radiocarbono

Todos os compostos orgânicos contêm dois componentes que são fundamentais para a vida. São eles o carbono e o hidrogénio. Aparecem sob a forma de 3 isótopos C12, C13 e C14. O último destes isótopos (C14) é radioativo enquanto que os dois primeiros são estáveis. A este último chama-se radiocarbono. O radiocarbono devido à ação da radiação cósmica, forma-se constantemente nas altas camadas atmosféricas, onde se combina com o oxigénio constituindo moléculas de dióxido de carbono radioativo, as quais se dispersam rapidamente pela atmosfera.

Como o C14 é um isótopo radioativo, o seu núcleo (instável) desintegra-se e transformando-se num núcleo de azoto pela emissão de uma partícula *Beta* – e de um antineutrino

C14 --→ N14 + B- + V-

No caso do C14, taxa de caimento radioativo é caracterizado pelo período de 5730 +-40 anos. Existe um balanço de equilíbrio entre a taxa de caimento do radiocarbono. Os organismo, todos eles, tem um teor fixo de radiocarbono correspondente à quantidade total de carbono que entra na sua composição. Quando um organismo perde a vida o seu teor em radiocarbono começa a descer devido à desintegração radioativa a qual se efetua a um ritmo determinado. É possível calcular, tendo como base a taxa de caimento, o intervalo de tempo que vai desde o momento da morte até ao momento da análise. Em 1960 foi atribuído o Nobel ao criador deste processo de datação por radiocarbono – Libby.

Nem todos os historiadores concordam com o momento em que se dá o surgimento da espécie humana, pelo que a datação precisa do Paleolítico é algo difícil de se fazer. Alguns colocam o início com o surgimento de vestígios de utensílios (aproximadamente 2 milhões e 600 mil anos) de seixos vulcânicos talhados que aparecem em Hadar [território do Afaretiópe]. *Homo faber*

1 milhão de anos mais tarde se encontram o mesmo tipo de vestígios na África oriental subsariana (Etiópia). Aí evolui para o *homo erectus* e esta condição erecta é talvez a responsável pela «primeira diáspora» da História da Humanidade, que leva os homens da Pré-história até à Europa

O povoamento da Europa não foi contínuo nem correspondeu a uma população estável. Os ajuntamentos populacionais em pequenos grupos «familiares» vieram para a Europa e voltaram para África, quer porque não se adaptaram ao clima das 4 estações quer porque esse clima não era propício a uma regularidade de vegetação nem fauna. A Europa esteve durante milhões de anos desabitada. Os vestígios mais antigos de habitações na península encontram-se no vale do Tejo e do Sado e na região de Foz Côa.

Que caminho usaram para chegar à Europa [Portugal] ?

Existem 3 teses:

- a. Pelo Mar Vermelho - da África para a Península Arábica;
- b. Pelo istmo sicilo-tunisimo
- c. pelo istmo hispano-marroquino

Tradicionalmente o Paleolítico é dividido em 3 momentos:

1. Inferior ou Antigo

2. Paleolítico Médio

3. Paleolítico Superior

O Paleolítico Inferior

O BIFACE ou *MACHADO DILUVIANO* ou *COUP –DE- POING* foi o mais conhecido instrumento de toda a pré-história, e representa o protótipo, em pedra lascada, do instrumento que servia como ferramenta polivalente. Foi muito frequente na Península Ibérica

Existiram duas indústrias na Europa no período do Paleolítico inferior: Abbevillense – mais antiga e Acheulense – mais recente.

O Abbevillense encontra-se mal representado no território nacional. Contudo, o mesmo não acontece com a Acheulense. A primeira atribuição ao Achelense data de 1880 referentes às indústrias líticas descobertas na Mealhada. Mais tarde surgem muitos vestígios nas praias fluviais ao longo do rio Tejo.

Deve-se a Henri Bruil e Georges Zbysewski os primeiros estudos mais sistemáticos e completos sobre o Paleolítico inferior no nosso território. Estes pesquisadores identificaram seis áreas distintas onde surgiram artefactos líticos com diferentes especificidades: 1. Litoral norte e centro; 2. Área de Peniche até Cascais; 3. Arredores de Lisboa; 4. Zonas fluviais do interior sul; 5. litoral da península de Setúbal e Baixo Alentejo; 6. Litoral algarvio

É no período do Paleolítico que surge a arte rupestre. O achado mais importante da arte rupestre na europa surge em Portugal, recentemente, com o conjunto de gravuras ao ar livre no Vale do Côa. Surgem ao longo de 18km gravadas nas paredes de xisto do vale.

Relativamente a exemplos de arte móvel surgem poucos exemplares na Península Ibérica: existem duas estatuetas femininas – “vénus” – que apareceram uma em Setúbal, feita em sílex, e a outra no Escoural feita em osso.

Surge, ainda, uma plaqueta, com gravações pouco nítidas, descoberta na gruta do Caldeirão em Tomar

Outros instrumentos de pedra lascada foram aparecendo ao longo do Paleolítico:

Pontas de lança e dardos (Paleolítico Médio)

Pontas de flecha (Paleolítico final e Mesolítico)

O Mesolítico

O Mesolítico inicia-se com o *Holocénico* que surge após o último glacial e inicia, assim, uma nova fase geológica. Este período corresponde ao momento de transição das sociedades recolectoras (predadoras) para as sociedades produtoras

A passagem de uma etapa a outra deve ser entendida regionalmente.

Em Portugal (9000 a 4000 a.C.) o pós-glacial caracteriza-se por alterações na paisagem criando um ambiente que ia alterando. Durante os primeiros milénios o Holocénico não estabilizou, sofrendo frequentes mutações. O fim do período glacial traz um aquecimento generalizado da superfície da Terra, no hemisfério norte. Os glaciares derretem aumentando o volume de água nos oceanos. O degelo criam graves alterações climáticas que irão dar origem a uma Europa mais húmida. Os leitos dos rios criam margens inundadas, surgem lagos, pântanos, terrenos alagados propícios ao desenvolvimento de animais e plantas. Estas alterações criam um ecossistema dos mais ricos do planeta em biomassa. Esta riqueza estava disponível para os caçadores-recolectores que dele souberam tirar o melhor proveito.

O homem deste período instala-se no litoral ou nas margens dos grandes rios, mais ricos em espécies vivas, e onde a sobrevivência era mais fácil. A última geração dos caçadores-recolectores-pescadores vão explorar extensivamente o meio onde se encontram. Em Portugal, os **Concheiros** são as comunidades mais importantes do Mesolítico situadas no vale do Tejo e no Vale do Sado, onde foram encontrados vários artefactos de adorno pessoal constituindo uma indústria microlítica conhecida por *Languedocense*. Os artefactos microlíticos não ultrapassam os 40mm e têm uma espessura até 4 mm - lâminas, lascas, lamelas, machados, instrumentos em osso, búzios e vértebras de peixe perfurados.

Neolítico

Dá-se um momento em que os grupos humanos iniciaram um novo tipo de relações com o ambiente. A prática recolectora tornara-se difícil dada a progressiva escassez de animais de caça. O homem olha a natureza e percebe-lhe o ciclo, a renovação da vida, quer por novas gerações de animais quer pelo renascer das variadas espécies vegetais: as árvores voltam a dar os frutos, na estação certa, os cereais voltam espontaneamente, as crias de lebres, coelhos, galinhas surgem em ninhadas, as ovas dos peixes eclodem em cardumes de jovens peixes. A aprendizagem deste ciclo deve ter acontecido de forma gradual. O certo é que os homens recolectores dão lugar a um novo homem, que vai ensaiando um tempo de espera e antevisão:

- espera pelas colheitas;
- momento certo do abate;
- criação de animais.

O termo Revolução associada à passagem do homem do Mesolítico para o Neolítico foi usado por Gordon Childe, contudo, foi um termo que foi abandonado porque a alteração não foi abrupta nem revolucionária. O homem neolítico passou gradativamente a evoluir de recolector para produtor. Mas a produção obrigava a novas

mudanças – o armazenamento. Desta necessidade nasce a cerâmica e instrumentos de pedra polida. As comunidades antes nómadas dada a necessidade da caça, tornam-se sedentárias, apesar do sedentarismo começar por ser sazonal. O Neolítico foi um processo que implicou algumas transformações e muitas inovações como a adoção de novas práticas que foram combinadas com práticas mais ancestrais e novos instrumentos.

«A passagem de uma economia de predação para uma economia de produção não é instantânea nem linear e encontram-se no nosso território, desde os inícios do V milénio, sítios arqueológicos pertencentes ao Neolítico antigo»

O Neolítico é um período subdividido em várias fases:

Neolítico Antigo

Neolítico Antigo evoluído

Neolítico Médio

Não se consegue dissociar o Neolítico final do Calcolítico inicial

Neolitização em Portugal

Os vestígios mais antigos do Neolítico português encontram-se na costa sul do rio Sado, e ficaram conhecidos como os Concheiros do Vale do Sado. Estas comunidade devem ter tido algum contacto com os navegadores neolíticos provenientes de outras comunidades ibéricas peninsulares

No Norte de Portugal, por sua vez, a neolitização acontece na passagem do IV para o III milénio a.C. e parece ter havido contacto com comunidades neolíticas oriundas da meseta espanhola.

No atual território português encontram-se, portanto, duas vias distintas de neolitização

Os animais frequentemente domesticados pelos grupos neolíticos peninsulares foram o porco, o boi, a cabra/ovelha e o cão. Mas a caça mantém-se ao longo de todo o Neolítico Antigo como uma atividade economicamente fundamental, enquanto que o pastoreio e da agricultura/horticultura mantém uma existência muito reduzida no início do período neolítico

Cultura material do Neolítico

Surgiram vestígios de vários artefactos pertencentes ao período neolíticos:

- Lareiras escavadas em covas no solo, onde se depositavam seixos da praia que retinham o calor e depois, quando apagadas, o libertavam
- Pequenos fornos

- Silos – estruturas em barro para armazenar grão
- Vasos cerâmicos de forma simples, decorados e com ou sem asas
- Materiais em pedra polida – machados, enxós
- Instrumentos de madeira para fazer sulcos na terra para as sementeiras
- Mós manuais (compostas por um dormente e um movente)

Neolítico final

Durante muito tempo, associou-se o Calcolítico ao advento de sociedades de metalurgistas do cobre, mas as mudanças estruturais nas sociedades calcolíticas foram mais do que isso. Segundo Sherratt (1989) tratou-se de uma «Revolução dos produtos secundários». Esta segunda revolução neolítica tem como base as novas tecnologias assim como novas práticas agrícolas. As técnicas de transformação foram surgindo e se aperfeiçoando, quer no que respeita a técnicas de transformação alimentar, cuja mais frequente foi a farinação, como as técnicas para confecção de vestuário, que obrigou ao uso de novas matérias primas, dado que as peles animais tornaram-se mais escassas. Nasce, assim, a fiação e a tecelagem de produtos vegetais como o linho, ou de origem animal como a lã de ovelha.

O crescimento populacional poderia ter dado origem a vastos movimentos de colonização interna.

O Calcolítico

No final de todo o 4º milénio surgem, de entre os grupos do Neolítico final, algumas comunidades agro metalúrgicas ou Calcolíticas. O ritmo dessa passagem variou de região para região.

O Calcolítico pode ser compreendido nos seguintes planos:

Na economia:

As comunidades tornam-se mais estáveis e tinham a sua economia apoiada na agricultura intensiva. A posse da propriedade foi uma consequência lógica. A extensão dessa propriedade fazia-se de acordo com o aumento da população tribal. A agricultura intensiva requeria a aquisição de enxadas e outros instrumentos agrícolas, dependentes do desenvolvimento metalúrgico. Trabalhava-se o cobre.

A agricultura intensiva trazia excedentes que levaram a trocas comerciais entre tribos fronteiras.

Na sociedade

Há um acentuado crescimento populacional, dado o sedentarismo, mas nem todas as comunidade eram sedentárias. Mantinham-se alguns grupos nômadas e recolectores que

se tronavam ameaças para os bens armazenados nas povoações sedentárias. Também os diferentes níveis de riqueza entre comunidade criou alguma tensão intergrupala. Surgem assim arquiteturas de defesa com a construção de torres, espaços protegidos por fossos, murados, etc.

Na organização

Nascem formas organizadas de sociedade: povoamentos fortificados traduzindo um estado geral de tensão entre pastores e agricultores estabilizados dominando as técnicas argo-metalúrgicas.

Provavelmente, e dado os vestígios encontrados e a interpretação dos historiadores, as sociedades tinham uma acentuada religiosidade. Encontram-se várias representações da deusa-mãe e ainda, a generalização de uma simbologia solar associação do disco radiante (menir de Belhõa).

Artefactos

Surgem vários artefactos que sugerem alterações alimentares: “o prato de bordo espessado”. Pelas suas dimensões, pela pouca altura se comparada com as taças e potes é provável que este recipiente sirva para refeições à base de vegetais com um volume muito superior. O surgimento deste prato marca o aparecimento das primeiras sociedades de agricultores estabilizados.

Enterramentos

Durante o mesolítico os enterros fizeram-se na proximidade do espaço de habitação e parece não ter havido grande sofisticação ritual.

Durante o Neolítico nota-se uma proliferação de rituais que foram variando e transformando-se

1º Quanto à disposição do corpo e ao seu espólio funerário. Às vezes os corpos eram enterrados nas grutas onde viviam, ou depositados à superfície, ou enterrados em pequenas depressões no solo. Por vezes, aproveitavam as fendas naturais existentes nas paredes da gruta para o enterramento. Só durante o Neolítico final e calcolítico inicial se utilizou o espaço exterior para a construção de monumentos de enterramentos. Ao longo do Neolítico vão generalizar-se as práticas de enterramento coletivo em monumentos constituídos para o efeito. Os objetos encontrados nos espólios sepulcrais levam a crer que existiam trocas de matérias-primas e objetos entre as várias comunidades pré-históricas dado que se encontraram objetos numa região que só existe a matéria-prima em outra.

No Alentejo, são mais comuns e habituais as **Antas**, já na região de Lisboa eram comuns as grutas naturais.

Práticas funerárias – o Megalitismo

O megalitismo é um fenómeno que se iniciou na Europa mas que se apresentou em todo o planeta. Consta na prática de enterrar os corpos em construções gigantes formadas por pedras de grande dimensão. Este fenómeno não corresponde a uma simples prática regional. Parece corresponder a um momento da evolução das simbologias comum ao património universal, não se ligando particularmente a nenhuma cultura nem civilização. Mas existe uma história para cada uma delas que não corresponde necessariamente à nossa história.

O megalitismo em Portugal tem as suas raízes Atlânticas e mediterrâneas. Não é difícil encontrar semelhanças entre as **Antas** ou **Dólmens** e as galerias cobertas da Bretanha. Também os **Tholói**, ou monumentos de falsa cúpula, podem ser comparados aos monumentos funerários encontrados em Creta, no mar Egeu. As grutas artificiais, por sua vez, lembram as similares da Sardenha.

Contudo, o mais original em Portugal, no que se refere aos enterramentos, não é tanto o monumento mas os artefactos encontrados junto ao corpo.

Tipos de Monumentos

Antas é composta por três elementos:

1. O túmulo ou mamoa;
2. A câmara (coberta por uma grande pedra);
3. O Corredor

Grutas artificiais – Na região de Setúbal e Lisboa são escavadas em calcário e têm o aspeto de um igloo. Dispõem de corredores sinuosos e uma câmara

Tholoi parecido com a Anta mas feito em xisto são também chamados de monumentos de falsa cúpula. É composto por uma câmara, um corredor e um túmulo ou mamoa.

Menir - pedras levantadas, algumas com morfologia fálica. Existem 3 tipos:

1. Simples – pedras brutas levantadas em pé ;
2. Pedras com arestas boleadas ;
3. Menires fálicos.

Quanto à estética desdobram-se em: 1. Decorados 2. Sem decoração.

Quanto à localização: 1. Isolados 2. Em linha (alinhamento) 3. Em ovais (simples ou duplas) *Cromlech*

Existem várias Teorias da interpretação :

1. Monumentos religiosos ao culto da fecundidade
2. Marcas territoriais
3. Sinalética (sinais de orientação)
4. Lugares de culto
5. Lugares para observação astrológica

Artefactos encontrados nos túmulos

A deusa das placas de xisto

Eram feitas em xisto verde azulado, e tinham entre 10 a 20 cm sendo muito finas (espessura de 0,5 cm). Apresentavam uma forma retangular ou trapezoidal e eram gravadas com motivos geométricos. Disponham de uma ou duas perfurações que sugerem poderem ser suspensas e usadas como adorno. Na parte mais estreita, que sugere representar a cabeça, estão desenhados dois olhos. Alguns autores associam ao Ka e Bá egípcios e supuseram tratar-se de uma imagem do inumado. Contudo a interpretação mais comum é a de se tratar da deusa-mãe.

As placas de xisto existem apenas no Alentejo, em Badajoz, em Huelva e no Algarve. Os olhos assemelham-se a um sol. Estas figuras também aparecem, durante o Calcolítico, em peças de cerâmica. Têm uma longa utilização.

Os báculos, símbolos do poder?

Estes artefactos aparecem em monumentos funerários, como oferendas fúnebres, ou gravados em monumentos ao ar livre, como menhires. Assemelham-se a um 9 espalmado ou a um 7, quase sempre decorado com figuras geométricas e linhas. O Báculo, que representa o cajado do pastor, é um símbolo de poder e riqueza. Possivelmente era um atributo dos «chefes» ou «reis-pastores». São muito mais raros do que as placas de xisto o que sugere que sejam utilizadas, apenas, como distinção social, ou dada apenas a feiticeiros.

Onde surgem os primeiros povoados calcolíticos fortificados?

Perto de vias naturais, muito bem localizados, em áreas muito amplas. Podiam existir com ou sem fortificações. Contudo na península de Lisboa eram muito mais comuns as povoações fortificadas, o que sugere muitos conflitos armados nessa região. (V.N. de S. Pedro, Zambujal e Pedra d'Ouro)

Como e porquê terminou o calcolítico?

Durante o calcolítico houve uma constante, apesar de lenta, evolução das comunidades, quer a nível de estruturas económicas quer nas estruturas sociais, políticas e religiosas.

No início do 3º milénio, quem dominava eram as sociedades agro pastorais, contudo a meados do milénio surgiram as sociedades agro metalúrgicas que davam suporte à agricultura intensiva a qual se foi afirmando progressivamente sobre processos de agricultura pastorícia. As sociedades agro metalúrgicas apresentam uma prosperidade inegável.

A metalurgia do cobre é uma das características do 3º milénio. O comércio quer regional quer inter-regional do cobre reativou as antigas rotas comerciais onde em tempo se fizera a troca entre o sílex proveniente do litoral por rochas duras provenientes do interior.

O calcolítico colapsou por razões hoje difíceis de determinar. Apenas podemos afirmar que, seguramente, as comunidades da Idade do Bronze eram mais evoluídas e respondiam melhor às evoluções atingidas pela civilização

Idade do Bronze

Por volta do 2º milénio a.C. surgem grandes assimetrias culturais ao longo das comunidades mediterrâneas orientais, que evoluíam para sociedades mais complexas, desenvolvidas em termos urbanos de forma espantosa para a época e com organizações políticas proto-estatais. Mas tal situação não se verificava no Mediterrâneo Central e Ocidental, onde as sociedades eram mais conservadoras. Esta era a situação do território que hoje é Portugal.

Apesar de a Idade do Bronze se caracterizar por sociedades culturalmente conservadoras, mantendo grande parte das estruturas culturais anteriores, nota-se uma evolução nas práticas funerárias: passou do ritual coletivo anterior para o ritual individual, presente ainda hoje. Para esta mudança concorrem dois fatores:

1. A acentuada hierarquia social
2. A diminuição do aparato arquitetónico dos monumentos funerários

A cultura castreja

Desde o século X a.C. que se desenvolveu na Península uma civilização castreja que mais tarde irá fazer a integração dos Lusitanos. Estes povos, ainda neolíticos, viviam em povoações fortemente fortificadas, em casas circulares, em pedra, com telhados de colmo, que se chamam castros ou citânias. Viviam da agricultura e pastorícia e construíam suas citânias no cimo dos montes, em ótimas condições de defesa. Estas culturas estiveram pouco sujeitas a influências migratórias, pois mantinham-se muito isoladas no interior profundo da Península. Esta cultura muito arcaica mentem-se inclusive no período histórico. Localiza-se principalmente a norte do Douro (Trás-os-Montes, Minho e Galiza)

Fenícios e Gregos

O comércio feito pelo mar mediterrâneo com os povos que habitavam a costa mediterrânea era muito intensa desde os remotos séc. XII e XI a.C. O sul da Península Ibérica não foi exceção. O comércio fazia-se por trocas de excedentes. Ora, o sul da península tinham melhores condições de vida do que os povos do norte, dado que a terra era mais fértil junto às grandes planícies dos grandes rios (Tejo, Ebro e Guadalquivir). Os povos cultivavam o trigo, o vinho e o azeite em altas quantidades o que gerava frequentemente excedentes que eram destinados ao comércio de troca. Também os metais como ouro, prata, cobre e estanho eram particularmente abundantes nessa região. Outros povos começaram a interessar-se por estes excedentes peninsulares. Os fenícios, na altura (séc. XII a C.) dominavam o comércio no mar mediterrâneo, pelo que foram os primeiros a estabelecer comércio com os povos celtiberos, tendo criado várias feitorias. Este povo era oriundo da região do atual Líbano e Síria. Traziam tecidos, peças em vidro, porcelanas, armas e vários objetos de adorno que trocavam pelos excedentes de peixe, de grão (principalmente o trigo), e metais preciosos (prata, cobre e estanho). Estas trocas comerciais traziam consigo as inevitáveis trocas culturais. Em termos linguísticos a contribuição foi pobre.

Mais tarde, durante o Séc. VII a.C., chegaram à Península os gregos, grandes adversários comerciais dos fenícios. Os gregos vieram, não apenas para o comércio mas também para colonizarem a Península. Fundaram várias colónias gregas e, com o tempo, foram-se miscigenando. A cultura grega é uma das mais presentes na nossa cultura, mas essa influência helénica deve-se muito à romanização, operada mais tarde, e que traz esses elementos culturais até nós. Para o comércio, introduzem a moeda nas trocas comerciais. As trocas envolviam a cerâmica e o vidro e alguns frutos secos. Em certos momentos de carência agrícola, traziam o azeite, apesar dos habitantes da Península terem altas produções desse óleo. Levavam principalmente peixe e metais.

Celtas

Durante a Idade do Bronze houve migrações das populações para a Península Ibérica à procura de melhores condições de vida. Chegam então à Península um conjunto de povos que receberam genericamente o nome de Celtas, cuja origem é, ainda, pouco consensual. Estes povos já viviam na Idade do Ferro, mas o que encontram é uma Península pouco habitada e com comunidade, ainda, na Idade do Bronze.

À zona que hoje é Portugal, chegaram 5 tribos celtas diferentes, por volta do séc. VI a. C. Hoje encontra-se refutada a tese de que os celtas tinham uma origem única e considera-se, inclusive que não pertenciam ao mesmo fluxo migratório.

Os celtas tinham uma complexa religião e alguns rituais religiosos eram muito diferentes dos habituais às tribos existentes na Península Ibérica. Nos enterramentos,

por exemplo, usavam a prática da cremação dos corpos. As cinzas eram colocadas numa urna de barro e enterrada juntamente com os objetos pessoais do falecido.

Trabalhavam o ferro, que era, na altura, o metal mais forte. Assim, suas armas eram temidas pelos inimigos. O metal que trabalhavam com muita técnica e muita arte era o ouro. Faziam belíssimos trabalhos em ouro e em prata, mas sempre com o objetivo estético. Talvez a arte da filigrana, presente no Norte de Portugal, tenha origem celta.

Estas tribos juntaram-se à população autóctone de onde provém os celtiberos, que associaram as tendências agrárias próprias dos povos habitantes da Península, com a vocação marítima dos povos invasores.

A organização social destes últimos era complexa e a hierarquia era mais guerreira e menos espiritual do que a dos povos celtas.

Viviam da agricultura e da pastorícia.

Trabalhavam o ferro com o qual faziam as suas armas e os instrumentos agrícolas.

Durante o séc. V a C. outro povo, vindo do Norte de África, chega à Península com intenções comerciais e passaram a disputar com os gregos o comércio. Estavam interessados na exploração de metais e no peixe abundante. Em troca traziam o ouro e o marfim. Vinham da cidade de Cartago (cartagineses) e deve-se a este povo a aprendizagem da técnica de conservação dos alimentos através do sal. Técnica que passou a fazer parte da nossa cultura alimentar e têm ainda um papel decisivo na culinária nacional.

Os Lusitanos

Uma das tribos mais fortes da Península foram os **Lusitanos**. Viviam originalmente entre a Estremadura espanhola e a Cantábria. Invadiram o litoral da Península. Os lusitanos eram um povo guerreiro, sem coesão política e que viviam, ainda do pastoreio e da agricultura. Dedicavam-se à pesca e cultivavam o trigo a cevada e o vinho. Viviam nas altas montanhas entre o rio Tejo e o rio Douro (Serra da Estrela) e voltaram as costas ao mar. Eram muito fortes, corajosos. Dominavam o centro da Península e foi a tribo dos lusitanos aquela que mais luta iria dar aos romanos.

Depois de Alexandre Magno da Macedónia ter constituído o macro Império Helenístico, segue-se o domínio romano. As legiões romanas foram dominando todos os povos mediterrâneos

Em 218 a C. os romanos venceram os cartagineses na Península Ibérica e iniciaram um processo de romanização que durou 200 anos. Este processo de aculturação encontrou muita resistência por parte dos povos celtiberos que habitavam na península, principalmente por parte dos Lusitanos que com a tática da guerrilha venciam com facilidade as legiões romanas. Escondidos nas montanhas os Lusitanos ficaram famosos pela astúcia, força e resistência. Ao verem que não seria fácil a conquista, os romanos

propuseram a paz ao povo Lusitano, prometendo respeitar a identidade cultural do povo Lusitano e oferecendo-se para apoiar o processo de educação para um melhor desenvolvimento da agricultura que era muito rudimentar. Os Lusitanos aceitaram e a Viriato, chefe dos Lusitanos, deram os romanos o título de «amigo do povo romano». Mas Viriato é morto à traição por gente sua vendida aos Romanos e a Lusitânia fica nas mãos dos romanos.

Os romanos conquistaram todos os povos do mediterrâneo e dominavam completamente este mar, que mais parecia um lago romano.

A Romanização durou 200 anos e consistiu num processo de aculturação, transformando todas as cidades conquistadas em cidades romanas.

Ao contrário do habitual, as cidades criadas pelos romanos era em zonas de vales, que eram mais férteis do que a montanha. Nasceram assim as cidades de *Aquae Flaviae* (Chaves); *Bracara Augusta* (Braga); *Conímbriga*; *Ebora* (Évora) *Olisipo* (Lisboa), *Pax Julia* (Beja); *Ossonoba* (Faro) e *Scallabis* (Santarém)

O conceito já existente em Roma, de propriedade privada tributada pelo Estado, estendeu-se a todas as regiões conquistadas.

Os Romanos organizaram a Península administrativamente pelo que houve grandes melhorias neste aspeto: a exploração racional e intensiva da agricultura e das minas para aumentar a produção; a criação de novas indústrias e melhoras de outras como a olaria, a forja, a tecelagem, a salga do peixe, a extração de pedras e minério. Para facilitar a indústria e o comércio os romanos construíram muitas vias (estradas) que ligavam muitas novas cidades entre si. Um conceito também romano era a administração pública do bem comum que deveria assegurar serviços públicos e infra-estruturas públicas, como aquedutos, pontes, etc. Foi ainda necessário a criação de edifícios públicos onde funcionavam os serviços administrativos. Todos os funcionários públicos eram romanos.

A cultura também recebeu muito influência romana: o teatro e os jogos. Toda a arte romana é marcada por uma ideia de funcionalidade, sem esquecer o lado estético. Tudo era feito para durar muito tempo, e algumas delas existem ainda hoje, como pontes, aquedutos, etc.

Em Portugal e em Espanha existem muitos exemplos de arquitetura romana: templos, circos, balneários, pontes, aquedutos. Em Portugal existem vestígios muito completos de duas cidades romanas: Miróbrida e Conímbriga. Um dos elementos romanos mais belos são os mosaicos feitos com pequeninas pedras.

O processo de romanização em Portugal foi mais sentido no Sul do que no Norte, o que pode ser explicado pelas condições geográficas, pela densidade populacional e pelas características das populações: no Norte, para além do relevo, a densidade populacional era maior, as populações mais tradicionais e pouco dadas a grandes transformações. No Sul, a colonização romana foi mais forte.

Uma outra influência do Império Romano foi a introdução na Península do cristianismo. Depois de Constantino ter tornado livre o culto cristão muitos cristãos se espalharam pelo Império cristianizando. Mais tarde, o imperador Teodósio converteu-se ao cristianismo e logo tornou o cristianismo a religião oficial de Roma e de todo o Estado Romano. Na Península as populações seguiram o cristianismo como qualquer outra parte do Império.

O Cristianismo surge no seio do povo judeu e Cristo era da Palestina e de raça judaica. Os judeus há muito que esperavam o Messias, filho de Deus, que seria o último profeta. Cristo afirma-se o Messias esperado, apesar dos judeus não o reconhecerem como tal, logo conseguiu muitos seguidores quer em Roma quer por toda a Judeia.

O cristianismo afirmava-se como uma religião monoteísta, completamente diferente da religião politeísta romana.

No seu início, os romanos não hostilizavam o cristianismo que foi muito mais perseguido pelos próprios judeus, responsáveis pela crucificação de Jesus. Mas aos poucos a religião cristã assume contornos políticos e os romanos iniciam uma feroz perseguição aos cristãos condenando-os à morte na arena.

Os cristãos escondiam-se nas catacumbas subterrâneas onde praticavam o culto e enterravam os seus mortos segundo o ritual cristão.

Durante dois séculos o cristianismo foi proibido em Roma.

O Império romano torna-se um império demasiadamente grande para conseguir sucesso, e aos poucos os problemas agravam-se gerando lutas internas, conflitos entre governadores romanos, usos de excesso de luxo por uma camada da sociedade que se recusava a fazer trabalhos mais pesados preferindo dá-los a gente de povos estrangeiros (bárbaros) que aos pouco foram instalando-se nas regiões de fronteira. Estes povos bárbaros eram seminómadas e fugiam do mau clima da Europa do norte. Roma tinha um clima mais ameno, mais a sul, com terras mais férteis pelo que os povos bárbaros ambicionavam a conquista destes espaços.

Durante o século V vários povos bárbaros avançam para o sul invadindo todo o império romano, que já se encontrava enfraquecido.

Existiam vários povos bárbaros: os anglo-saxões dirigiram-se para a ilha britânica, os Francos instalaram-se na Europa central, os visigodos e Suevos vieram para a Península Ibérica, os Vândalos, atravessam a península mas fixam-se no norte de África. Finalmente os ostrogodos dirigem-se para a Península itálica.

Estes povos lutavam muito entre si e rapidamente a supremacia do povo Franco fez-se notar.

Na Península Ibérica os primeiros a chegar foram os suevos (ano de 409). Fixaram-se no norte, na Galícia e entre o rio Douro e rio Tejo. Eram guerreiros e agricultores. Tinham a sua capital em Braga

Entre 415 e 416 chegam os visigodos e ocuparam a região centro – nordeste com a capital em Toledo. Aos poucos, estes povos foram absorvendo o cristianismo, e o rei godo Recaredo torna o cristianismo a religião oficial dos povos godos.

Os Árabes habitavam a Ásia Ocidental na Península Arábica. Viviam em tribos independentes e nómadas, no deserto da Arábia. Dedicavam-se à pastorícia de cabras, camelos e carneiros e ao comércio de peles. As principais cidades da Arábia são Meca e Medina.

Após o séc. VI viviam no paganismo, mas no séc. VII, devido a Maomé, nasce o Islamismo, religião monoteísta como o cristianismo, cujo o único deus é Alá. Maomé seria o seu profeta. Devido às suas ideias, Maomé é perseguido e ameaçado de morte. Foge de Meca para Medina. Esta fuga (*Hégira*) que se inicia em 16 de Julho de 622, marca para o Muçulmanos o começo do ano I da era islâmica.

O livro sagrado do Islamismo é o Alcorão ou Corão.

Meca é a cidade sagrada para os Muçulmanos que rezam, num tapete especial de oração, voltados para Meca. Qualquer muçulmano deverá ir a Meca, pelo menos, uma vez durante a sua vida.

Os Muçulmanos invadem a Península Ibérica, entrando pelo norte de África e rapidamente vencem os povos Godos, que se refugiam no norte da península na região das Astúrias. O território muçulmano na Península Ibérica teve o nome de Al Andalus e a sua capital era Córdova.

Os Árabes permanecem na Península durante 800 anos, deixando vários traços da sua cultura. A língua portuguesa deriva do latim, mas tem no seu léxico várias palavras árabes, normalmente identificadas pelo prefixo *Al*.

Os Árabes eram muito cultos e tinham grandes conhecimentos de matemática, astronomia e outras ciências. Tinham grandes bibliotecas (Córdova tinha 400.000 volumes). Como os Árabes eram muito viajados e já tinham contactado os Chineses e Hindus, trouxeram dessas culturas alguns inventos e objetos de muita importância. Da China trazem o papel, a xilogravura, a bússola e a pólvora.

A conhecida numeração árabe (aquela que usamos hoje) é realmente trazida pelos Árabes mas tem origem indiana.

Trazem grandes novidades na Arquitetura com casa onde existem pátios interiores e terraços no telhado. O hábito algarvio de caiar as casa de branco foi herdada dos árabes, assim como as famosas chaminés rendilhadas.

Outras novidades como a Nora e o Açude também fazem parte do vasto património árabe.

OS REINOS CRISTÃOS NA PENÍNSULA IBÉRICA DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉC. VIII

Quando os muçulmanos invadiram a Península Ibérica a conquista foi rápida, dada a supremacia militar dos exércitos árabes. Em 715 toda a Península estava debaixo do poder muçulmano à exceção de um pequeno território localizado nas Astúrias onde diversos povos Godos tinham procurado refúgio. Comandava esse grupo resistente um cavaleiro de nome **Pelágio** que consegue travar a investida árabe na batalha de **Cangas de Onís**. Será a partir deste pequeno reino, que tem como 1º rei Pelágio, que a reconquista cristã se irá desenvolver ao longo de vários séculos. Fávila, filho de Pelágio morre muito jovem e só reina durante dois anos. Irá ser o seu filho, **Afonso I**, de cognome *O Católico*, que expande o território cristão para a Galiza e Terras do Douro, conquistando importantes castelos como Astorga e Leão, cidade que elege como capital do reino. Nas terras do Douro outros castelos importantes ficam nas mãos dos cristãos: Chaves, Braga, Porto e Viseu. Dada a dificuldade em povoar as terras recentemente conquistadas, D. Afonso criou vários bispados, e quando não lhe foi possível povoar, optou por arrasar os castelos e queimar as terras em redor, dificultando nova ocupação árabe. Durante perto de 100 anos que não há qualquer expansão do território, e os reis descendentes de D. Afonso I limitam-se a manter a defesa do território conquistado. Irá ser no reinado de **D. Ramiro I** (842-850) que se retoma a reconquista estendendo-se o reino cristão até Navarra.

Um dos maiores problemas do reino era o armamento. Nos finais do séc. IX a situação do reino variava entre o armamento total, nas terras entre o rio Minho e o rio Douro, excetuando-se, talvez, o castelo de Chaves. A Galiza apresentava uma situação de semi-armamento, e apenas as terras asturianas e de Navarra estavam habitadas e detinham uma regular administração. Todo o resto da Península estava debaixo do Islão, à exceção de um pequeno território, na região do Vouga que mantinha algumas vilas romanas resistentes e, ainda, uma pequena população cristã, moçárabe, que se localizava na região de Santarém.

Dada a situação de armamento total nas terras entre Minho e Douro, não foi difícil uma nova reconquista árabe desses territórios, empurrando a fronteira do reino mais para norte.

Irá ser o rei **D. Ordonho I** (850-966) a investir no povoamento de toda a região que mais tarde será território português. Este rei conquista dois importantes castelos: Cória e Salamanca. Seu filho, **D. Afonso III** (866-910) vai conquistar terras entre o Minho e o

Mondego, conquistando a cidade de Coimbra. Manda povoar as cidades de Porto, Braga, Viseu e Lamego, onde cria bispados.

Os territórios conquistados aos mouros era dado em forma de Presúria à nobreza militar. O rei concedia aos nobres um título hereditário e o governo de uma região pela qual o nobre passava a ser responsável, cabendo-lhe o dever de a povoar, gerir, desenvolver e defender. A Presúria de Portucale foi dada ao presor Vimara Peres.

Vimara Peres pertencia a uma das famílias portugalenses de título mais antigo. Eram naturais da região de Vimaranes, atual Guimarães. Outra família muito importante que veio a cruzar-se com o tronco de Vímara Peres e que muito contribuiu para a crescente autonomia de Portucale, foram os Mendes.

Na última década do séc. X assiste-se à terrível invasão moura sob o comando de Almançor que aniquilou a população cristã que habitava entre o Douro e o Mondego e levou as suas tropas até Viseu. Este Califa mandou povoar a cidade de Colimbria (Coimbra) com população muçulmana e moçárabe. Foi ele que mandou construir as muralhas da cidade e tornou Colimbria numa das mais importantes cidades árabes.

Foi no reinado de D. Afonso V – o nobre – que a cidade de Viseu foi reconquistada, e lá morreu o monarca.

Em 1015 a Presúria de Portucale foi atacada por mar pelos Normandos que entraram na Presúria e penetraram para a Galiza. A posição de exposição marítima da Presúria de Portucale exigia um permanente cuidado com as invasões. Como o rei de Leão não tinha qualquer possibilidade de apoiar a população dessas investidas por mar, foram os próprios habitantes da Presúria que trataram de armar defesas e que asseguravam a vigilância. Esta independência em relação ao rei aumentava o sentimento de autonomia.

Bermudo II morre e o reino de Leão passa para o seu cunhado, **D. Fernando** que foi considerado um dos maiores militares da sua época, o que lhe deu o cognome de – o Magno. Em 1057 conquistou vários territórios no que mais tarde será o reino de Portugal: Viseu, Lamego, Tarouca, Travanca, Penalva do Castelo e São Martinho.

D. Fernando foi um rei centralizador e não deu nenhuma autonomia às Presúrias. A sua maior conquista, ainda no ano de 1157, foi a cidade de Coimbra, a qual esteve debaixo de cerco durante 6 meses. Fica, assim, a região de Portucale formada por um quadrilátero entre Braga (Bracara), Lamego, Viseu, Coimbra (Colimbria) e Porto (Portucale)

O grande império de Fernando Magno, no entanto, não resiste à 2ª geração. Aquando da sua morte, o reino é dividido por 3 dos seus herdeiros: D. Sancho, o primogénito, recebe o reino de Castela e Navarra, D. Afonso, recebe o reino de Leão e Astúrias e D. Garcia fica com os reinos da Galiza e Portucale. D. Sancho não se conforma com a divisão, dado que lhe cabia a ele todo o reino na condição de primogénito, e entra em guerra com os irmãos. Os nobres dividem-se no seu apoio. Numa das Batalhas entre D. Sancho e D. Afonso, em Zamora, D. Sancho perde a vida e o irmão toma o reino de Castela.

Mais forte D. Sancho volta-se contra D. Garcia a quem conquista a Galiza e Portucale. Torna-se rei único com o nome de **D. Afonso VI**.

D. Afonso VI expande o reino para sul conquistando terras aos mouros e conquista a importante cidade de Toledo em 1085, cidade que tornou a capital do reino.

As batalhas da reconquista cristã estava a tornar-se muito dura e D. Afonso VI pede auxílio aos cruzados. Por influência da ordem de Cluny vieram para a Península alguns nobres franceses, entre eles D. Raimundo de Borgonha que chegou à península em 1089.

D. Afonso VI aproveitou um momento em que os reis mouros estavam em conflito entre eles para atacar três importantes castelos mouros: Santarém, Lisboa e Sintra. Estes territórios pertenciam ao Califa de Badajoz. Este, ocupado com as lutas contras os outros Califas, optou por entregar os castelos a D. Afonso VI, em troca de tréguas. D. Raimundo esteve presente nestas conquistas. Mais tarde, em 1092, vem para apoiar o rei de Castela o primo de D. Raimundo, D. Henrique de Borgonha, e ambos apoiaram a luta contra os Almorávidas.

D. Afonso VI, em reconhecimento pelas conquistas feitas, oferece a D. Raimundo a mão de sua filha legítima D. Urraca a quem ofereceu o senhorio do condado da Galiza, e a D. Henrique a mão de sua filha natural D. Teresa que recebeu o senhorio do condado de Portucale. Contudo, D. Teresa teria que prestar vassalagem a D. Urraca. As princesas detinham a titularidade dos senhorios e os maridos apenas possuíam o exercício do poder. A doação era a título hereditário e portanto, os filhos de ambas seriam futuros senhores dos respetivos condados. A doação terá tido como possível explicação a dificuldade do rei assegurar a defesa de todo o território.

Ambas as filhas estavam obrigadas a prestar vassalagem ao pai.

Em 1105 D. Afonso VI começa a sentir-se fraco e doente e mostra especial preferência pelo infante D. Sancho, filho bastardo de uma moura de nome Zaida. Esta preferência levou o rei a entregar a este seu filho o governo do trono dos reinos de Leão e Castela. Esta situação prejudicava D. Urraca e D. Raimundo, visto ser esta a sua única filha legítima. D. Raimundo logo entra em atritos bélicos com o seu sogro, com a ajuda do seu primo e vassalo D. Henrique. A discórdia instala-se mas por pouco tempo visto que D. Afonso VI morre em 1106 e D. Raimundo morre em 1107. D. Sancho morre dois anos depois..

D. Afonso Raimundo, filho de D. Urraca e D. Raimundo, reivindica o trono de D. Afonso VI com o título de Afonso VII.

Entretanto, em data desconhecida, D. Teresa e D. Henrique têm um filho – D. Afonso Henriques. D. Henrique morre por volta de 1111.

Dada a tenra idade do infante, governa o reino sua mãe, D. Teresa, que se dedica de forma admirável a povoar o reino, a conceder cartas forais e a beneficiar os seus territórios. Doou muitos burgos aos membros do clero.

D. Teresa também ambicionava ampliar o território do condado, mas não o fez pelas armas, mas sim pela diplomacia. Em 1122 declarou-se protetora dos moradores de Orense, instituindo lá um mercado . A luta por mais território colocou em guerra as duas irmãs, mas D. Urraca venceu D. Teresa em Lanhoso.

D. Teresa passa a viver matrimonialmente com um nobre castelhano, D. Fernão Peres de Trava. A infanta passou a assinar documentos oficiais juntamente com o novo marido. Isto verifica-se até 1127.

A partir de 1128 surge, também, a assinatura de D. Afonso Henriques como testemunha.

Os nobres do reino não viam com bons olhos a influência que D. Fernão Peres de Trava tinha sobre D. Teresa e exigiram que a rainha entregasse o trono ao filho, já adolescente. No reino dividiam-se as opiniões, tendo D. Teresa alguns nobres castelhanos que apoiavam a sua causa.

Talvez por influência de alguma nobreza D. Afonso Henriques reivindica o trono, mas a sua mãe adia essa transferência para data não marcada.

Em 24 de Junho de 1128 deu-se o confronto armado em S. Mamede (perto de Guimarães), onde as tropas de D. Afonso Henriques saem vitoriosas.

D. Teresa refugia-se no castelo de Lanhoso onde irá morrer em 1130.

PRIMEIRA DINASTIA – DINASTIA AFONSINA

D. Afonso Henriques

A política de D. Afonso Henriques foi desde o início definida pela pretensão da autonomia do condado. Por um lado investiu na segurança do reino reforçando a defesa nos castelos meridionais, mas sem hostilizar o seu primo D. Afonso VII que estava muito atento às intenções separatistas dos barões portugalenses.

Simultaneamente, lutava a Sul contra os Sarracenos, o que era bem visto pela igreja. Mas, de facto, D. Afonso Henriques estava preocupado em ampliar o território do condado. Esta política obrigava-o a andar sempre de norte para sul e vice-versa. Esta mobilidade era arriscada e D. Afonso Henriques logo criou aliados cavaleiros a quem recompensava doando casais e herdades e a quem pedia lealdade e recursos em caso de guerra.

Entretanto, D. Urraca, filha de D. Teresa e do conde de Trava, meia irmã de D. Afonso Henriques, casa com o seu tio D. Bermudo Peres. D. Urraca tinha recebido de sua mãe o senhorio de Seia, doação que o seu irmão respeitou. Contudo, logo após o casamento com D. Bermudo, revolta-se e reivindica a sua autonomia em relação ao condado Portucalense. D. Afonso Henriques expulsa D. Bermudo do condado e obriga D. Urraca a jurar vassalagem. Este facto é importante porque deixa D. Afonso VII apreensivo com o crescente poder e autonomia do primo.

D. Afonso Henriques começa a guerra da expansão do território contra D. Afonso VII. Numa primeira invasão a Tui, reivindicando o território que no tratado de 1121 tinha ficado para D. Teresa, nada conseguiu. Mais tarde, em 1133, conquista o castelo de Celmes. Este facto irrita D. Afonso VII que rapidamente reconquista o castelo e destrói a cidade. Esta reacção brutal de D. Afonso VII refreou a audácia de D. Afonso Henriques que aguardou alguns anos até voltar a atacar a Galiza. Em 1137 chegou a hora de vingar Celmes: o trono de Aragão e Navarra vagou e é herdado por D. Garcia. D. Afonso VII, que havia sido reconhecido nas cortes de Leão, em 1135, com o título de «Imperador de toda a Espanha», obriga D. Garcia a jurar vassalagem, mas este recusa. Logo D. Afonso Henriques aproveita para fazer uma aliança luso-aragonesa. Mais forte, invade a Galiza e conquista Tui. Contudo teve de abandonar a conquista, assinando a «Paz de Tui» em 1137 dado que os mouros estavam a atacar o castelo de Leiria. Em paz no Norte volta-se para o Sul.

Em 1139 ter-se-á travado a maior batalha contra os mouros, em **Ourique**. Ourique é hoje visto como um Mito Fundacional. Mas é certo que terá tido influência na formação do Reino de Portugal.

Logo após Ourique D. Afonso Henriques, desrespeitando o tratado de paz de Tui, invade novamente a Galiza e vence na batalha de **Arcos de Valdevez**.

O condado contava com importantes cidades como Chaves, Braga (centro religioso), Guimarães (centro político), Porto (centro económico), Coimbra (limite Sul do condado)

Viseu e Lamego eram importantes cidades episcopais

Ao sul do Mondego a defesa do condado mantinha-se em torno de castelos isolados – Penacova, Soure, Arouca, Miranda do Corvo, Penela e Ladeia.

As regiões mais povoadas achavam-se ao norte de Portucale, entre Douro e Ave – Penafiel, Baião, Paiva, Arouca.

Havia, ainda, muitas áreas desertas.

Portugal alcança a independência no ano de 1143. Na reunião de Zamora, D. Afonso VII reconhece a existência de um novo Estado que se desmembrara do domínio de Leão. Representava o Papa Inocêncio II o cardeal Guido de Vico. D. Afonso Henriques faz o juramento de obediência papal e compromete-se a pagar anualmente a Roma

quatro onças de ouro. Mas Inocência II não chega a reconhecer a realeza de D. Afonso Henriques e só o Papa Alexandre III o irá fazer através da Bula *Manifestis Probatum* em 23 de Maio de 1179.

A partir de 1143 D. Afonso Henriques prepara-se para uma ofensiva contra os mouros de grandes dimensões. Instala-se em Soure na região do Mondego para melhor controlar as ações dos mouros que se acham nos castelos de Santarém e Tomar.

Em 1144 os mouros atacam Soure e fazem a população cativa destruindo a cidade. O rei escapa e começa a considerar imprescindível a conquista de todo o território a norte do Tejo, para melhor defender os seus castelos e dificultar a ação dos mouros.

Entretanto, em 1145, casa com D. Mafalda, filha do conde de Saboia. Este cavaleiro integrava a 2ª cruzada e mostrou-se de grande valia para a conquista do território nacional. Com a ajuda do conde de Saboia e dos cavaleiros cruzadas, D. Afonso Henriques parte para a conquista de Santarém. Volta a usar a tática da surpresa. Para isso envia ao castelo de Santarém um cavaleiro moçárabe, da sua confiança, para espiar – **Mem Ramires**. A investida teve a ajuda dos Templários. Em 1147 conquista Santarém que abre ao rei o estuário do Tejo. Como recompensa oferece aos Templários a região. Lisboa era a cidade árabe mais poderosa: um grande centro de comércio marítimo, uma zona fértil em cereais, azeite, vinho e pastagens, uma região de indústria salineira e com uma população de 154.000 homens. Mais uma vez foi preciosa a ajuda dos cruzadas. Uma frota de cruzadas que se dirigia para a Terra Santa fez escala no Douro. Era constituída por cavaleiros ingleses, teutónicos e bretões. O rei português pede auxílio para a invasão de Lisboa. A tipografia não permitia o ataque de surpresa. Tinham que invadir em força, em várias frentes: os cruzados pelo mar, os portugueses pelo norte. A 25 de Outubro de 1147, após 20 semanas de cerco, a cidade caiu.

No dia 1 de Novembro a antiga Mesquita foi transformada em Sé Catedral.

Depois da conquista de Lisboa o monarca foi viver para Coimbra entre 1148 e 1154.

Em 1157 morreu a rainha D. Mafalda.

Logo o rei inicia a conquista do Alentejo. Em 1158 conquista a cidade de Alcácer do Sal e no ano seguinte (1159) conquista Évora e Beja. Nem sempre os territórios conquistados se mantinham cristãos, voltado alguns para as mãos dos árabes. Esta situação era muito penalizadora para as populações.

O reino estava muito grande e não havia tempo para colonizar nem organizar as terras conquistadas. D. Afonso Henriques pediu ajuda às ordens religiosas e militares.

Na conquista do Alentejo uma figura se destacou: **Geraldo Geraldes**, que ficou conhecido como Geraldo Sem Pavor. Cid nacional, um misto de soldado e aventureiro, criou fama de terrível junto dos árabes. Com a ajuda de Geraldo sem Pavor, D. Afonso Henriques aproveita para conquistar algum território vizinho – invade a Cidade de Rodrigo em Leão, e a cidade de Tui, na Galiza.

Em 1160 D. Urraca, filha de D. Afonso Henriques, casa com D. Fernando II, rei de Leão. As relações entre genro e sogro nunca foram boas.

Ainda com o apoio de Geraldo sem pavor, o rei invade a cidade de Badajoz. Mas, neste ataque, o nosso rei fica ferido e é feito prisioneiro. Como resgate devolve todos os territórios recentemente conquistados.

Termina aqui a ação militar do 1º rei português.

D. Sancho I

D. Sancho, filho primogénito de Afonso Henriques, começa a assumir o comando do exército.

Em 1171 volta a conquistar Beja, que entretanto tinha sido reconquistada pelos árabes.

Os mouros voltam a atacar Santarém e D. Sancho consegue um pacto de paz devolvendo a cidade de Beja (1173)

Em 1178 D. Sancho volta-se para os territórios de seu cunhado e ataca novamente a Cidade de Rodrigo e Badajoz, mas novo ataque dos mouros, desta vez à cidade de Lisboa, o faz recuar. Neste ataque a Lisboa destaca-se a ação do alcaide de Santarém –

D. Fuas Roupinho.

Em 1184 os mouros voltam a invadir o castelo de Santarém, onde se trava uma grande batalha. O Califa é morto e os mouros recuam.

A 8 de Dezembro de 1185 morre D. Afonso Henriques, o 1º rei português governou 57 anos dos quais 42 anos como rei.

D. Sancho não foi um exímio militar como seu pai e dedicou-se mais a uma política de fomento.

Entre 1185 e 1189 lutou contra D. Fernando II, seu cunhado, por disputa de território, mas não conseguiu grandes vitórias. Enquanto isso os mouros fortaleciam-se no Algarve. As cidades algarvias eram muito ricas e prósperas. D. Sancho I pede regularmente ajuda aos cruzados que faziam escala na península quando se deslocavam para a Terra Santa, e como incentivo prometia-lhes os despojos das cidades conquistadas.

Num ataque coordenado por terra e por mar, como apoio dos cruzados e de ordens militares (cavaleiros de Évora), D. Sancho conquista o Algarve e passa a intitular-se «Rei de Portugal, de Silves e do Algarve». Mas a vitória não dura muito tempo e no ano seguinte (1190) os mouros, liderados pelo lendário Califa Iacubu, que chegou a ser chamado de novo Almançor, não só reconquistam o Algarve como invadem Portugal até à linha do Tejo. Só o castelo de Tomar resiste à invasão, muito devido à ação dos Templários. D. Sancho fixa-se em Santarém para melhor defender a fronteira do sul.

Consegue uma trégua de 5 anos com os mouros. O seu território tinha diminuído consideravelmente se comparado com o que herdara de seu pai.

A situação política da Península era a seguinte:

No reino de Castela reinava D. Afonso VIII;

No reino de Leão reinava D. Afonso IX que chegou a casar com D. Teresa, filha de D. Sancho I, mas dado o facto de o Papa não ter reconhecido o consórcio, por motivo de parentesco muito próximo, o casamento desfez-se.

No reino de Navarra reinava D. Sancho VII.

D. Afonso IX faz uma aliança militar com D. Sancho VII e com o terrível Califa Almançor contra D. Afonso VIII. D. Sancho I aproveita este momento para invadir a Galiza e apoderar-se de Tui. Mas o rei de leão reage imediatamente e ataca Bragança destruindo a cidade. A paz só foi alcançada em 1200, dada a intervenção do Papa Inocêncio III, que procurava união nos reinos cristãos para que estes se concentrassem na reconquista aos mouros

D. Sancho I, apesar do seu fracasso militar, teve um importante papel enquanto reinante, destacando-se a sua notável ação no campo do povoamento e na administração pública. Atribuiu 50 cartas forais desenvolvendo a administração interna das cidades. Criou vários estímulos sociais para o incremento da vida municipal, melhorando os acessos. Desenvolveu uma boa política económica e agrícola.

As medidas de D. Sancho não agradavam a todos, e incomodavam principalmente o clero, dado que D. Sancho I diminuiu os seus privilégios, baixando, inclusive o valor do tributo a Roma.

Estes conflitos com a igreja agravam-se quando D. Martinho, bispo do Porto, se recusa a aceitar o casamento do infante D. Afonso (filho de D. Sancho) com D. Urraca de Castela. D. Sancho começa uma feroz perseguição aos membros do clero, invade dioceses e igrejas, manda prender padres, etc. D. Martinho foge para Roma e o Papa Inocêncio III excomunga o rei.

D. Sancho ignora esta situação que parece não o ter incomodado até às vésperas da sua morte, quando substituiu o seu 1º testamento por um 2º, no qual devolvia ao clero as terras que lhes havia retirado e jura lealdade a Roma.

D. Afonso II

D. Afonso II, filho primogénito de D. Sancho, sofria de lepra, doença fatal à época. Por esse motivo viveu até ao 38 anos e reinou apenas 12 anos. Seguindo uma política administrativa e de fomento, como seu pai, foi o rei que mais contribuiu para fortalecer o poder régio.

O reino tinha grupos muito fortes de poder, entre alguns nobres e membros do clero, que exploravam o povo e prejudicavam o tesouro da coroa. Em 1211 reúne as primeiras cortes em Coimbra e estabelece um conjunto de leis régias que controlavam o poder paralelo e impõem a justiça. Para que essas leis fossem aplicadas com rigor, nomeia juízes. Estas leis são as primeiras leis régias que se conhecem no reino.

Entre as muitas leis destacam-se algumas:

- Os Alcaide perdiam os seus direitos especiais de aquisição de produtos a preços mais baixos que o resto da população
- Os condenados passavam a não perder os seus bens, que deveriam passar para os herdeiros
- No caso de a condenação ser por traição ao rei (ou aos seus filhos) os bens revertiam para a fazenda real mas, se o condenado fosse casado, a viúva teria direito a metade
- Era considerado crime o corte de vinhas e o incêndio de casas
- Acabavam os homizios que consistia na penhora de bens por dívida a particulares
- Os casamentos passaram a ser livres
- Criou as Inquirições Gerais que consistia na averiguação da legitimidades de bens doados.
- As Inquirições eram seguidas pelas Confirmações que consistiam na aceitação da coroa da doação feita, mantendo o direito à posse.

Deve-se a D. Afonso II a inovação do poder governativo – a coroa portuguesa limitou a esfera do poder senhorial, sempre que este poder punha em causa a autoridade régia.

Este princípio colocou em conflito D. Afonso II e as Infantas suas irmãs. Estas tinham recebido por herança do pai alguns senhorios: O senhorio de Montemor-o-Velho para D. Teresa, o senhorio de Alenquer para D. Sancha e o senhorio de Mosteiros de Bouça e Arouca para D. Mafalda. Não era intenção de D. Afonso desrespeitar a vontade do pai, mas exigiu que as irmãs lhe jurassem vassalagem e exigiu ainda que a nomeação dos Alcaides pertencesse à coroa. As irmãs recusaram essa situação e apelaram ao poder do Papa que obrigou D. Afonso II a recuar na exigência. Mas D. Afonso II retirou os senhorios às irmãs e fez a doação dos mesmos aos Templários. O papa excomungou D. Afonso II. Vários nobres apoiaram as Infantas, talvez revoltados pelo facto de verem o seu poder diminuir em relação à coroa. Estes conflitos, entre o rei e a nobreza, marcaram todo o reinado de D. Afonso II.

D. Afonso II não foi um rei guerreiro, em parte devido à sua frágil saúde. Sua obsessão era defender a autoridade da coroa e desenvolver o território existente. Teve especial atenção à administração pública.

Os mouros continuavam a atacar o sul da península. Em 1210 atacaram o reino de Leão o que levou o rei leonês a pedir auxílio aos monarcas de Aragão, Navarra e Portugal. D. Afonso, dada a frágil saúde, não se junta à batalha. Mais tarde, em 1215, os mouros reconquistam Alcácer do Sal.

D. Sancho II

D. Sancho foi uma criança muito fraca e doente, o que levou o seu pai, D. Afonso II, a deixar expressa a vontade de que se ele viesse a morrer sem descendência o trono deveria passar para o seu filho mais novo, D. Afonso. O cognome de Capelo vem do facto do infante trajar durante a infância o hábito de frei franciscano ou de agostiniano, talvez fruto de uma promessa, dada a sua frágil saúde. Foi com este hábito que o rei foi sepultado.

D. Sancho revela-se um grande militar e depois de D. Afonso Henriques, foi o rei português que mais expandiu o território em conquistas aos mouros. A Santa Sé vê com bons olhos este esforço de reconquista e o Papa Gregório IX emite a Bula *Cupientes Christicolas* em 1234 que dispensava do pagamento do tributo a Roma a quem acompanhasse D. Sancho II na conquista de territórios aos pagãos.

D. Sancho II teve ainda o apoio de muitas ordens militares principalmente da ordem de Sant'Iago

A conquista começa em 1234 com a tomada de Aljustrel. Cinco anos depois caem os castelos mouros algarvios de Aiamonte e Porto Cancela. O castelo de Tavira é conquistado em 1242. Estas conquistas da ponta oriental do Algarve, separavam os territórios mouros de Andaluzia dos da ponta ocidental do Algarve, o que tornava mais fácil a investida contra os restantes castelos algarvios. Contudo, apesar dessa ser a ambição de D. Sancho II – a conquista de todo o Algarve – tal projeto é inviabilizado pela crise política que entretanto se instala no reino.

O reino vivia uma enorme crise de anarquia desde 1244 dada a falta de habilidade do rei D. Sancho II para a governação. As queixas, quer do clero quer da nobreza, eram muitas e os atos de insubordinação, roubo, abusos de poder e má gestão financeira sucediam-se, sem que o rei tomasse medidas para pôr fim a este estado de calamidade económica e social. O Papa, em resposta às sucessivas queixas que lhe chegavam, preveniu o rei da necessidade de agir para melhorar a administração do reino e controlar o estado anárquico em que este se encontrava. Contudo, D. Sancho estava ocupado com a frente de batalha e pouco ou nada fez para minorar a situação. Por influência do clero e de alguns nobres, inclusive da corte francesa, o Papa nomeia o infante D. Afonso (irmão de D. Sancho), então duque de Bolonha, o administrador do reino. O decreto papal não citava uma substituição do trono mas sim o exercício do poder, o que fazia de D.

Sancho II um rei de fachada. Perante a indignação de alguns nobres, que apoiavam D. Sancho, o decreto papal impunha que todos os habitantes do reino jurassem lealdade ao conde de Bolonha.

D. Sancho II pede apoio político a D. Fernando de Castela, seu primo, prometendo-lhe que faria seu sucessor um dos filhos de D. Fernando, visto que ele não tinha herdeiros. Assim se inicia uma ofensiva a D. Afonso, o qual não reage por armas, afirmando que apenas cumpria as ordens de Roma. O Papa ameaça de excomunhão quem apoiasse D. Sancho II. Esta ameaça faz com que alguns nobres que apoiavam D. Sancho recuassem e entre eles estava D. Fernando de Castela.

D. Afonso III

D. Sancho II morre em plena crise política no reino. Sucede-lhe o infante D. Afonso, já nomeado como administrador do reino, com o nome de Afonso III

D. Afonso tinha saído de Portugal aos 18 anos para acompanhar sua irmã, D. Leonor, que casou com o rei da Dinamarca. Após ter vivido alguns anos neste país, muda-se para Paris, onde foi chamado por sua tia. Na corte francesa completa a sua formação e é lá armado cavaleiro. Casa com D. Matilde, condessa de Bolonha, donde lhe vem o cognome de «O Bolonhês». D. Afonso gozava de muito prestígio junto à corte francesa. Foi, inclusive, por indicação desta que o seu nome surge como administrador do reino de Portugal durante o reinado de seu irmão.

Logo que assume a coroa investe na ordem e administração do reino para a qual muito lhe valeu a boa formação que recebera em França, quer no domínio financeiro, quer económico e social. Começou por reformular a Constituição, permitindo que a burguesia tivesse representação nas cortes, cuja primeira representação se fez nas cortes de Coimbra de 1254. Instituiu a lei do tabelamento dos preços dos bens alimentares o que pôs freio à galopante inflação; reestruturou o valor monetário tendo como base a libra inglesa; tributou o comércio e o território, deu novamente impulso à lei das inquirições e confirmações impostas durante o reinado do seu pai (D. Afonso II); preocupou-se com a administração local atribuindo várias cartas forais; Estabeleceu o princípio da doação de baldios para quem os quisesse cultivar; estabeleceu normas que controlavam o comércio nas feiras livres.

D. Afonso III deslocou a capital do reino para a cidade de Lisboa, cidade muito próspera dado o comércio e a exploração de ouro.

A investida de D. Fernando de Castela contra os territórios mouros estava em alta e o rei mouro Melilla procurou um meio de acabar com estes ataques: ofereceu um pacto de paz e em troca colocava as terras algarvias a oeste do Guadiana na dependência senhorial do príncipe Afonso, herdeiro do trono de Castela. Entretanto, o rei D. Afonso III lutava contra Castela para o domínio de terras na fronteira entre Alentejo, Algarve e

Andaluzia. Quando D. Afonso X chegou ao trono de Castela propôs um acordo para acabar com as guerras entre os dois reinos cristãos: D. Afonso III casaria com D. Brites (Beatriz) filha natural de Afonso X e ficaria usufrutuária do reino do Algarve até o 1º filho varão desse matrimónio atingisse os 7 anos. D. Afonso III aceitou o acordo mas haviam dois problemas: 1º D. Afonso já era casado com D. Matilde que vivia na França, 2º D. Brites só tinha 6 anos de idade.

Ao tomar conhecimento desta união, D. Matilde queixou-se ao Papa, acusando o marido de bigamia. O Papa proibiu o casamento, mas dado que D. Afonso III ignorou a determinação papal, este enviou-lhe uma Bula de excomunhão. Em 1258 morre D. Matilde e, só em 1259 é que D. Brites teve a primeira filha, D. Branca, que morreu criança. O seu 2º filho, D. Fernando tem o mesmo destino e será o 3º filho, D. Dinis, que mais tarde herdará o trono. Seria necessário aguardar que D. Dinis completasse os 7 anos, para que Portugal anexasse todo o Algarve ao seu reino.

Apesar da igreja portuguesa ter apoiado D. Afonso III na questão da excomunhão papal, as relações do rei com os bispos nunca foi boa, porque a igreja, principalmente nortenha, ia alargando ilegalmente o seu território, facto a que o rei se opôs. Os maiores conflitos deram-se com o bispo do Porto devido a impostos sobre o comércio com o Douro.

D. Dinis

Quando chega ao trono, o mapa de Portugal ainda não estava igual ao de hoje, faltavam os três castelos da margem ocidental do rio Guadiana, que era fronteira natural (Mourão, Moura e Serpa)

Entretanto, D. Afonso X fica muito doente e a filha, D. Brites, vai para Sevilha acompanhar os últimos dias do pai. D. Afonso X, reconhecido, resolve doar-lhe os 3 castelos que o seu filho, rei de Portugal, tanto queria. Acontece que estes castelos já tinham sido doados à ordem do Hospitalários. Depois da morte de D. Afonso X o herdeiro, Sanches IV, resolve anular a doação do pai e pede aos Hospitalários para invadirem os 3 castelos.

Durante o reinado de D. Sanches IV as lutas com D. Dinis foram constantes na definição da fronteira com o reino de Castela. D. Sancho negociou o casamento do Infante D. Fernando com uma princesa francesa e, apoiado pelos exércitos do pai da futura nora, invade Portugal pela costa do Algarve até à foz do Tejo. Deve-se à ação do Almirante Pessagno a defesa do território.

D. Dinis, em resposta, invade a Cidade de Rodrigo seguindo até Valhadolid. Teve o apoio do rei de Aragão. Em resposta, as tropas castelhanas de D. Afonso Peres de Gusmão atacaram o Alentejo, guerra que durou longos meses.

Crê-se que foi a ação da Rainha Isabel que reuniu os dois monarcas em Alcañices em 1297 e os fez assinar um tratado de paz para 40 anos, de defesa mútua e amizade. O acordo previa ainda:

1. O casamento de D. Afonso de Portugal com D. Beatriz de Castela, irmã de D. Fernando IV.
2. O casamento de D. Fernando IV com a infanta D. Constança, filha de D. Dinis.
3. Ao reino de Castela eram restituídas as terras de Arronches, Valença do Minho, Ferreira, Espargal e Aiamonte.
4. O reino de Portugal recebia Olivença, Campo Maior e Badajoz.

Com pequenas diferenças, o Tratado de Alcañices fixa os limites do Território que hoje é Portugal. Não era calma a situação política quando D. Dinis subiu ao trono. Seu pai, D. Afonso III, adoeceu no final do seu reinado deixando de rastos a administração pública. A primeira preocupação de D. Dinis foi com a justiça. Fez a primeira administração completa que houve em Portugal, com leis politicamente e economicamente realistas. Por essa razão, D. Dinis ficou na História como um bom reinante cuja atuação régia teve como principais linhas de ação:

1. A procura de uma defesa fronteiriça, estável e forte. Para isso, restaurou os castelos de fronteira e construiu 44 Vilas e fortalezas. Deve-se a ele a restauração do castelo de Chaves e de todos os castelos da margem esquerda do Guadiana.
2. A organização interna, impulsionando o fomento e organizando a justiça
3. A organização da marinha, procurando defender a costa dos ataques dos mouros. Incentivou a construção náutica que muito utilizou a madeira de pinho bravo retirada do pinhal de Leiria.
4. Teve uma ação exemplar no âmbito da cultura, da arte e da educação. Deve-se a ele a criação dos Estudos Gerais, futura Universidade, primeiro em Lisboa e mais tarde deslocada para Coimbra. Ainda nesta linha fundou vários mosteiros e escolas.

D. Dinis preocupou-se em conceder forais no interior do país. Foi ele que deu o Foral a Vila Real. Manda povoar o país e teve uma ação muito importante no desenvolvimento da agricultura, facto que lhe deu o cognome de o lavrador. Incentivou o cultivo de terras baldias e mandou semear o pinhal de Leiria, vila que doou à sua mulher. O pinhal era composto por pinheiro bravo e tinha como objetivo a construção de naus comerciais. Tinham ainda a vantagem de proteger das areias as terras de cultivo.

Durante o seu reinado melhorou consideravelmente as relações com a igreja, que no final do reinado de seu pai eram tensas. A má relação de D. Afonso II com o Papa tinha gerado uma interdição dos cultos no país e o fechamento de várias igrejas. D. Dinis enviou um emissário a Roma para resolver esses conflitos e, nas cortes de Lisboa, assinou a Concordata imposta pela Santa Sé.

Deve-se a este rei a nacionalização das ordens militares. Havia ordens militares que, apesar de terem castelos em Portugal, tinham o seu grão-mestre em Espanha. Ora, D. Dinis queria estabelecer uma divisão nas ordens, sendo que a fação que ficasse em

Portugal deveria ter um chefe próprio e autónomo. Para tal, conseguiu autorização do Papa. Todas as ordens aceitaram, menos a de Sant'ago, que teve que retirar-se.

Sob a pressão de Filipe rei de França o papado autorizou a extinção da ordem dos Templários. D. Dinis deu a volta à questão e conseguiu a autorização do Papa para criar uma nova ordem portuguesa – a ordem dos cavaleiros de Cristo – e passou todos os bens e monges dos Templários para esta nova ordem.

O reinado de D. Dinis foi marcado por conflitos familiares. Um dos graves conflitos foi com seu irmão D. Afonso. Este recebera de seu pai, D. Afonso II, o senhorio de Portalegre, Marvão, Castelo de Vide e Arronches, com o direito a sucessão. A sucessão ficou para as suas filhas, D. Isabel, D. Constança e D. Maria, todas filhas de D. Violante de Castela e todas casadas com nobres castelhanos. D. Dinis, para proteger o território nacional, retira o direito de sucessão a D. Afonso. O conflito entre os irmãos já vinha de outras razões: D. Afonso nunca aceitara a sucessão ao trono de D. Dinis, alegando que quando D. Dinis nasceu o pai estava excomungado e o casamento com a mãe, D. Brites, não fora reconhecido. Assim, pelo Direito Canónico, só D. Afonso teria direito ao trono, pois fora o único a nascer após a retirada da bula de excomunhão dos pais e, por essa razão, o único fruto de um casamento legítimo. A luta entre os dois irmãos é longa e só vai terminar com a assinatura do tratado de Alcañices entre D. Dinis e o rei castelhano. Esta união teria deixado D. Afonso sem alternativa de luta. Por essa altura estabeleceu-se uma paz entre os dois irmãos, que muitos atribuem à ação conciliatória de D. Isabel.

D. Isabel de Aragão, mulher de D. Dinis, era filha de Pedro III de Aragão e sua mulher D. Constança. Recebeu o seu nome em memória da Santa Isabel da Hungria, sua tia materna. Foi educada na corte de Aragão em rígido sistema religioso. Entrou por Bragança e D. Dinis recebeu-a em Trancoso, vila que recebeu de presente. Depois do tratado de Alcañices, quando se realizou o casamento de D. Constança com D. Fernando de Castela, a rainha acompanha a filha. Três anos depois, D. Fernando IV morre numa batalha contra os mouros. A sua situação financeira, devido à guerra, era muito má, o que levou D. Constança a emprestar à coroa de Castela todo o seu ouro pessoal, empréstimo que a coroa castelhana não honrou após a morte de D. Fernando IV. Pouco tempo depois morre D. Constança que deixa um filho com apenas 3 anos, de nome Afonso. A rainha Isabel vê-se obrigada a intervir para que o neto seja indemnizado dos bens de sua mãe.

A rainha deixou um halo de santidade e toda a sua ação foi num sentido de ajuda ao reino. Foi mediadora de vários conflitos sendo que o mais grave deu origem à guerra civil entre D. Dinis e seu filho D. Afonso. O conflito começou devido ao apreço que D. Dinis mostrava por seu filho bastardo D. Afonso Sanches, o qual recebeu do pai muitas terras entre Douro e as Beiras. A proteção régia foi ao ponto de D. Dinis o nomear Mordomo-mor do reino (1314) o que colocava nas mãos de D. Afonso Sanches a orgânica do governo. D. Afonso, filho legítimo, não gostou e entrou em conflito com o pai. O herdeiro exigia o poder para ele. O clero apoiava D. Dinis e a nobreza estava dividida. Os rumores diziam que D. Isabel apoiava o filho, o que levou o rei a deporta-la

para Alenquer e a congelar todos os seus bens. D. Afonso, em defesa dos bens maternos, entra em Leiria e Torres Novas. Mais tarde em Coimbra, Vila da Feira, Gaia e Porto. A rainha sai de Alenquer e, apesar do perigo, vai para o campo de batalha e obriga pai e filho a fazerem as pazes. No seu testamento D. Dinis confirma algumas posses do filho bastardo assim como o cargo de Mordomo-mor do reino. Este testamento teve D. Isabel como testemunha. D. Afonso não aceita a vontade do pai e ameaça acabar com a paz prometida se os seus direitos de herdeiro não fossem plenamente respeitados. Exigiu que fosse retirado ao meio irmão o cargo de Mordomo-mor assim como as terras. Apesar da reação de Afonso Sanches, D. Dinis, muito doente, não teve forças para o defender. D. Afonso Sanches perde os direitos e D. Afonso herda o trono como Afonso IV.

D. Afonso IV

De temperamento feroso e bravo, reinou durante 32 anos. Rei itinerante, percorreu todo o reino para assegurar a justiça e impor a sua autoridade e administração. Manteve, em certa medida, a política de D. Dinis para aumentar o património da coroa. Abriu tendas de comércio as quais aumentaram de forma significativa a sua fortuna pessoal.

Durante o início do seu reinado manteve o rancor contra o seu irmão bastardo a quem acusou de crime de lesa-majestade por ter tentado substituí-lo no trono. Desterrou-o, em 1324, para Castela, em terras de Albuquerque. Este constituiu lá a sua família. Em 1325, nas cortes de Évora, D. Afonso Sanches manda uma carta de arrependimento que não é aceite pelo rei. O sogro de D. Afonso Sanches, Senhor de Albuquerque, indignado, chega a pegar em armas e a invadir Portugal, mas foi derrotado. A luta entre ambos durou 3 anos causando perdas e sofrimento à população fronteiriça.

Casa com D. Beatriz filha de D. Sancho IV de Castela de quem teve 7 filhos, apesar de apenas 3 terem chegado à vida adulta: D. Maria que casa com o rei de Castela, D. Pedro que herda o trono e D. Leonor que casa com o rei de Aragão.

O casamento de D. Maria com D. Afonso XI de Castela não correu bem. O rei apaixonou-se por D. Leonor de Gusmão e repudiou a rainha. Tal facto comprometeu as boas relações com os dois monarcas. Entretanto, acontece uma real ameaça muçulmana a Gibraltar. A esquadra cristã é derrotada o que leva D. Afonso XI a pedir auxílio ao sogro. A lenda conta que D. Maria teria se deslocado a Portugal para implorar a ajuda do pai. Um exército português acorreu a Tarifa que estava cercada pelos mouros e uma frota saiu de Lisboa para ajudar os castelhanos em Gibraltar. A batalha trava-se nas margens do rio Salado em 1340 e foi um grande vitória.

O rei mouro fugiu e abandonou os seus tesouros. Conta-se que o rei português abre mão dos seus direitos ao espólio. Esta grande vitória em Salado encerra de vez as investidas do Islão.

Foi no reinado de D. Afonso IV que se deu a primeira expedição às Canárias, mas por determinação papal este território ficou sob a exploração de Castela.

No final do reinado de D. Afonso IV chega à península a peste negra. Muita gente morre, a exemplo de toda a Europa, mas na península a peste espalhou-se, principalmente nas regiões da costa e quase não chegou à Meseta. Para piorar a situação portuguesa pouco tempo se tinha passado desde o sismo de Coimbra. Diz-se que 1/3 da população morreu. O povo, inseguro, fugiu dos campos para as cidades, abandonando a agricultura. Portugal foi o primeiro país a tomar medidas urgentes para evitar que a perturbação social quer o descalabro económico daí resultante. D. Afonso IV logo impôs regras para controlar toda uma série de abusos que a calamidade provocou. Devido à epidemia muitos testamentos eram feitos em situação duvidosa; muitos desesperados davam tudo aos vigários em troca de bênçãos especiais. A situação da cobrança das dívidas também teve que ser regulamentada: doentes e a morrer havia quem não conseguisse pagar as dívidas. A coroa não permitiu que se fizessem negócios de usura à custa de gente aflita. Muitos eram os contratos de compra e venda que prejudicavam os herdeiros e faziam cair muitas famílias na miséria por não receberem o justo valor pelos seus bens. O rei quis ainda acabar com a mendicidade impondo normas para terminar com o desleixo e abandono das terras. O medo da morte levava muitos agricultores a receberem os seus bens e a darem-se à ociosidade. Os empregados a soldo, dada a falta de mão de obra, exigiam altos salários para trabalharem nas terras.

O monarca determinou a escolha de dois homens-bons em cada freguesia para fazer o rol de toda a população válida para o trabalho no campo, os quais eram obrigados a aceitar o trabalho determinado pelo concelho. Houve aqui, por parte de D. Afonso IV uma antecipação da Lei fernandina das Sesmarias – não permitia que os ociosos abandonassem os campos nem permitia a mendigagem à exceção de velhos e inválidos. Só estes estavam autorizados a pedir acolhimento em mosteiros e hospitais.

Um acontecimento que também marcou o reinado de D. Afonso IV foi o assassinio de D. Inês de Castro, filha de um nobre castelhano que tinha grande poder senhorial. Este motivo, de cariz político, foi, talvez, a grande razão que motivou ao assassinato da jovem senhora.

D. Inês de Castro veio para Portugal em 1340 no séquito de D. Constança, esposa de D. Pedro. Do casamento de D. Constança e D. Pedro nasce D. Maria (1342), D. Luis (1344) e D. Fernando (1345) futuro rei. Entretanto D. Pedro inicia uma relação de intimidade com D. Inês de Castro. D. Constança, ao perceber tal ligação, e para atenuar e firmar os laços de amizade entre ela e Inês de Castro, que viera para integrar o seu séquito, resolveu pedir-lhe que fosse a madrinha de D. Luis, seu primeiro filho varão. O romance esmoreceu mas, 6 meses depois a criança morre e quebrou todos os escrúpulos dos dois amantes. D. Constança morre pouco tempo depois. O romance ficou mais forte e o rei D. Afonso IV fez tudo para acabar com ele. Dado que D. Pedro estava viúvo, poderia ter contraído casamento com D. Inês de Castro, mas não o fez, apesar desta ter sido uma sugestão do seu pai

Durante 5 anos D. Pedro e D. Inês viveram em Moledo, onde nasceram os seus filhos. Depois vão viver para uma quinta em Canidelo, em Gaia.

Acontece que D. Inês pertencia a uma família castelhana de grande influência e poder e talvez tenha sido essa a razão da desgraça da jovem fidalga. Os conselheiros de D. Afonso IV não viam com bons olhos a relação de D. Pedro com D. Inês e consideravam um perigo para a independência de Portugal, pois ao terem herdeiros, os filhos de D. Pedro e D. Constança corriam perigo. Era conhecida a rivalidade entre D. Lopes Pacheco e a família Castro. A pressão para D. Pedro abandonar a amante não tinham conseguido demover o príncipe herdeiro. D. Pedro instala D. Inês numa quinta em Coimbra, próxima do Mosteiro de S. Clara (Quinta das Lágrimas). Este ato foi considerado uma injúria à Rainha Santa. Uma trama armada por alguns fidalgos, entre os quais Diogo Lopes Pacheco, Álvaro Gonçalves e Pêro Coelho, resolveu assassinar Inês de Castro enquanto D. Pedro estava numa caçada.

Em 7 de Janeiro de 1355 degolaram Inês de Castro.

Não é de crer que D. Afonso VI estivesse presente, nem que a cena em que Inês lhe implora para poupar a sua vida dado que ela era a mãe dos seus 3 netos, seja mais do que uma lenda....

Possivelmente D. Afonso IV saberia do risco que Inês corria e dos planos dos seus conselheiros, até é provável que tenha aprovado a trama do seu assassinato, mas não é muito credível que estivesse presente.

Talvez a morte de Inês de Castro não tenha passado de uma guerra palaciana.

D. Pedro I

Nasce em Coimbra em 1320 e subiu ao trono com 37 anos. Figura enigmática, inquieta, generoso mas severo no que respeita ao cumprimento das leis. Apresentava reações de fúria incontida a par de gestos sensíveis. Fica na história como «o cruel» ou «o justiceiro». Durante o seu reinado Portugal não se vê envolvido em guerras com Castela. Apanhou o final da crise provocada pela peste negra e por essa razão levou a presença régia a todos os cantos do país. Era excessivamente duro com as faltas: mandava matar, castrar, queimar quem cometesse algum tipo de crime.

Logo que assumiu o trono procurou vingança pela morte de Inês de Castro. Pêro Coelho e Álvaro Gonçalves tinham pedido exílio a Castela, mas D. Pedro consegue a extradição e, em Santarém, matou os dois fidalgos com atos de requintada malvadez. Conta a lenda que o monarca arrancou o coração dos dois condenados: um pelo peito e o outro pelas costas. Quanto ao destino de Diogo Lopes Pacheco foi menos trágico. O nobre português tinha-se refugiado em Aragão e nunca chegou a ser extraditado. D. Pedro, em 1360, fez validar o seu casamento secreto com Inês de Castro e fez a translação do corpo de Coimbra para Alcobça. A lenda conta que o rei obrigou à sagração da rainha e ao beija mão, já morta. Não parece que tal tenha, de facto, acontecido. É também de notar que o túmulo de Inês não fica na galeria dos reis, mas na capela mor. O túmulo de D. Pedro, feito no mesmo estilo do de D. Inês, também se encontra na capela mor deste mosteiro.

Ainda como consequência da morte da amante, D. Pedro declara guerra ao seu pai, D. Afonso IV, para a qual tem o apoio de nobres castelhanos familiares de Inês de Castro. Invade o Norte de Portugal onde faz o seu baluarte, mas não consegue apoderar-se do Porto.

O reinado de D. Pedro ficou assinalado pelo **beneplácito régio** que proibia a divulgação no reino de quaisquer documentos pontifícios, sem a expressa autorização do monarca. Todas as ligações do papado com o clero nacional tinha que ter conhecimento oficial. O rei queria evitar, com esta medida, os escritos falsos e contrários às leis régias, os abusos de alguns clérigos que se aproveitavam da desgraça provocada pela peste. O monarca passava a ter o direito de verificar as cartas vindas do Papa que só eram válidas após o seu consentimento.

Deve-se a D. Pedro o facto de ter feito de Portugal o único país, até então, a enfrentar o poder exagerado de Roma. Claro que o alto clero reagiu, mas o rei não cedeu nesta luta para medir forças entre o poder régio e o poder papal. Nas cortes de Elvas, onde a reacção do clero foi calada, surgiram, ainda, mais leis que afirmavam a força do rei em relação ao clero.

D. Fernando

D. Fernando sobe ao trono com 22 anos. Era de bom convívio e aberto aos prazeres da vida. Herdou uma enorme fortuna pessoal do pai, considerado o mais rico de todos os monarcas portugueses. Poderia ter feito muito pelo país, investindo no seu desenvolvimento, mas não soube tirar partido da excelente situação que tinha herdado. Envolveu-se em ruinosas guerras com Castela (1369-1373) e o seu governo só tem de positivo a protecção que deu à marinha e à agricultura.

O motivo próximo da guerra com Castela foi o assassinato de seu primo D. Pedro I. Para vingar a morte do primo, D. Fernando invade a Galiza. Para tal faz um acordo com o rei de Aragão a quem promete casar-se com sua filha Leonor. Mas não cumpre o prometido. A guerra com Castela só trazia prejuízos a Portugal. O Papa entra como mediador de paz entre os dois reinos e estabelece um acordo onde ficava estabelecido que os dois reinos fariam um pacto de paz e que D. Fernando casaria com a filha do rei de Castela, que também se chamava Leonor. Mais uma vez D. Fernando não assume o compromisso.

Entretanto a Inglaterra candidata-se ao trono castelhano, dado que o conde Lencastre, filho segundo do rei Eduardo III era genro de Pedro I que havia sido assassinado. D. Fernando faz uma aliança luso-britânica - **Tratado de Tagilde** - que estabelece alianças políticas e comerciais, e no qual se inscreve o **acordo Westminster**. Nos termos deste acordo D. Fernando deveria defender os direitos de Lencastre ao trono de Castela. Em troca, a Inglaterra enviaria homens e uma armada para ajudar D. Fernando na guerra com Castela

Mas o rei de Castela opera uma verdadeira invasão ao país, atingindo Lisboa. A cidade foi invadida, pilhada e queimada. Como o reforço inglês não chegou, D. Fernando viu-se obrigado a assinar um acordo de Paz com Castela e a repudiar a aliança Lusobritânica. D. Fernando tinha-se envolvido numa guerra inútil que só enfraquecera o país.

Aos disparates políticos junta-se o facto de D. Fernando manter um romance com D. Leonor Teles, mulher muito ambiciosa e com ânsia de poder. Era filha do 1º conde de Barcelos e já estava casada com o fidalgo João Lourenço da Cunha. O rei tratou de anular o casamento para poder contrair matrimónio com D. Leonor de Teles. O povo não só não gostava de D. Leonor, como não via com bons olhos este ato desleal do rei que roubava a mulher de um fidalgo. Fernão Vasques é eleito pelo povo para exprimir as razões que os levava a serem contra o casamento. D. Fernando deveria escolher uma princesa ou a filha solteira de um nobre para se casar. O casamento com D. Leonor era contra a lei de Deus e uma falta de honra. D. Fernando finge aceitar este ultimato do povo mas, às escondidas, parte para o Norte e casa com Leonor Teles no Mosteiro de Leça do Balio em 1371. O ex-marido de Leonor Teles passa à luta armada, mas o rei confisca-lhe os bens. D. Fernando obriga a que todos os nobres jurem lealdade à rainha, mas o meio irmão, D. Dinis, filho de D. Pedro e de D. Inês, recusa-se a tal juramento. O povo revolta-se, tendo como líder **Fernão Vasques** que logo a rainha manda assassinar junto com os cabecilhas da revolta. D. Leonor, ao ver que não consegue apoiantes junto ao povo, procura algum apoio na nobreza, oferecendo em troca algumas «mercês». Notou-se um grande esforço de D. Leonor para conquistar a simpatia do povo, dando esmolas, atendendo a pedidos, fazendo assistência, etc.

Com a morte de D. Henrique, rei de Castela, sobe ao trono o seu filho D. João I. D. Fernando aproveitou para se vingar da humilhação de Lisboa e voltou a aliar-se aos ingleses. O agente que vai representar o rei a Inglaterra é **João Fernandes Andeiro**, natural da Corunha e homem da confiança de D. Leonor. O conde de Andeiro e a rainha propõem o acordo com a Inglaterra: em troca de apoio militar, a princesa D. Beatriz, filha de D. Fernando e D. Leonor, casaria com o príncipe Eduardo e, mais tarde, herdaria o trono português. Os ingleses aceitaram e mandaram as suas tropas para Lisboa. Mas as tropas tornaram-se os próprios carrascos: pilharam as cidades, mataram os habitantes e espalharam o terror. Ao invés de aliados comportavam-se como inimigos e conquistadores. Entretanto, D. João I de Castela avança contra Portugal e ataca novamente Lisboa, facto perante o qual os ingleses ficaram indiferentes. Portugal resolve, então, declinar o pacto com a Inglaterra e, sem lhes dizer nada, estabelece um novo pacto com Castela. A infanta D. Beatriz muda de noivo e passou a ser prometida a D. Fernando, segundo filho do rei de Castela.

Esta guerra com Castela colocava Portugal numa situação dúbia em relação ao papado. A igreja vivia o grave cisma do Ocidente (1378) que acontece após a morte do Papa Gregório XI. Enquanto que o Papa Urbano VI permanecia como chefe da Igreja em Roma, Clemente VII é eleito Papa pelo partido francês e desloca-se para Avinhão. Acontece que a Inglaterra era apoiante do Papa Urbano VI, enquanto que os castelhanos apoiavam Clemente VII. D. Fernando oscilava entre os dois papados conforme as suas

alianças políticas. [A influência de Avinhão sobre o reino português foi menor dado o apoio que D. Urbano VI deu a D. Pedro Álvares Pereira no priorado do Hospital. Mais tarde, quando da subida à coroa do Mestre de Avis, Portugal manter-se-á fiel a Roma.]

O futuro de D. Beatriz, prometida a vários noivos, estava complicado. Acabou por se casar com o rei D. João I de Castela que entretanto tinha ficado viúvo. Esta união procurava acabar com os desentendimentos entre os dois reinos. A escritura foi assinada em **Salvaterra dos Magos** e estabelecia um acordo que previa que o trono de Portugal ficaria para o filho de D. Beatriz com D. João I, após a morte de D. Fernando ou, no caso de não haver filhos, para o próprio D. João I.

D. Fernando já se encontrava muito doente e tal estado agravado de saúde talvez tenha contribuído para que o rei não tenha tomado completa consciência que estava a assinar um acordo que colocava a independência do reino em risco. No acordo, D. Leonor Teles ficaria com a regência do reino enquanto o 1º filho de D. Beatriz não atingisse os 14 anos.

D. Fernando morre em 1383 e o povo dividiu-se: em algumas terras aclamou-se D. Beatriz como rainha, em outras o povo rejeitava a ideia do trono ir para Castela.

Em nome da filha tomou a regência D. Leonor Teles, muito ligada a João Fernandes Andeiro que entretanto tinha recebido o título de conde de Ourém. O povo desconfiava do conde de Andeiro e logo se armou um conluio para acabar com a má influência que ele exercia sobre a regente. Liderava este grupo D. João, meio irmão de D. Fernando, filho de D. Pedro com uma senhora de nome Teresa Lourenço. D. João era mestre da ordem de Avis e irá ser ele o responsável pelo assassinato do conde de Andeiro. Com a morte do conde galego e de outros nobres que frequentavam a corte, D. Leonor refugiava-se em Santarém, de onde pede apoio ao genro, abrindo espaço para uma invasão ao reino.

O povo quer destituir D. Leonor Teles e eleger **D. João Mestre de Avis** como regedor e defensor do reino, até estar solucionado o problema da sucessão.

Ao lado de D. João Mestre de Avis, surge **D. Nuno Álvares Pereira**, eleito o contestável do reino, que correspondia ao mais alto cargo da corte. D. João Mestre de Avis pede novamente auxílio aos ingleses.

A guerra com Castela foi muito dura mas logo se destacou a ação militar de D. Nuno, cuja 1ª vitória se deu em **Atoleiros** (1384), na qual usou a **tática do quadrado**.

Entretanto, Lisboa volta a ser cercada pelas frotas e tropas castelhanas. Depois de longo cerco à cidade, que lutava por sobreviver sem abastecimento de alimentos, eis que surge uma epidemia da peste na esquadra castelhana que obrigou ao regresso imediato a Castela, libertando, assim, a capital portuguesa.

Nem todos os portugueses apoiavam o mestre de Avis. Diz-se que teve predominantemente o apoio do povo, mas não se tratava apenas de «arraia miúda». O

conceito de povo era mais amplo (cavaleiros, peões e mesteirais). A burguesia colocou alguns dos seus bens à disposição do mestre de Avis. Teve ainda o apoio dos intelectuais que estavam nas Universidades, como **João das Regras** que foi um douto legista, assim como **Martins Afonso, João Afonso de Azambuja** e outros.

Havia uma real consciência do perigo. Perante a iminente invasão era necessário encontrar força política.

Três partidos disputavam o trono nas cortes de Coimbra:

1. **Pró - castelhano** – que defendia a escritura de Salvaterra e considerava, em termos jurídicos, que D. Beatriz e seu marido, D. João I de Castela, eram reis de Portugal.
2. **Da Legalidade** – que apoiavam D. João filho legítimo de D. Pedro e D. Inês de Castro.
3. **O Português** – que apoiava D. João Mestre de Avis que, apesar de filho ilegítimo de D. Pedro, era aquele que reunia melhores condições para o interesse nacional.

O papel do jurista João das Regras foi fundamental. A sua argumentação foi negativa, demonstrando a falta de direitos dos outros candidatos e positiva destacando as qualidades do Mestre de Avis. Chegou a duvidar da paternidade de D. Beatriz dado o comportamento duvidoso de D. Leonor Teles. Quanto ao que diz respeito aos dois filhos de D. Pedro e D. Inês de Castro, D. João e D. Dinis, ambos tinham claramente alinhado pelo partido castelhano. Sobrava D. João Mestre de Avis, filho bastardo de D. Pedro. D. João era bem visto pelo povo dada a sua ação durante o cerco de Lisboa.

Nas cortes de Lisboa, a 6 de Abril de 1385, foi eleito rei de Portugal, com o nome de **D. João I** iniciava-se a dinastia de Avis ou Joanina.

2º DINASTIA – DINASTIA JOANINA

D. João I

Terminada as cortes de Coimbra logo se iniciou a resistência castelhana. O rei procurou defender Lisboa de possíveis ataques. Enquanto isso, Nuno Álvares Pereira foi para o Norte do País, que estava mais vulnerável. Em Junho travou-se a **Batalha de Trancoso**, vencida pelas armas portuguesas.

As tropas castelhanas, apoiadas por alguns nobres portugueses que defendiam o trono para D. Beatriz, não desistiam. Em Agosto atingiram Pombal, seguiram para Leiria marchando depois em direção à capital. Deu-se, então, a grande **Batalha de Aljubarrota**, onde D. Nuno Álvares Pereira voltou a usar a tática do quadrado. Pelos registos, os castelhanos eram em número três vezes superior às tropas nacionais. Aljubarrota encerra a crise com Castela e D. João informa os ingleses da vitória de Aljubarrota. O rei estava ciente da necessidade do apoio inglês para manter a vantagem sobre Castela. Ratificou-se, então, o acordo Luso-Britânico com o *Tratado de Windsor*.

Do tratado sai o acordo do casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre

D. Filipa de Lencastre introduziu em Portugal os hábitos da corte inglesa e esforçou-se para elevar as formas sociais e morais de conduta, principalmente entre os cortesãos.

Introduziu a tradição inglesa do ideal cavaleiresco – honra da cavalaria. Também contribuiu para uma elevação cultural da corte.

Da sua união com o rei português nasceram vários filhos que se notabilizaram por diversos títulos na História Nacional, quer no campo da política, quer no campo dos Descobrimentos ou da Cultura. Era visível, no trato com os infantes, a boa formação cultural e moral que receberam de D. Filipa.

Aos filhos de D. Filipa e D. João I foi dado o nome de **Ínclita Geração**.

O comportamento exemplar da família real teve reflexos no comportamento dos cortesãos.

D. Duarte – filho primogénito e herdeiro do trono, participou na expedição a Ceuta. Em 1427 casou com D. Leonor de Aragão. Não tinha qualidades políticas e não apoiou a guerra com Marrocos, preferindo agir na administração régia. Foi um rei muito culto, escritor e filósofo que nos deixou obras de grande interesse, quer em poesia quer em prosa. Foi segundo a sua determinação que o Dr. Rui Fernandes organizou as *Ordenações Afonsinas*. Suas principais obras foram *O Leal Conselheiro* (ensaio no domínio da Ética) e Livro da *Ensinança de Bem Cavalgar em Toda a Sela* (manual para cavaleiros)

D. Pedro – com mais habilidade para governar, foi também um letrado. Participou na conquista de Ceuta onde foi armado cavaleiro em simultâneo com os irmãos. Recebeu na altura o título de 1º duque de Coimbra. Viajou pela Europa e entrou em contacto com nobres, mercadores e humanistas, conhecendo novas realidades da política económica do seu tempo. De Burges escreveu ao seu irmão, D. Duarte, um documento onde retratava a sua visão quanto ao bom ordenamento da função pública, da justiça e da governação. Casou com D. Isabel de Aragão, filha do duque de Urgel. Era partidário da expansão atlântica e era contra a guerra com Marrocos. Quando D. Duarte morreu, ficou com a regência do reino até o sobrinho atingir 14 anos.

Casou sua filha com o sobrinho, futuro rei de Portugal, D. Afonso V.

Infante D. Henrique – foi o principal impulsionador dos descobrimentos marítimos. Com apenas 20 anos foi herói em Ceuta. Era mestre da Ordem de Cristo e por isso não podia casar, porém foi autorizado pelo Papa a fazê-lo, mas não aceitou. Era apologista da conquista de Marrocos, mas o fracasso de Tânger fez-lo virar-se para as descobertas atlânticas. Ainda durante o reinado de seu pai, D. João I, sob o seu comando são descobertos os arquipélagos da Madeira e dos Açores. Durante os reinados de D. Duarte e D. Afonso V (incluindo a regência de D. Pedro), sob o comando do Infante D. Henrique a costa ocidental da África foi sendo descoberta até Cabo Verde. Já no final da vida participa da conquista aos mouros de Alcácer - Ceguer

Infanta D. Isabel – Casou com D. Filipe de Borgonha. Teve um importante papel diplomático e destacou-se como uma grande estadista. A aliança de Portugal com Borgonha era muito importante para incrementar o comércio luso-flamengo. Foi por seu intermédio que mercadores e habitantes de Flandres povoaram os Açores.

Infante D. João – Foi o filho com menos projeção. Era administrador da ordem de Santiago. Casou com D. Isabel, sua sobrinha, filha do seu meio-irmão D. Afonso, e neta de D. Nuno Álvares Pereira. Exerceu o cargo de condestável do Reino. Opunha-se à política de conquista no Norte de África e era partidário da expansão marítima

D. Fernando – Foi mestre da Ordem de Avis. Era favorável à conquista de Marrocos. Insistiu na Conquista de Tânger, que foi um fracasso e uma tragédia para si próprio. Ficou como refém dos mouros e, após 6 anos de cativeiro, morreu em Fez. O povo considerou-o um mártir da pátria e atribuiu-lhe o título de **Infante Santo**.

D. João I, antes de casar com D. Filipa de Lencastre, tinha tido um filho bastardo de nome **D. Afonso** que, dado o seu casamento com D. Beatriz, filha de D. Nuno Álvares Pereira, adquiriu o título de 8º **Conde de Barcelos** e, mais tarde, o 1º **Duque de Bragança**. Este filho bastardo foi bem aceite por D. Filipa e convivia com o pai e os irmãos, na corte. Tinha, inclusive, palavra no Conselho Régio. Tomou parte na conquista de Ceuta e não foi apoiante da expedição a Tânger.

As relações que manteve com o meio-irmão D. Pedro foram conflituosas, dada as ideias de absolutismo régio defendidas pelo Regente do Reino e que não agradavam a D. Afonso, mais preocupado com o incentivo do poder senhorial. O conflito leva-o a confabular contra o Infante D. Pedro, influenciando o jovem monarca e sobrinho de ambos, D. Afonso V. Movido por suspeita de traição, infundada, por parte de D. Pedro, o rei, apoiado pelo tio D. Afonso, mata o infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira.

Após a **paz de Ayllon**, D. João I dirigiu o seu interesse para as conquistas do Norte de África. Pediu ao Papa a ajuda das ordens Militares para a guerra que pretendia travar contra os infiéis. Ambos os reinos, Portugal e Castela, queriam conquistar as terras aos mouros: Castela queria acabar com a presença moura em Granada; Portugal queria invadir a Mauritânia e conquistar Ceuta.

As principais razões apontadas por aqueles que defendiam a conquista de Ceuta resumiam-se a estas:

1. O reforço do comércio com o Norte de África;
2. A obtenção de metais preciosos existentes em abundância na região, úteis para resolver a crise económica que o país viva;
3. A ociosidade em que se encontrava a nobreza, após a paz com Castela;
4. O afastamento e enfraquecimento do poderio mouro no Norte de África, evitando uma possível invasão ao Algarve;
5. A expansão da fé cristã.

Contudo, a coroa não dispunha de reservas suficientes para esta empreitada. Os recursos teriam que vir dos impostos, facto que agravou muito a situação financeira do povo português. Por esta e outras razões, nem todos os nobres defendiam o ataque de Ceuta, preferindo a expansão marítima na descoberta de novas terras. Entre estes encontravam-se os infantes D. Pedro e D. João. No entanto, para uma grande parte dos nobres, a paz com Castela deixara um vazio nas suas vidas e ansiavam por novos feitos guerreiros, novas conquistas, que os ocupasse e desse algum sentido às suas vidas. Igualmente, uma franja importante da burguesia via com bons olhos a aquisição daquele rico território, forte em transações comerciais.

D. Filipa, D. Nuno Álvares Pereira, D. Afonso Conde de Barcelos, entre outros, apoiavam este projeto. A região de Flandres ligou-se à expedição.

D. João I ordenou aos fidalgos e homens de armas que se reunissem em Lisboa. Do Porto veio D. Henrique com 70 navios e barcas. No início de Julho de 1415 reuniu-se, na foz do Tejo, uma grande frota com 200 velas e mais de 20.000 homens.

Entretanto, morre D. Filipa, o que veio a atrasar a expedição uma semana. Na noite de 14 de Agosto, sem que os mouros desconfiassem de nada, aportaram em Algeciras. Os mouros de Gibraltar, ao verem tal força da esquadra, pedem «boa vizinhança» e fornecem ao rei alguns conselhos sobre o ataque a Ceuta. Os mouros de Ceuta, perante a força do ataque, abandonaram a cidade. O ataque fez muitas vítimas, mas só 8 cristãos. O saque foi enorme. Ali, em Ceuta, no dia 25 de Agosto, os infantes foram armados cavaleiros na Mesquita que tinha sido transformada em igreja de Santa Maria.

Não se sabia bem que destino dar a Ceuta. Isolada e longe do Continente, havia o perigo de uma posterior reconquista. D. Henrique, porta voz de muitos nobres, propôs novas conquistas aos mouros, para que Ceuta não ficasse isolada. Contudo, alguns nobres consideravam que era mais prudente abandonar a cidade, pois não era possível defendê-la. D. João I queria conservar a cidade e propôs a ajuda voluntária de cavaleiros que lá permanecessem e o envio de homens desterrados, com suas famílias. Um grupo de 40 nobres resolveu ficar junto com os seus homens e D. Pedro de Meneses ofereceu-se para fronteiro de Ceuta. Faziam um total de 2.700 homens. O rei deixou-lhes algumas galés, armas e pólvora.

Logo que chegou a Portugal o rei informou D. Fernando I, rei de Aragão e regente de Castela, do êxito alcançado em Ceuta, e propôs uma aliança militar contra os mouros de Granada, mas o rei aragonês, doente, rejeitou. D. João I optou por voltar-se, novamente, para a conquista do Norte de África.

Entretanto, os mouros cercam a cidade de Ceuta o que obrigou D. Henrique e D. João a acorrerem a Ceuta para apoiarem a defesa da cidade. D. Duarte e D. Pedro vão para o Algarve para prevenir qualquer ataque a esta região.

Enquanto está em Ceuta, D. Henrique ataca Gibraltar, mas um forte temporal fê-lo recuar para Lisboa.

O problema de Ceuta agravava-se: eram necessários mais homens para defenderem a cidade e era importante a deslocação de famílias para colonizarem a região. D. João pede ao Papa uma Bula de indulgência para quem fosse habitar Ceuta. O Papa concedeu a Bula *Quia dilacionem*. D. João oferecia cartas de doação de terras e castelos a quem quisesse colonizar a cidade. Os desterrados que tinham sido deslocados para lá recebiam uma comutação da pena em 50% se ajudassem a defender a cidade. Contudo, nenhum esforço resultou.

D. João I morre em Lisboa com 76 anos e os seus restos mortais encontram-se no Mosteiro da Batalha. Como curiosidade, o rei nasceu e morreu no mesmo dia do ano (14 de Agosto). Também venceu Aljubarrota em 14 de Agosto e foi igualmente em 14 de

Agosto que partiu para a expedição de Ceuta, no ano de 1415. Estas coincidências levaram o povo a estabelecer conotações astrológicas.

D. Duarte

Com a morte de D. João I herda o trono o seu primogénito, D. Duarte, casado com D. Leonor de Aragão.

A família real não tinha só uma opinião quanto a continuar com as conquistas no Norte de África. Os infantes D. Henrique e D. Fernando eram a favor da causa. Os infantes D. João e D. Pedro eram contra, apesar de este último não ter estado presente nas cortes de Évora, reunidas por D. Duarte para discutir esta questão.

D. Duarte era inicialmente contra novas expedições, mas, talvez por influência da rainha D. Leonor de Aragão e também do Papa, o facto é que D. Duarte autorizou a conquista de Tânger.

A expedição ficou sob a responsabilidade de D. Henrique e contou com o apoio de D. Fernando. Mas esta nova expedição foi um desastre. D. Henrique não resistiu às forças marroquinas e acabou por se render. Os mouros colocaram como condição para devolverem os prisioneiros a entrega de Ceuta, contudo, D. Fernando ficaria como refém até à entrega da cidade.

D. Duarte reuniu imediatamente as cortes de Leiria para decidir a entrega de Ceuta e a libertação do infante D. Fernando. Mas as opiniões dividiam-se:

1. Os infantes D. Pedro e D. João defendiam a devolução imediata da cidade e o resgate do infante D. Fernando;
2. A igreja considerava que Ceuta já era uma cidade cristã e que a sua devolução aos infiéis carecia de um acento papal;
3. Alguns nobres defendiam um ato diplomático para renegociar as condições do resgate, por dinheiro ou outros bens, que não a devolução da cidade;
4. A outra maioria da nobreza era totalmente contra a entrega de Ceuta e aceitavam a condição de mártir de D. Fernando.

D. Duarte, perante as posições quer do clero, quer da nobreza, considerou que não poderia entregar Ceuta. Esta decisão abalou o rei, deixando-o muito fraco e doente. A hipótese de ter contraído a peste contribuiu para que, pouco depois, o rei tenha falecido prematuramente.

No testamento, D. Duarte confiava a D. Leonor a regência do reino enquanto seu filho, o infante D. Afonso, era menor. Mas o povo considerou que não cabia a D. Duarte nomear o regente, mas sim às cortes. D. Leonor ao início concordou, mas alguns nobres convenceram-na a lutar pelos seus direitos.

Nas cortes de Torres Novas a rainha e todos os infantes, irmãos de D. Duarte, fizeram o juramento de lealdade ao futuro rei D. Afonso, ainda criança. Ficou acertado que D. Pedro mantinha o cargo de Defensor do Reino em simultâneo com D. Leonor.

Regência de D. Pedro

As cortes aprovaram um regimento da autoria do Infante D. Henrique, que deveria ser seguindo até que D. Afonso atingisse os 14 anos: A D. Leonor pertencia a educação do filho, recebendo rendas régias para o efeito. Formar-se-ia um conselho régio, composto por 6 pessoas incluindo um religioso. Os desembargos careciam da assinatura conjunta de D. Pedro e da rainha. Ambos detinham a máxima autoridade nas matérias da Fazenda e no conflito de Ceuta. A guerra e a defesa do Reino caberia a D. Pedro e a administração da justiça foi entregue ao Conde de Arraiolos.

As relações de D. Pedro e D. Leonor não correram bem, principalmente pelo facto de D. Leonor ir contra as determinações de D. Pedro, dando contraordens. Um dos casos mais conflituosos diz respeito à substituição operada por D. Leonor, do escrivão da Câmara do Porto, cargo que entregou a um nobre que não pertencia ao Burgo. A população do Porto não gostou e protestou. Em Lisboa, as contraordens da rainha também geraram descontentamento. D. Pedro e D. Leonor estavam em pé de guerra e já armavam seus exércitos, mas a resolução do conflito veio de forma administrativa. A Câmara de Lisboa considerou que era um perigo haver dois regedores do Reino e propôs a nomeação de apenas um. D. Pedro obteve maior consenso. Essa decisão foi tomada nas cortes de Lisboa.

D. Leonor não aceitou bem a decisão das cortes e pediu apoio aos irmãos para uma invasão a Portugal como retaliação. D. Pedro logo reagiu e nomeou os três irmãos para defenderem as fronteiras: D. Henrique responsabilizou-se pelas fronteiras da Beira, D. João ficou com a fronteira do Alentejo e Guadiana, D. Afonso, conde de Barcelos, cuidou das fronteiras do Minho, Trás-os-Montes e Douro.

Mais tarde, o conde de Barcelos passa-se para o partido de D. Leonor.

O conflito estava instalado, mas os apoiantes de D. Pedro eram em número muito superior aos de D. Leonor. Receosa da força política do cunhado, fugiu para Albuquerque e nunca mais voltou a Portugal, morrendo em Toledo.

O conflito de Ceuta mantinha-se. Houve várias tentativas para libertar D. Fernando, mas sem efeito.

Após 6 anos de cativo, D. Fernando acaba por morrer em Fez. O povo atribui-lhe o nome de **Infante Santo**. Mais tarde, o sobrinho, D. Afonso V manda vir os restos mortais de D. Fernando e sepultou-os no Mosteiro da Batalha.

O Infante D. Afonso atingiu os 14 anos e D. Pedro mandou convocar as cortes de Lisboa nas quais entregou o governo ao sobrinho. Nomeou o Infante D. Fernando, filho mais novo de D. Duarte, o condestável do reino.

D. Pedro, talvez movido pela intenção de ficar mais próximo do jovem monarca, promoveu o casamento da sua filha D. Isabel com D. Afonso V. Como eram primos diretos foi necessária uma autorização papal. Como dote, ofereceu a D. Isabel os senhorios que haviam pertencido a D. Leonor, facto que não agradou a muitos nobres que haviam apoiado a então rainha, principalmente D. Afonso duque de Bragança. Este facto veio agravar as relações entre os irmãos. D. Pedro não detinha muito apoio por parte da nobreza, mas, em compensação, o povo, nomeadamente do norte, mantinha-se fiel ao ex-regedor. É bom lembrar que tinha sido D. Pedro a atribuir o título de 1º Duque de Bragança a seu irmão D. Afonso..

Após a morte do Infante D. João, um dos filhos de D. João I, D. Pedro conseguiu junto ao Papa a nomeação do Infante D. Fernando, irmão do rei D. Afonso V, para mestre da ordem de Sant'ago.

Durante o governo de D. Pedro todos os irmãos foram beneficiados, mas D. Henrique foi de todos o mais agraciado, quer no campo político, quer no campo económico. D. Pedro confirmou a concessão do ducado de Viseu, deu-lhe a dízima da pesca de Monte Gordo e o exclusivo da pesca do atum do Algarve. Nomeou-o fronteiro-mor da Comarca da Beira, fazendo do Infante D. Henrique um dos senhores mais ricos e poderosos do reino.

D. Afonso V

Nas cortes de Lisboa, apesar de haver alguma pressão para que D. Afonso V não mantivesse D. Pedro no cargo de regente, o jovem rei renovou a confiança política e governativa do tio.

Durante todo o seu governo enquanto regente, D. Pedro tinha tomado medidas para manter o poder régio e diminuir o poder senhorial. Neste sentido, tinha abolido as frontarias, pois, dada a paz estável com Castela, nada justificava a presença de fidalgos nos castelos de fronteira. Pelo contrário, a simples presença ociosa desses nobres, criava uma certa instabilidade, já que algumas pequenas questões com terras e nobres castelhanos estavam a tornar-se rotineiras. Os nobres não gostaram da medida e, talvez por pressão destes, D. Afonso V deferiu a proposta de D. Pedro. Aproveitando este momento de desacordo entre o monarca e o regedor, a nobreza, liderada por D. Afonso duque de Bragança, incentivou o jovem rei a libertar-se da influência do tio e sogro D. Pedro, que, na opinião daqueles, procurava obter maior protagonismo no governo régio. A crise instala-se e, pouco depois, D. Afonso V põe termo à autoridade do tio, destituindo-o do cargo. D. Pedro retira-se para o seu ducado de Coimbra. Contudo, a lealdade dos súbditos ao regente mantinha-se, principalmente no norte. A Câmara do Porto continuou a aplicar nas sessões os mandatos do antigo regente.

A influência que D. Pedro exercia no jovem monarca foi substituída pela influência que sobre este passou a exercer D. Afonso, duque de Bragança, ao ponto do jovem rei o nomear fronteiro-mor das Comarcas do Douro, Minho e Trás-os-Montes. A nobreza que apoiava o duque de Bragança e alguma nobreza aragonesa, articularam boatos sobre uma eventual revolta por parte de D. Pedro, afirmando que este denotava grande

hostilidade ao rei. Chegaram a inventar que a morte da rainha D. Leonor teria sido provocada por envenenamento, obra de D. Pedro.

Este boatos surtiram o efeito desejado e D. Afonso V inicia uma perseguição a D. Pedro, à qual não escaparam todos os nobres do norte que o apoiavam, que se viram excluídos de todos os cargos e ofícios. A rainha D. Isabel (filha de D. Pedro) intercede no sentido de aplacar a fúria do marido e pede-lhe que perdoe os antigos servidores do pai que estavam a ser objeto de inquirições régias. D. Afonso V mostra alguma boa vontade em refrear o conflito.

Entretanto, D. Pedro começa a reear uma aliança entre o duque de Bragança e nobres castelhanos e aragoneses, transformando-se numa força de oposição invencível. Assim, resolve proteger o seu ducado de Coimbra, reunindo um pequeno exército nas suas terras. A este facto o monarca não deve ter ficado indiferente. O conflito agrava-se quando, no início de Abril, o duque de Bragança, a caminho da corte, opta por atravessar as terras de D. Pedro, o qual o impediu. D. Afonso V ficou irritado com tamanho ato de autoridade senhorial de D. Pedro e ameaçou confiscar-lhe os bens.

Na opinião de muitos historiadores, a viagem de D. Pedro à corte, após este incidente, tinha como objetivo um encontro com o monarca, para lhe fornecer a sua visão dos factos e de o prevenir de eventuais perigos para a coroa portuguesa, mas não foi esta a interpretação do rei, nem esta a visão dada por alguns nobres da corte. A verdade é que D. Pedro parte de Coimbra em direção à corte, acompanhado por uma forte escolta de cavaleiros, na qual se incluíam seus filhos. Esta marcha de D. Pedro logo foi anunciada ao rei como um ato de rebeldia com intenções de golpe de Estado.

D. Afonso V manda alguns cavaleiros para que observassem a comitiva de D. Pedro que se encontrava em Alcobaça.

D. Pedro não queria aparecer armado perante o sobrinho, mas a viagem até Santarém era arriscada e D. Pedro tinha que se prevenir de um eventual ataque do exército real. D. Pedro contava com a intervenção a seu favor por parte da filha e, principalmente, da parte do Infante D. Henrique que tinha muita influência sobre D. Afonso V, mas a filha, dada a sua imaturidade e juventude, nada conseguiu e D. Henrique pouco fez pelo irmão que tanto o tinha ajudado. Manteve-se ao lado do rei agindo em defesa dos princípios senhoriais que representavam os seus maiores interesses .

O encontro armado entre os exércitos de D. Pedro e de D. Afonso V deu-se no campo de **Alfarrobeira** (Alverca) em 1449, onde D. Pedro e outros fiéis cavaleiros são mortos. Em consequência de Alfarrobeira muitas propriedades de D. Pedro e outros nobres foram transferidas para membros da casa senhorial que tinham apoiado o monarca. Alfarrobeira representa a vitória da facção palaciana de D. Afonso V.

Só mais tarde, com o reinado de D. João II, neto de D. Pedro, viriam a ter lugar as medidas de controle sobre o poder senhorial, que D. Pedro, em vão, quisera impor.

D. Afonso V informou os duques de Borgonha da «traição» de D. Pedro que, na crença do rei, tentara derrubar a coroa, pelo que o monarca se vira forçado a agir.

Na opinião de muitos historiadores e biógrafos de D. Pedro, este nunca pretendia conquistar o poder, mas apenas defender a sua honra ultrajada. Alfarrobeira não passara de uma armadilha.

Filipe, o Bom, pediu para que fosse dada condigna sepultura aos restos mortais do Infante D. Pedro e, ainda, que os seus filhos, presos desde Alfarrobeira, fossem para Borgonha. D. Afonso V deixou partir os cunhados, mas o corpo de D. Pedro continuou jogado no campo de batalha.

Em 3 de Maio de 1455 nasce, em Lisboa, o príncipe D. João e só por essa altura a rainha consegue que os restos mortais do pai, entretanto enterrado em campa comum, fossem trasladados para o Mosteiro da Batalha. Em Dezembro desse ano D. Isabel morre, suspeitando-se de envenenamento.

Desde 1453, com a perda de Constantinopla para os turcos, que todos os monarcas e nobres cristãos lutavam como cruzadas, combatendo os infiéis. O Papa dava vários benefícios aos nobres que se envolvessem nesta luta cristã.

D. Henrique consegue convencer D. Afonso V a combater os infiéis no Norte de África, argumentando que o imperativo era combater o Alcorão, onde ele se encontrasse.

O problema do isolamento de Ceuta mantinha-se e era crucial a conquista de outra cidade que lhe servisse de apoio. Decidiu-se por **Alcácer Ceger**, cidade de corsários, mercadores e tecelões, rica em gado, fruta e vinha. Centro comercial e militar do Norte de África, uma das terras mais abastadas do Magrebe.

A expedição, com 200 velas, integrava o rei, os infantes irmãos do rei, D. Henrique e muitos nobres. O castelo era de acesso difícil devido à solidez dos seus bastiões e à gente que o guardava. Foram necessários dois dias de combate, até o castelo cair.

D. Afonso V utilizou antigos presos e degredados para efetuarem a conquista e muitos fixaram-se lá.

Alguns nobres, incluindo D. Fernando, irmão do rei, eram contrários à manutenção da guerra com Marrocos, mas o rei manteve o interesse e, em 1469 atacou a cidade de Anafé (Casablanca) saqueando a cidade para a abandonar de seguida.

Em 1471 dirigiu o seu interesse para a cidade de **Arzila**, capital económica e término da rota do ouro do Mali. Do Algarve juntaram-se 477 velas e 30.000 homens. O príncipe herdeiro, D. João, com apenas 16 anos, participou nessa expedição. Apesar da resistência, a cidade rendeu-se 10 dias depois. Ali foi armado cavaleiro D. João, na mesquita transformada em igreja cristã.

Ainda no reinado de D. Afonso V se instala a polémica sobre a sucessão no reino de Castela. Henrique IV de Castela morre e a nobreza castelhana não quer aceitar a

sucessão para sua filha D. Joana, sobrinha de D. Afonso V. O monarca português toma o partido da sobrinha e sugere um consórcio entre ambos, num projeto de integração ibérica, associando a coroa de Castela à de Portugal. Este projeto caiu dada as derrotas militares que se sucederam.

A 28 de Agosto de 1481 D. Afonso V fechava os olhos em Sintra, terminando um reinado que em muitos aspetos foi desastroso para o país. O governo quase de 50 anos com um saldo pouco positivo. Na política de expansão ultramarina descobriu terras que vão do rio Ouro ao cabo de Santa Catarina, mas o rei nunca se mostrou interessado na exploração da costa ocidental da África.

Na política interna contrariando a política de centralização de D. Pedro, tornou-se generoso com a nobreza enriquecendo muitas casa senhoriais.

Na política externa salienta-se o fracasso com Castela e o insucesso com a França em razão à perseguição que fez a D. Pedro, o que contribuiu para afrouxar os laços que o ligavam à corte de Borgonha. Ficou conhecido como o Africano e ressalta-se o facto de ter sido durante o seu reinado que veio a lume a coletânea *Ordenações Afonsinas*, apesar de ter sido uma decisão de D. Pedro. A sua maior herança foi o príncipe D. João que veio a ser o maior rei português, pela firmeza governativa e pela visão política que marcaram o seu reinado.

D. João II

O Infante D. João nasceu em Lisboa a 5 de Maio de 1455. Quando o seu pai embarca para a expedição a Marrocos, ficou como regente do reino, apesar de ter, apenas, 9 anos. Com 16 anos integra o exército na tomada de Arzila, onde é armado cavaleiro. No mesmo ano casa com D. Leonor de Lencastre, da qual terá apenas um filho de nome Afonso.

Ficou sucessivamente como regente, sempre que seu pai se ausentava. Nos últimos 6 anos de vida do rei D. Afonso V, já era D. João que exercia, de facto, o poder, principalmente no que respeitava à política ultramarina.

Subiu ao trono em 1481, com 26 anos. Procurou, imediatamente, remediar os abusos que o seu pai cometera em favor da classe senhorial, facto que muito agravara a autoridade régia. A nobreza favorecida por D. Afonso V procurou reagir à política de centralização. D. João II promulgou várias ordenações, entre as quais, aquela que

proibia o direito de asilo nas terras dos fidalgos. Também decretou que os senhores não poderiam intrometer-se nas eleições dos ofícios dos concelhos. Estas e outras medidas destinavam-se a contrariar os efeitos que os atos do progenitor tinham provocado no excessivo poder da classe nobre.

Entretanto, a peste começou a atacar o Alentejo, sentindo-se os efeitos em Évora, pelo que D. João II resolveu transferir as cortes para Montemor-o-Novo e, mais tarde, para Santarém.

D. João II tem conhecimento de uma conspiração organizada por D. Fernando, 3º duque de Bragança, o nobre mais poderoso do reino, descendente do seu tio avô, D. Afonso.

D. Fernando acompanhara D. Afonso V nas expedições em África e adquirira uma enorme fortuna. Foi ele que construiu o paço ducal de Vila Viçosa, que durante muitas gerações foi o paço dos Bragança. Antes dele, o paço dos duques de Bragança era em Guimarães, obra do 1º duque de Bragança, D. Afonso.

D. Fernando conseguiu recrutar um exército de 3000 cavaleiros e 10.000 infantas.

D. João II estava consciente do perigo dessas alianças políticas e decidiu passar à ação: prendeu o duque de Bragança, por crime de lesa-majestade, e condenou-o à morte, em praça pública. Os bens da casa ducal foram confiscados pela coroa.

D. João é informado que o seu cunhado D. Diogo estivera envolvido na conjura e que preparava nova conspiração. Logo D. João II determinou que fosse degolado e esquartejado em praça pública, junto com os seus cúmplices.

Ao longo de 3 anos, D. João II impôs a centralização régia como garantia de um poder eficaz.

Mandou reforçar a sua guarda pessoal e as medidas implacáveis que tomou perante atos de traição serviram como travões às tentativas da nobreza para contrariar a sua política centralizadora.

Entretanto manteve a política ultramarina.

Mandou edificar o castelo de S. Jorge da Mina e promoveu as viagens de Diogo Cão à foz do rio Zaire e à costa sul de Angola.

Investiu no povoamento das cidades marroquinas e promoveu o seu governo e administração. Deu cartas de perdão a quem colonizasse Arzila.

A política do monarca consistia em dominar política e comercialmente o Magrebe sem o recurso à força ostensiva. Para isso, negociou com os mouros concedendo-lhes cartas de privilégio.

Os mouros de Azamor colocaram-se sob a obediência do monarca. Foi, ainda, no reinado de D. João II que se assinou o **Tratado de Tordesilhas** que dividiu o mundo por um meridiano imaginário e determinou que as terras a oriente desse meridiano

seriam posse de Portugal, e a ocidente seriam posse de Espanha. Esse meridiano passava a **370 léguas de Cabo Verde**.

D. João II quer manter a paz com o rei de Castela, dado o grande prestígio que tinham na altura, o que lhe deu o título, a ele e à rainha, de reis católicos. Combinou, então, o consórcio do seu filho D. Afonso com D. Isabel, filha primogénita dos reis católicos, para assim conseguir uma paz luso-castelhana duradoura. O casamento fez-se em Évora, pois a cidade de Lisboa encontrava-se sob um surto de peste. Para afastar o perigo da peste em Évora a cidade foi evacuada durante 15 dias e lá foi colocado um rebanho.

O casamento fez-se com grande pompa mas, um ano depois, o herdeiro morre num acidente de cavalo. A infanta viúva retorna a Castela e D. Afonso é enterrado no mosteiro da Batalha.

A rainha D. Leonor refugia-se com a sua dor, em Sintra.

A morte de D. Afonso tinha criado um sério problema de sucessão, que iria causar muito sofrimento ao rei D. João II.

Quando ainda era Infante, D. João tinha tido um filho bastardo, D. Jorge, o qual havia sido criado pela princesa D. Joana, irmã do rei.

Quando D. Joana morre, D. Jorge passa a viver na corte e é bem recebido pela rainha D. Leonor e pelo irmão D. Afonso.

D. João II, ao ter perdido o seu único filho legítimo, pensou em fazer de D. Jorge o seu sucessor legítimo, contudo, pede-lhe que saia da corte, para não aumentar a dor da rainha.

D. João, prevendo as dificuldades que D. Jorge iria enfrentar, fê-lo mestre de Avis e de Sant'Iago, para dar ao filho bastardo um grande poder militar.

D. Leonor rejeita a proposta de fazer de D. Jorge o sucessor legítimo e pede ao rei que o trono seja dado ao seu irmão D. Manuel, primo e cunhado de D. João II.

D. João II não queria dar a sucessão a D. Manuel mas, dada a sua frágil condição de saúde, não teve forças para lutar com a nobreza que, na sua maioria, apoiava D. Manuel.

D. João II acaba por morrer e sucede-lhe o rei D. Manuel I.

O rei D. João II foi uma das maiores figuras da nossa História, pelas qualidades pessoais, pela governação e pela obra que realizou. Reinou apenas 14 anos.

Ficou conhecido como o *Príncipe Perfeito*

D. Manuel I

D. Manuel I sucede a D. João II. A legitimidade da coroa vinha-lhe do facto de ser neto paterno de D. Duarte (filho de D. Fernando) e neto materno de D. João. D. Manuel era,

assim, bisneto de D. João I. O cognome de *O venturoso* foi-lhe atribuído, dada a situação auspiciosa do reino durante o seu governo.

D. Manuel estreitou a aliança com Castela e manteve a marcha ultramarina. Casou com D. Isabel, viúva de seu primo D. Afonso. D. Isabel, muito fiel ao cristianismo, exigiu como condição do consórcio, que todos os judeus abandonassem Portugal.

D. Manuel tinha aberto as fronteiras aos judeus expulsos de Espanha pelos reis católicos, mas as exigências de D. Isabel deram origem ao grande êxodo de Lisboa. Todos os judeus teriam que abandonar o reino, sem autorização para levarem os seus bens e os seus filhos, com menos de 14 anos que ficariam em Portugal e seriam espalhados pelo reino, para crescerem no seio de uma família cristã. Aqueles que quisessem ficar, teriam que se converter ao cristianismo. Nasceram aqui os cristãos novos, que ficaram no reino, apesar de se sujeitarem a muitas medidas de exclusão e de perseguição. O povo desconfiava dessa repentina conversão e suspeitava, não sem razões, que as famílias praticavam a religião hebraica clandestinamente. Em 1506 ocorre em Lisboa, durante a Pascoela, uma perseguição muito grave aos judeus, que se transformou num massacre e, durante apenas 2 dias, matou mais de 2.000 pessoas. D. Manuel, quando tomou conhecimento, condenou à forca os responsáveis por este distúrbio e perseguição, incluindo os dois padres que conduziram o massacre. Como consequência, D. Manuel aumentou a tolerância para o povo hebraico, cujos membros foram autorizados a sair do reino, se o desejassem, levando os seus bens, ou manterem-se em Portugal com mais garantias de segurança. A paz religiosa vigorou durante o final do reinado de D. Manuel.

A presença de Portugal no Norte de África continuava a ser garantida por Ceuta, Tânger, Alcácer Ceguer e Arzila, cidades que constantemente sofriam ataques que impediam o abastecimento de víveres. Desde o final do séc. XV que havia uma espécie de tutela política portuguesa em Safim, onde D. João II estabelecera uma feitoria. D. Manuel procurou manter essas relações.

Era importante conquistar Alcácer Quibir. Foi tentada uma investida a partir das guarnições de Arzila e Tânger, mas foi um fracasso, e só serviu para aumentar as hostilidades entre mouros e cristãos. A situação não era nada calma, o que levou D. Manuel a construir uma fortaleza em Castelo Real, em frente da ilha de Mogador. Safim ficou à nossa mercê e o facto de se ter Safim, tornava mais fácil a conquista de Marraquexe. Em 1512 houve um novo ataque a Azamor e a cidade caiu. Agora, era óbvia a tutela portuguesa de Mazagão, cidade com uma situação geográfica que lhe permitia dominar as vias comerciais do Algarve, Açores e Marrocos. Para lá das razões económicas, existiam as razões políticas e militares. Em 1515 há algumas tentativas para conquistar Anafé (Casablanca) e Marraquexe, mas sem êxito. Desde o início do séc. XVI que a fama e prestígio de Portugal no comércio e na evangelização corria o mundo. D. Manuel informara os reis católicos da ação portuguesa nos descobrimentos. Havia um sentir geral que as expedições portuguesas iriam alterar as vias comerciais e que dariam um novo rumo à economia da época. Portugal era admirado e invejado por

outras nações, transformando-se esta inveja em concorrência. A viagem de Vasco da Gama à Índia estabelecia ligações privilegiadas de Portugal com o comércio do oriente, abrindo uma nova rota. A chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil trazia boas perspectivas económicas. O nome de Portugal corria o mundo. Cabia a Portugal a tarefa primeira de alargar o mundo cristão. Nasceu o conceito de *República cristã* que incluía todos os povos descobertos no seio da igreja, sem distinção de raças. Roma tomara consciência da importância de Portugal.

Do casamento de D. Manuel I com D. Isabel nasceu um filho, D. Miguel, mas a mãe morreu depois do parto. D. Miguel herdaria o trono de Portugal, de Castela e Aragão, mas também morreu precocemente. D. Manuel I volta a casar, desta vez com a segunda filha dos reis católicos, D. Maria. Desta união, viera a nascer uma geração de notáveis príncipes que conheceram os mais variados destinos. A crise dinástica de 1580 radicou na sucessão dos filhos de D. Manuel I e D. Maria:

D. João, que irá herdar a coroa;

D. Isabel, que casou com Carlos V da Alemanha e que veio a ser, também, rainha de Castela;

D. Beatriz, esposa de Carlos III duque de Sabóia;

D. Luís que morreu solteiro mas deixou um filho bastardo, o qual veio a ser Prior do Crato (D. António);

D. Fernando;

D. Afonso e D. Henrique, ambos cardeais do reino. D. Henrique herdou a coroa por morte de D. Sebastião;

D. Duarte que casou com D. Isabel 4^a duquesa de Bragança.

Em 1517 já se preparava o casamento do infante D. João, de apenas 15 anos, com D. Leonor da Áustria, irmã de Carlos V, para manter uma aliança ibérica que garantisse a paz. Mas, entretanto, morre a rainha D. Maria, e D. Manuel I fica com a noiva prometida ao filho, apesar da jovem só ter 19 anos e o rei já contar 50 anos. O infante D. João nunca perdoou ao pai, apesar de ter recebido a noiva como madrasta. Deste casamento nasceu a infanta D. Maria que se destacou pela sua cultura e dotes religiosos.

Entre 1519-1521, Fernão de Magalhães fez a primeira viagem de circum-navegação, mas apesar de ser português, estava a serviço de Espanha. Este feito de grande importância só foi possível dado o avanço da ciência náutica portuguesa, que o navegador tinha adquirido nas suas anteriores expedições. Fernão de Magalhães entrara com 12 anos para a corte, como pajem da rainha D. Leonor. Depois, foi escudeiro de D. Manuel I. Integrou a expedição à Índia na frota de Francisco de Almeida e tomou parte na conquista de Malaca em 1511. Fez parte da expedição a Azamor.

O navegador tinha o projeto de chegar ao oriente a partir da América do Sul, mas o rei D. Manuel I não apoiou essa expedição. Ofendido, e sentindo que o rei não reconheceria os leais serviços que prestara à coroa portuguesa, Fernão de Magalhães apresenta o mesmo projeto a Carlos I de Espanha (Carlos V da Alemanha) que aceita apoiá-lo. A frota saiu de Espanha em direção à costa brasileira, desceu a costa até ao cabo de Santa Maria, atravessou o estreito que ficou com o seu nome e entrou no pacífico, chegando à Índia. O navegador acaba por falecer nas Filipinas, mas Sebastião Del Cano terminou a viagem.

Entretanto, no mesmo ano do término desta viagem, 1521, morre o rei D. Manuel I.

D. João III

Sobe ao trono o seu filho, D. João III que reinou durante 36 anos. Tinha apenas 19 anos, e logo casou com a princesa D. Catarina, irmã mais nova do Imperador Carlos V e irmã da rainha D. Leonor, sua madrasta e antiga noiva. Teve 9 filhos, mas quase todos morreram jovens e quando D. João III morre, tinha apenas o neto D. Sebastião como herdeiro direto.

D. João III casou a sua irmã, D. Isabel, com Carlos V e esta veio a ser imperatriz da Alemanha e rainha de Espanha. Este facto foi importante para a diplomacia portuguesa. D. Isabel irá ser a mãe de Filipe II de Espanha, mais tarde Filipe I de Portugal.

É durante o reinado de D. João III que surge a questão das Molucas.

Quando D. Fernão de Magalhães chega ao Brasil, na sua viagem de circum-navegação, fez os cálculos de latitude e concluiu que as ilhas Molucas, que estavam sob o domínio português, não respeitavam o tratado de Tordesilhas. Imediatamente dá conhecimento deste facto a Carlos V. Este resolve reivindicar as ilhas como pertença espanhola. Cria-se um diferendo entre Portugal e Espanha que só termina no **Tratado de Saragoça** de 1529 e onde Portugal mantém a possibilidade de manter as ilhas em sua posse em troca de 350.000 ducados, o que representava uma fortuna. Mas Portugal teve que pagar, pois não podia perder as vantagens do comércio das especiarias. Esta quantia colocou o reino em difícil situação económica.

D. João III optou por investir nas expedições ultramarinas e resolveu abandonar as praças marroquinas, pela dificuldade de as defender. Safim e Azamor são as primeiras a cair, ficando apenas Mazagão, onde mandou construir uma enorme fortificação e um grande presídio. Mais tarde, foi a vez de Arzila e Alcácer Ceguer. Ainda se conservavam Ceuta e Tânger.

Todo o governo de D. João III se caracterizou por um absolutismo régio, e poucas vezes o monarca reuniu as cortes. No entanto, a grave crise financeira provocada pelo Tratado de Saragoça e as imensas despesas dos descobrimentos levaram o rei a reunir as cortes de Tomar com o objetivo de lançar novos impostos.

A Europa vivia a guerra da Contra-Reforma, onde a França e a Alemanha representavam forças opostas, mas D. João III conseguiu manter uma neutralidade, apesar da ligação familiar com Carlos V. D. João III repudiava a ideia dos reinos cristãos se confrontarem, e considerava que a guerra deveria ser contra os infiéis. Estas guerras entre reis cristãos enfraquecia a unidade da igreja de Roma.

Ao Princípio do *Mare Clausum*, que atribuía à Igreja o poder máximo sobre o mar e todos as terras a serem descobertas, contrapôs-se a França o princípio da Liberdades dos Mares. Este diferendo levou a que a Bretanha e a Normandia iniciassem uma guerra de pirataria, atacando embarcações portuguesas e espanholas de forma contínua. Contudo, o ataque ficou na esfera da navegação mercante e não envolveu os monarcas.

D. João III foi o rei mais próximo da Santa Sé e manteve durante o seu reinado, como principal objetivo, o alargamento da cristandade, facto que lhe deu o cognome de o *Piedoso*. Empenhou-se em trazer para o reino a Inquisição e o Tribunal de Santo Ofício afim de contrariar a expansão da heresia. Uma das preocupações de D. João III foi a crescente suspeita de que os cristãos – novos mantinham, na clandestinidade, o culto hebraico. Para a crença popular, os constantes surtos de peste e outras epidemias mortais eram sinal de punição divina.

O auge da ligação do rei com o Papa deu-se através da representativa participação de bispos portugueses no Concílio de Trento, envolvendo-se Portugal no espírito da Contra-Reforma. A ação dos Jesuítas, na educação e evangelização dos nativos do novo mundo, foi reforçada, quer na África, quer no Brasil e no Oriente.

D. Sebastião

Em 1557 faleceu D. João III de uma doença estranha. Apesar de não ter deixado testamento, houve quem afirmasse ser desejo seu que D. Catarina fosse nomeada para regente do reino, para lá de ficar como tutora do neto, ainda criança, único herdeiro direto.

A rainha aceitou mas pediu ao Cardeal D. Henrique, tio avô de D. Sebastião, que a ajudasse no governo.

Logo um grupo de nobres, ligados a Filipe II de Espanha, se aproximaram da rainha exercendo forte influência política. Dois partidos se formaram em torno da regência do reino: o castelhano, encabeçado por D. Catarina, que buscava conjugar a nossa política com a de Filipe II de Espanha, e o nacional, encabeçado pelo Cardeal D. Henrique, com o apoio dos padres jesuítas, que visava libertar o reino da permanente influência da coroa de Espanha. Os dois cunhados entraram em atrito.

Nas cortes de Lisboa, em 1562, D. Catarina apresentou a sua demissão como regente e declarou a sua intenção de ingressar num convento, apesar de manter o desejo de ser a tutora do seu neto. Foi então eleito o Cardeal D. Henrique que governou durante 5 anos, nos quais soube assegurar eficazmente a administração do reino. Mas um conjugação de vários fatores levaram a coroa a uma situação de grave fragilidade financeira:

1. a defesa constante das praças marroquinas de Ceuta e Tânger;
2. os sismos vulcânicos ocorridos na ilha de S. Miguel que causaram muitos danos materiais;
3. a invasão da Madeira pela esquadra francesa que, de forma violenta, causaram muitos mortos e grandes pilhagens;
4. o grande surto de ataques de pirataria ao longo do atlântico o que obrigou a que grande parte do tesouro do reino fosse empregue na defesa da marinha mercante portuguesa

Em 20 de Janeiro de 1568 fez D. Sebastião 14 anos e passou a tomar conta do governo do país. Sua formação tinha estado a cargo de grandes mestres como Pedro Nunes, mas D. Sebastião não mostrou grande interesse pelas humanidades, tendo-se revelado, desde cedo, um homem dado a realizações práticas. Era grande defensor da fé e da necessidade de se alargar a cristandade. Tinha uma visão absoluta do poder: o rei tinha a missão divina de governar e os súbditos a missão de lhe obedecer e de o respeitar. A guerra religiosa era um dever e um prémio dado ao rei.

Ao mesmo tempo, tinha um espírito jovem e guerreiro, ansiava por feitos heroicos assentes na força e nas armas.

Durante os primeiros 7 anos de governo recebeu a influência do partido do seu tio-avô, através de seu conselheiro Martim Gonçalves da Câmara, mas com a morte deste a influência passou para a facção filipina, dos apoiantes da avó.

A partir de 1574 começou a ganhar força a ideia de uma política de conquista de terras no Norte de África. Nesse ano, D. Sebastião passou um mês inteiro em Ceuta e Tânger. Ali nasceu o projeto de Alcácer Quibir, que se realizaria 4 anos mais tarde, para desgraça do jovem rei.

Internamente, o monarca pouco cuidou da administração do reino e nunca se deslocou ao Norte do país. Nunca reuniu as cortes nem ouviu o povo. Suas ações apoiavam-se em caprichos e impulsos, regidos por um autoritarismo descabido.

Quer a corte, quer o povo, temiam a falta de herdeiros e faziam pressão para que D. Sebastião se casasse. Foram feitas algumas negociações de consórcio com princesas europeias como Margarida de Valois ou Isabel da Áustria ou, ainda, Maximiliana, filha do duque da Baviera, mas todas saíram falhadas.

Talvez por motivações políticas, D. Sebastião desejava casar com D. Isabel Clara Eugénia, filha de Filipe II de Espanha. Mas o rei adiou o consórcio para depois da expedição a Marrocos que já estava prevista.

Muitos nobres não apoiavam a conquista de mais terras aos mouros, mas dentro daqueles que a apoiavam contava Luís de Camões, como o exprimiu na dedicatória d' *Os Lusíadas*.

A ameaça moura era real e o povo temia uma ataque mouro à costa algarvia, dado o aumento de poder demonstrado pelos marroquinos, quer nos ataques a Tânger quer a Ceuta. D. Sebastião mandou construir a fortaleza de Tavira.

Existiam várias razões, apontadas pelo monarca, para a urgência de uma expedição ao Norte de África:

1. O afastamento do perigo mouro da costa algarvia
2. A intensificação das tropas em Argel, onde chegara um enorme reforço de guerreiros turcos, prontos para dominarem o mediterrâneo ocidental
3. A obrigação de expansão do cristianismo e o combate aos infiéis.

D. Sebastião pediu auxílio a Filipe II e este, apesar de não acreditar no real perigo turco, apoiou-o com 50 galés e 5.000 homens.

Aconteceu que em Novembro de 1577 surgiu um grande cometa nos céus. Logo o rei interpretou o fenómeno como um sinal favorável à intervenção em Marrocos.

No entanto o povo teve uma interpretação oposta, entendendo o fenómeno como um mau presságio.

A preparação da expedição a Alcácer Quibir não foi suficientemente cuidada, nem em homens, nem em víveres. O rei não ouviu o povo nas cortes, nem sequer ligou à opinião dos conselheiros de guerra que o tentaram deter. Estava ávido de honra e glória, assim como uma camada de jovens fidalgos. O próprio Cardeal D. Henrique foi contra a expedição e recusou-se a ficar como regente.

Grande parte da nobreza preferia não ter ido e alguns esquivaram-se, mas grande parte não teve outro remédio senão acompanhar o jovem monarca nesta teimosia irrefletida que os conduziu à tragédia.

O mais sensato, diziam-lhe, seria não se meter com o poderio turco, e tratar de aumentar a defesa do território como fez Filipe II.

No dia 24 de Junho saiu do Tejo uma frota composta por 940 velas e 24.000 homens.

De Santa Cruz de Coimbra veio a espada de D. Afonso Henriques para dar sorte ao rei.

Mas as tropas mouras eram muito superiores em número e tinham uma forte cavalaria, que rapidamente desmembrou o exército luso.

Na manhã de 4 de Agosto, numa planície a noroeste de Alcácer Quibir, o exército português foi derrotado. Morreram muito jovens da nossa nobreza e entre eles estava D. Sebastião.

A notícia da derrota chegou a Lisboa uma semana depois e o reino ficou num clima de tragédia.

Logo elegerem o Cardeal D. Henrique como rei.

O povo não queria acreditar no insucesso da expedição e começou a correr o boato que o corpo de D. Sebastião não tinha sido encontrado, e que o monarca conseguira escapar. Estão, aqui, as origens do *sebastianismo*.

Colocava-se o problema da manutenção da Independência nacional, dada a idade avançada do Cardeal D. Henrique. Seis candidatos válidos disputavam a realeza portuguesa:

1. Filipe II de Espanha, filho de D. Isabel e neto de D. Manuel I
2. D. António Prior do Crato, filho bastardo (legitimado) de D. Luís, também neto de D. Manuel I
3. D. Manuel Felisberto, duque de Sabóia, filho de D. Beatriz e neto de D. Manuel I
4. D. Manuel Alberto Rainúncio, filho de D. Maria, neto de D. Duarte e bisneto de D. Manuel I
5. D. Catarina de Bragança, também filha de D. Duarte e neta de D. Manuel I
6. D. Catarina de Médicis, rainha-mãe da França, que descendia de D. Matilde, 1ª esposa de D. Afonso III da 1ª dinastia.

Reuniram-se as cortes para decidir a crise. Formou-se um governo provisório regido pelo Cardeal D. Henrique. Todos os candidatos enviaram representantes e defensores em causa própria.

Mais tarde, novas cortes são reunidas em Almeirim para nomear a sucessão.

Termina a 2ª Dinastia Monárquica Portuguesa.

3ª DINASTIA

A CRISE DE SUCESSÃO

Com a morte de D. Sebastião em Alcácer Quibir, o governo passou para as mãos do seu tio avô cardeal D. Henrique, que já tinha 66 anos. O seu reinado foi apenas de 1 ano e meio, durante os quais procurou resolver dois problemas em simultâneo:

- 1º- **Resgatar de Alcácer Quibir os nobres portugueses que tinham lá ficado como reféns.**

O Xarife havia pedido 400.000 cruzados pela libertação de cerca de 100 fidalgos. A coroa só conseguiu juntar 130.000. Pediu, então o apoio das famílias dos respetivos nobres, as quais entregaram objetos de valor para serem vendidos em Marrocos. Apesar desse contributo a quantia foi insuficiente.

Então, D. Francisco da Costa, governador do Algarve, ofereceu-se para ficar cativo até que o total fosse angariado e entregue, em troca os jovens voltariam para Portugal. A quantia nunca foi conseguida, pelo que D. Francisco acabou por morrer em cativeiro.

2º- Resolver o problema da sucessão ao trono. A primeira tentativa foi conseguir uma dispensa papal afim de poder casar e ter um herdeiro. Tal dispensa não lhe foi concedida, muito por obra de Filipe II de Espanha que mantinha grande influência junto ao papa. Com efeito, Filipe II era um dos candidatos à coroa portuguesa, e não gostava da ideia de haver um descendente do cardeal que herdasse a coroa.

Como se sabe, haviam 6 candidatos ao trono português, todos eles descendentes de D. Manuel I, à exceção de Catarina de Médicis.

D. Henrique convidou os vários candidatos ao trono a apresentarem os fundamentos das suas pretensões, gerando-se um inusitado debate jurídico e político entre todos os candidatos.

D. Catarina e D. Filipe II de Espanha eram os candidatos mais fortes. D. Filipe II tinha o apoio da igreja e de muitos nobres. D. Catarina também detinha um grande grupo de nobres que a apoiavam.

D. António prior do Crato tinha o apoio de alguns nobres e do povo, que não gostava da ideia de ser governado por um rei espanhol e defendia a eleição direta nas cortes, como já acontecera com a dinastia de Avis.

A crise sucessória foi-se agravando com manobras de parte a parte. Contudo, o incidente que gerou o início do conflito armado foi a aclamação em Santarém de D. António prior do Crato como rei. Muitas outras regiões do país reconhecem D. António como o herdeiro da coroa. Esta situação leva a uma ação armada por parte de Filipe II de Espanha que avançou com tropas para Portugal, comandadas pelo duque de Alba.

D. António mantém-se em Lisboa e organiza uma resistência na capital. Mas as tropas espanholas entram pelo Alentejo e não encontram grande resistência. Todas as praças

alentejanas cederam. O combate decisivo deu-se em Alcântara, a 25 de Agosto de 1580, onde se consagra a superioridade de Filipe II.

D. António fugiu para o Norte do país onde tinha maior número de apoiantes e depois partiu para o exílio em Inglaterra. Como Espanha se encontrava em guerra com a França, D. António aproveita para pedir apoio aos franceses e com esse apoio faz uma nova investida a partir dos Açores. A ilha proclama D. António rei de Portugal.

Mas D. Filipe II invade os Açores sob o comando do Marquês de Santa Cruz e acaba com a resistência, definitivamente, em 1583.

D. António morre no exílio em França em 1595.

D.FILIPE I

Após as vitórias de Alcântara e dos Açores, D. Filipe II passou a ser aclamado rei por uma franja da nobreza e do clero. Apesar de se manterem focos de resistência em muitos pontos do país, principalmente em Lisboa, o povo ansiava por paz e começava a aceitar o inevitável domínio espanhol.

Reuniram-se, então, as cortes em Tomar para confirmar a sucessão. Toda a nobreza esteve presente com a exceção de D. António prior do Crato.

Nas cortes, Filipe II de Espanha passou a intitular-se Filipe I de Portugal e fez um juramento de guardar os privilégios, graças e mercês da nação. Este juramento ficou conhecido como «*Estatuto de Tomar*».

As cortes fixaram o princípio da monarquia dualista: um rei com duas coroas. Cada reino manteria a sua autonomia e independência.

As cortes de Tomar fizeram uma série de exigências e sugestões a Filipe I, para facilitar o facto de este ser, em simultâneo, rei de dois reinos:

1. Já que o rei se encontrava viúvo, deveria casar com uma nobre natural de Portugal. Tal facto nunca aconteceu
2. D. Diogo, filho primogénito de Filipe I, deveria vir para Portugal para ser educado no nosso reino. Seria ele o futuro rei.
3. Todos os lugares de administração do reino e de justiça seriam entregues a portugueses.
4. Todos os lugares de administração da Fazenda, da Casa Real e do Exército seriam entregues a portugueses
5. O comércio da Índia, da África e do Brasil, continuava a ser feito por portugueses.
6. Mantinha-se a mesma moeda, a mesma língua e haveria respeito pelos costumes e tradições portuguesas.

7. Ficava ainda acordado que o rei deveria vir viver para Portugal e caso o rei tivesse que se ausentar do país deveria nomear um vice-rei de sangue real ou um conselho de governo composto apenas por portugueses

Filipe I estabeleceu alguns compromissos com o clero e com a nobreza a fim de obter maior apoio destas duas classes. O clero português tinha mais regalias que o espanhol e D. Filipe prometeu mantê-las.

Ao contrário, a nobreza lusa era menos privilegiada pelo que o novo rei prometeu melhorar essa situação, nomeadamente:

1. Abolindo a Lei Mental que previa que os bens doados pela coroa aos nobres, voltavam para a coroa caso não houvesse um herdeiro masculino
2. Aumentando as doações régias a tributos, como sisas

Filipe I manteve-se em Portugal durante dois anos. Seu filho primogénito, D. Diogo, morreu pouco depois e o rei deixou o seu sobrinho, o cardeal Alberto de Áustria, a governar Portugal em seu nome.

Portugal sofreu algumas consequências sérias pelo facto de coexistir com a monarquia espanhola. O Imperialismo de Filipe II trouxe os naturais inimigos de Espanha (Inglaterra, França e Holanda) como inimigos de Portugal. Uma das mais sérias consequências foi a ofensiva ao Império português ultramarino. A Inglaterra, a Holanda e até a França sempre haviam cobiçado o tráfico colonial português. O facto da união das duas monarquias fornecia um bom pretexto para um ataque global às possessões portuguesas.

Acresce que os conflitos hispânicos também afetavam os mercados europeus das exportações e das reexportações coloniais portuguesas, desde há muito dependentes de negociantes ingleses e holandeses, com os quais os portugueses foram coagidos a cortar relações.

Os holandeses sempre estiveram em guerra com os espanhóis. A Holanda já era, à época, uma potência económica e marítima emergente e já comercializava o açúcar para a Europa. Agora, aproveitou para ir diretamente à fonte. Começou por atacar S. Tomé e Príncipe em 1598. Da África passou para o Oriente e, mais tarde, para o Brasil.

D. FILIPE II

Em 13 de Setembro de 1598 morre, em Espanha, Filipe I de Portugal e II de Espanha. Sucede-lhe o seu 2º filho, D. Filipe II de Portugal e III de Espanha.

A GUERRA DOS 30 ANOS

A Europa há muito que alimentava uma disputa de origem religiosa entre católicos e protestantes, opondo reinos de acordo com a religião seguida pelos seus monarcas.

O motivo mais próximo da Guerra dos 30 anos foi a disputa pela sucessão do trono da Boémia (hoje República Checa) que envolveu católicos e protestantes.

Fernando II de Habsburgo herda a coroa e para tal teve o apoio da Espanha (também da família Habsburgo) da Alemanha católica e da Santa Sé. Mesmo reconhecendo que a maioria do povo da Boémia era protestante, o novo monarca estabelece o catolicismo como a religião oficial da Boémia e proíbe outro qualquer culto. Claro que o povo protestante se revolta e, num ato de fúria, invade o palácio e atira dois ministros e um secretário pela janela. Este ato ficou conhecido como a **Revolta de Praga**

A Revolta de Praga ocorrida a 23 de Maio de 1618, marca o início da guerra dos 30 anos a qual só irá acabar com o **Tratado de Vestefália**.

As duas forças opostas da Europa estavam associadas. Os protestantes formavam, desde 1608, a **União Evangélica**. Os católicos integravam a **Liga Católica**. Durante 30 anos estas duas forças encabeçavam o conflito armado.

A guerra teve várias fases:

- Período Palatino Boémio
- Período Dinamarquês
- Período Sueco
- Período Francês

Os 3 primeiros períodos da guerra tiveram como motivo as divergências religiosas, mas o último período, o Francês, teve uma motivação política, pois a França era um país profundamente católico assim como os seus inimigos espanhóis e austríacos.

Em França reinava Luis XIII tendo como primeiro ministro, o cardeal Richelieu.

Richelieu há muito que vinha apoiando, «não-oficialmente», a Holanda e a Suécia, mesmo estes sendo protestantes, porque Richelieu temia a hegemonia que a família dos Habsburgo estava a conseguir. Eles já tinham a coroa da Espanha e de Portugal e estavam a conseguir a coroa da Áustria. Espanha e Áustria eram vizinhas da França, pelo que convinha a Richelieu que estes não fossem forças unidas e muito fortes.

Logo que a Suécia perdeu a guerra, a França resolveu entrar oficialmente no conflito declarando guerra à Espanha. A guerra durou ainda alguns anos e só acabou em 1648 com a Paz alcançada no Tratado de Vestefália, onde o grande vencedor foi a França.

O reinado de Filipe II foi tão ou mais contestado do que o de seu pai. O rei mantinha um governo à distância e os impostos cobrados para alimentar a guerra que mantinha com a Europa (30 anos) levava ao descontentamento dos portugueses, cada dia mais pobres. A peste, a guerra e a fome deixavam o povo farto do domínio espanhol.

Filipe II, durante vários anos, manteve a promessa de vir a Portugal, mas a viagem veio sendo sempre adiada. De cada promessa, novos impostos e novos donativos eram exigidos às câmaras para fazer frente às despesas da viagem régia. Mas o adiamento da viagem não implicava o devolver das verbas.

Finalmente, em 1619, o rei fez uma visita a Portugal. Veio acompanhado de muitos cortesãos que apresentaram comportamentos pouco recomendáveis. Tinha sido dado o direito de alojamento ou aposentadoria dos cortesãos nas casas particulares o que fez com que muitos portugueses fossem expulsos de suas próprias casas e sujeitos a graves humilhações. A câmara de Lisboa bem protestou contra tal abuso, pedindo ao monarca que não consentisse na aposentadoria, mas este remeteu o caso para os ministros que nada fizeram.

Os abusos não ficaram por aí: quando iam aos mosteiros ou palácios convidados para merendarem, no final levavam o recheio da mesa (porcelanas, toalhas, talheres, etc.)

Filipe II mandou reunir as cortes para a qual reclamou a presença de todos os nobres. Quando chegou a Lisboa, para participar nas cortes, o duque de Bragança, D. Teodósio, foi recebido com estrondoso entusiasmo por parte do povo, que quase via nele um líder natural. Esta situação irritou Filipe II, o qual não conseguira do povo mais do que indiferença.

O rei percebeu que o ambiente não era simpático nem propício à sua permanência no reino e resolveu partir, sem terem sido encerradas as cortes. Quando partiu confirmou o cargo de vice-rei ao marquês de Alenquer. Esta saída abrupta do rei aumentou o desconforto entre as duas nações. A uma crise económica existente, Filipe II acrescentou uma crise social e política

Os sintomas da crise foram aumentando e fizeram-se sentir, principalmente, nas colónias ultramarinas. No Brasil, diversas cidades foram atacadas e saqueadas por holandeses, franceses e ingleses. Em 1610 deu-se a ocupação francesa do Maranhão, onde mandaram edificar o forte D. Luís, em honra do rei francês. No ano anterior, os Holandeses tinham conquistado Ceilão. Em 1617, os Portugueses são expulsos do Japão pelos Holandeses. Os Holandeses conquistam, ainda, Malaca e as Molucas.

Perante estas ofensivas o rei permanecia indiferente.

Os conflitos da guerra dos 30 anos, no qual Espanha estava envolvida, agravavam-se e os portugueses viam-se obrigados a combater nos exércitos espanhóis, a ceder peças de artilharia e a aguentar as despesas de guerra através de pesados aumentos de impostos. Os compromissos assumidos em Tomar, por Filipe I, não estavam a ser cumpridos por Filipe II.

D.FILIPE III

Filipe II (III de Espanha) morre em Março de 1621. Seu filho, Filipe III (IV de Espanha) tinha apenas 16 anos quando assume os dois reinos. Logo que assumiu, o jovem rei fez grandes alterações na máquina administrativa, limpando da administração os maus servidores. Vários cortesãos perderam os ofícios em favor de nobres mais jovens e capazes. Alguns nobres foram presos ou desterrados.

Foi nesse mesmo ano de 1621 que os ingleses conquistaram Ormuz com a colaboração do rei da Pérsia e, 3 anos mais tarde, em 1624, os Holandeses tomaram Salvador da Baía, no Brasil e, pouco depois, Olinda (1625) e Pernambuco (1630)

Filipe III reagiu a esta ofensiva e a Baía foi reconquistada no 1º de Abril de 1625.

Mais tarde, entre 1637 e 1638, os Holandeses ocupam S. Jorge da Mina e Arguim, na África.

Os anos seguintes foram marcados por muitas perturbações na cena internacional devido à guerra dos 30 anos, cujo início tivera lugar em 1618 na Boémia.

Nos primeiros anos do seu reinado eram muitos os que acreditavam que Filipe III deveria ser o «rei - planeta» a quem estava destinado restaurar o prestígio que a monarquia hispânica tinha tido em outros tempos, levando a cabo as reformas necessárias. Em Portugal, o sistema de vice-reinado foi substituído por uma junta de governadores, pois esta alteração era reivindicada pelos portugueses há muito tempo. Contudo, não deu certo, e rapidamente se voltou ao vice-rei, tendo sido nomeada para esse cargo D. Margarida de Saboia, duquesa de Mântua, descendente de D. Manuel I.

O conflito armado da guerra dos 30 anos aumentou novamente e gerou muitas consequências negativas para Portugal. Filipe III recrutou mais soldados para a guerra e aumentou novamente os impostos. Acontece que Portugal não se reconhecia como elemento desta guerra, que atribuía à Espanha e que em nada contribuía para aumentar a riqueza de Portugal. Assim, os portugueses consideravam um abuso do rei, que não respeitava a autonomia do país, e obrigava os portugueses a lutarem numa guerra que não era deles. Filipe III violou o «Estatuto de Tomar». Segundo a lei portuguesa, não podia haver aumentos de impostos sem a aprovação das cortes, mas estas nunca foram reunidas.

As revoltas populares aumentaram tendo atingido um nível muito alto entre 1637-38. Destacaram-se as revoltas urbanas que eram as mais frequentes e fortes. No Porto, deu-se o «Motim das Maçarocas» (1628), seguiram-se desordens em Santarém, Setúbal, Alentejo e Algarve. A mais famosa foi a de Évora que ficou conhecida como a *revolta do Manuelinho*, nome de um tolo da cidade que serviu como mascote da revolta.

Nestas revoltas participavam membros do clero e elites municipais. O foco eram os representantes do rei espanhol e dos ministros. Madrid reagiu com força, enforcando em praça pública muitos dos revoltosos. A partir de 1637, o espírito de revolta e o sentimento de independência nacional eram uma constante. Começou a falar-se de revolução e de restauração da independência. Os olhos caíram sobre D. João, oitavo duque de Bragança.

Aponta-se para um grupo de 40 nobres a quem chamavam *os conjurados*, mas na verdade, o grupo dos restauradores era muito numeroso, cerca de 71 fidalgos e 36 nobres. A maioria

correspondia a nobres e fidalgos que tinham sido preteridos pelo governo dos Habsburgo, ou então, eram os filhos segundos que, num regime de morgadio, não tinham direitos nem heranças. A marginalidade ou exclusão face à monarquia parece ter sido o maior traço de união entre eles, pois nenhum fazia parte das estruturas superiores de governação. Do grupo dos conjurados fazia parte D. Antão de Almada, D. Miguel de Almeida, D. João Pinto Ribeiro e o padre Nicolau da Maia, entre outros.

O espírito da revolução estava no ar e quando, em 1640, Filipe IV mandou os seus exércitos para Barcelona para travar uma rebelião da Catalunha, os conjurados portugueses aproveitam esse momento e iniciam a guerra da Restauração.

O 1º de Dezembro foi um típico golpe palaciano, que procurava mudar as coisas. Os conjurados dirigiram-se ao Paço da duquesa de Mântua e prenderam-na. Enquanto isso, outros conjurados dirigiram-se ao Terreiro do Paço e proclamaram a liberdade e a Independência, dando vivas ao rei D. João IV. Miguel de Vasconcelos, secretário do Estado, foi morto e atirado pela janela.

D. JOÃO IV (1640-1656)

Dia 6 de Dezembro o duque de Bragança (D. João IV) vem para Lisboa e, por todo o país, surgem manifestações de apoio à mudança. A rápida adesão de quase todo o território nacional à nova situação constitui uma das marcas mais salientes do movimento. As cortes reuniram-se em 1641 e reconheceram o duque de Bragança como rei, acusando Filipe IV de tirano, pois tinha posto em causa o estatuto de autonomia nacional.

A verdade é que, sem a conjuntura internacional exceccionalmente favorável e sem o apoio em técnica e em força militar do estrangeiro, a guerra da restauração nunca tinha sido vencida pelos portugueses. A mobilização militar de Portugal defrontava-se com muitos problemas:

1. Quanto à constituição de um exército terrestre, por dificuldade de angariar soldados e oficiais.
2. Quanto às chefias militares, pois a nobreza estava pouco preparada para a guerra moderna e desconhecia as inovações técnicas e novos saberes militares que desenvolveram na guerra dos 30 anos. Poucos eram aqueles que tinham experiência militar.

A guerra das Restauração ou da Aclamação foi, formalmente, o mais prolongado conflito militar da História portuguesa pois arrastou-se durante quase 30 anos, entre 1640 e 1668. No entanto, os primeiros 18 anos foram de guerra defensiva por parte dos Habsburgo dado que na Primavera de 1640 tinha rebentado uma rebelião na Catalunha cujo domínio Filipe IV tinha considerado prioritário. Este facto salvou Portugal, não só por os catalões se terem revoltado primeiro, mas, também, porque a França se anexou a eles, o que exigiu uma maior mobilização de tropas por parte da Espanha. Só depois de 1656, quando a situação militar com a Catalunha se estabilizou, é que Espanha pode canalizar recursos para a frente portuguesa.

Durante quase 2 décadas que a guerra não passou de pequenos conflitos de fronteira. Na última década, porém, houve várias ofensivas espanholas. As duas medidas mais importantes dos Habsburgo contra Portugal foram:

1. O Bloqueio comercial
2. O isolamento diplomático

O primeiro teve uma eficácia limitada já que foi sendo furado pelas várias potências europeias em função das necessidades, o que levou a que Portugal nunca chegasse a estar comercialmente isolado.

O segundo revelou-se mais eficaz e dramático nos seus efeitos. Os portugueses viram-se excluídos do **Tratado de Vestefália** (1648) o que sugere uma falta de reconhecimento da autonomia nacional. Mais tarde, (1659) foi também excluído do **Tratado dos Pirenéus**. Só na década seguinte a situação se alterou, em parte devido à aliança com a Inglaterra.

Logo em 1642 havia sido assinado um primeiro tratado que abria aos Ingleses os portos de Portugal e das suas colónias no Oriente e em África e concedia privilégios aos negociantes ingleses. Contudo, o assassinato de Carlos I e as alterações políticas inglesas terminaram com o tratado.

Mais tarde, em 1654, os portugueses, sob ameaça militar inglesa (Cromwell), ratificaram o acordo no qual os portugueses concediam altíssimos privilégios comerciais aos ingleses incluindo o comércio direto com o Brasil. Com a morte de Cromwell, Portugal fez novos tratados (1660) e (1661), já no reinado de D. Afonso VI, nos quais se estabeleceu o consórcio de D. Catarina de Bragança com Carlos II. A princesa levou um majestoso dote que incluía, para além de avultadas quantias de ouro e moeda, a entrega de Bombaim e Tânger. Em troca, a Inglaterra apoiava militarmente Portugal, encerrando o conflito com Espanha em 1668, já após a morte de D. Afonso VI.

A barreira diplomática mais difícil foi com a Santa Sé. Filipe IV tinha grande influência junto ao Papa pelo que só em 1669, depois de firmada a paz com Espanha, o Papa aceitou receber o embaixador de Portugal em Roma.

D. João preparara seu filho, D. Teodósio, para ser seu sucessor, mas o príncipe morreu com apenas 19 anos, de doença pulmonar. O sucessor legítimo passou a ser o príncipe D. Afonso. Mas D. Afonso tinha bastantes limitações mentais. Quando D. João IV morreu, em 1656, D. Afonso ainda era menor e a regência do reino ficou com a sua mãe, D. Luísa de Gusmão. O modelo de governação era o governo de conselhos, cujo órgão de decisão era o conselho de Estado.

As limitações de D. Afonso, físicas e mentais, acentuavam-se com a idade.

A nobreza dividiu-se em dois grupos: aqueles que apoiavam a legitimidade de D. Afonso e os que defendiam que o outro filho de D. João IV, D. Pedro, deveria substituir o irmão, dada a incapacidade deste.

D. Luísa de Gusmão, ciente do comportamento desajustado do príncipe Afonso, e da sua comprovada impotência que colocaria em risco a descendência, reuniu as cortes para que D. Pedro fosse jurado como sucessor, abandonando ela, em seguida, a regência.

D. Afonso estava completamente dominado por um grupo de nobres que se aproveitavam da sua incapacidade para os seus desmandos. Entre eles, estava o conde de Castelo Melhor, o conde de Atouguia e o bispo de Coimbra.

Recolhendo-se no Paço de Alcântara, de lá redigiram várias declarações, as quais D. Afonso foi levado a assinar. Nelas estava incluída a aceitação da renúncia de D. Luísa de Gusmão assim como a dissolução dos Conselhos de governo, passando D. Afonso a reinar de forma centralizada com o nome de D. Afonso VI.

D. AFONSO VI (1656-1683)

Durante o seu reinado quem realmente assumiu o governo foi o 3º conde de Castelo Melhor, D. Luís de Vasconcelos e Sousa, que tinha apenas 26 anos. Este governo decorreu num contexto de intensa luta entre as fações na corte e ficou assinalado por uma onda de desterros e prisões, incluindo a do único duque então existente no reino, o primeiro duque de Cadaval.

O Conde de Castelo Melhor restaurou a monarquia absoluta, passando a concentrar nele todos os atos de governação, tais como:

- Convocar e dissolver Cortes
- Presidir à Mesa do Desembargo do Paço
- Lançar novos impostos entre os quais estava o imposto da «Derrama Geral» que todo o cidadão deveria pagar.

Enquanto isso, as investidas de Filipe IV de Espanha a Portugal continuavam. Em 1663 deu-se a batalha do Ameixial e Estremoz. Em 1664 a de Castelo Rodrigo e no ano de 1665 deram-se as batalhas de Elvas, Vila Viçosa e Borba onde se deu o violento encontro armado de Montes Claros.

Os exércitos portugueses, apoiados por mercenários estrangeiros e comandados pelo Marquês de Marialva, foram sempre derrotando os exércitos espanhóis, o que levou à desistência de Filipe IV.

Era importante que o rei tivesse herdeiros pois caso contrário a coroa acabava por ir para D. Pedro o que não agradava aos nobres apoiantes de D. Afonso. Assim, optou-se pelo consórcio com D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, filha do duque de Nemours e neta do rei de França, Henrique IV.

O matrimónio aconteceu em Agosto de 1666 quando uma esquadra dos melhores navios franceses desembarcou em Lisboa com a nova rainha de Portugal.

Entretanto, a cabeça e o comportamento do rei pioravam. D. Afonso levava uma vida devassa, com más companhias, onde os excessos de bebida e comida eram frequentes. O rei nunca se aproximou de sua mulher a qual o detestava assim como ao seu braço direito, conde de Castelo Melhor.

Cada dia eram mais fortes as vozes que apoiavam a destituição de D. Afonso em favor de D. Pedro.

Em Setembro de 1667 o infante D. Pedro acusou o conde de Castelo Melhor de o querer envenenar e passou a receber o apoio e a simpatia de várias instituições. A oposição ao conde de Castelo Melhor era cada dia maior, facto que levou o próprio Afonso VI, aconselhado por alguns nobres, a demiti-lo. Castelo Melhor fugiu para a Inglaterra onde ficou ao serviço do rei Inglês e de D. Catarina de Bragança. Só voltou após a morte da nossa rainha D. Francisca.

A rainha abandonou o palácio e refugiou-se no convento da Esperança.

As cortes reuniram-se e destituíram o rei D. Afonso VI, por incapacidade, e decidiram atribuir o governo do reino ao infante D. Pedro que recebeu o título de «sucessor» e reinaria como «Regente e curador» enquanto o irmão estivesse vivo.

As cortes procuraram resolver a questão da anulação do casamento de D. Afonso VI com D. Francisca, já que o casamento não tinha sido consumado, porque o rei era impotente. D. Francisca deveria casar-se com D. Pedro de quem, diziam, estava grávida. Tiveram uma filha, D. Isabel Josefa Joana.

D. Afonso ficou preso entre os Açores e o Paço de Sintra.

Durante a regência de D. Pedro houve uma alteração do ciclo político. Em 1º lugar, abriu-se uma conjuntura de acalmia bélica com a paz com Espanha (1668)

Abriu-se um ciclo de governação que foi, a diversos níveis, de estabilidade política interna e externa.

Na administração central houve o retorno a um modelo bem definido de tomada de decisões políticas – um governo aristocrático. Corresponde o retorno a um modelo de funcionamento de administração central que fora adotado no período mais próximo da Restauração de 1640, retomando-se o «governo dos conselhos» (tribunais) cujo centro pelo qual passavam todas as decisões sobre matérias politicamente importantes, incluindo os processos e consultas relevantes que vinham de outros conselhos.

Os membros dos conselhos eram recrutados, sem exceção, na «primeira nobreza do reino», a qual monopolizava as presidências dos tribunais. A principal aristocracia do regime terá tido

neste período um papel de liderança política direta incomparável a qualquer outro período. Diverso era o recrutamento dos secretários. Estes eram «lentes» da Universidade e não tinham nascido, regra geral, em casas aristocratas.

Em 1683 morreu D. Maria Francisca e no mesmo ano morreu D. Afonso VI

D. PEDRO II (1683-1706)

D. Pedro II, agora rei de Portugal, casou pela 2ª vez com a princesa Maria Sofia de Neubourg. Será o filho destes, D. João, o futuro rei de Portugal.

Um dos problemas de D. Pedro, e do país, era o de assegurar a sucessão do trono.

As cortes de 1673-1674 serviram para jurar como presumível herdeira a filha nascida do casamento de D. Pedro com a cunhada D. Maria Francisca. Mas o rei queria o trono para o seu filho, nascido do segundo casamento.

Em 1697, D. Pedro II reuniu as cortes com o objetivo de revogar a lei de sucessão ao trono. De acordo com a tradição das cortes de Lamego, quando um rei morresse sem deixar filhos, seria o irmão a suceder ao trono, mas os filhos desse irmão não poderiam suceder sem a aprovação das cortes. Como D. Pedro sucedeu ao irmão D. Afonso VI, seria necessário assegurar a subida ao trono do seu descendente.

Nas cortes de Lisboa de 1697-98 foi revogada a lei de sucessão das duvidosas cortes de Lamego, ficando determinado que os filhos do rei herdavam o trono sem necessidade de reunir novas cortes, mesmo que o pai tivesse herdado o reino do irmão. A hereditariedade mantinha-se preferencialmente masculina.

A partir de 1697-98 nunca mais se reuniram cortes em Portugal.

D. Pedro II nomeou para ministro o 3º conde de Ericeira. Deve-se a este ministro um conjunto de medidas mercantilistas como resposta a uma conjuntura de desequilíbrio da balança comercial e das finanças do reino. Essas medidas tinham como principal finalidade o desenvolvimento da indústria para melhorar a nossa situação de dependência das importações.

Principais medidas:

1. Criação de fábricas (Tecidos do Fundão, lacticínios da Covilhã)
2. Importação de mão de obra especializada
3. Intensificação da cultura do bicho da seda para o fabrico de seda
4. Exploração das minas de ferro
5. Apoio às exportações

Estas medidas lançam as sementes de uma implantação industrial no país. Este conjunto de leis ficaram conhecidas como as **Pragmáticas**, pois todas elas eram no sentido prático de proteger a indústria nacional.

Foi, ainda, no reinado de D. Pedro II e sob a administração do conde da Ericeira que Portugal assinou com a Inglaterra o **tratado de Methuen (1703)** que estabelecia:

1. Portugal importava os lanifícios ingleses
2. A Inglaterra importava os vinhos portugueses cobrando um terço a menos de direitos alfandegários do que cobrava à França.

É para o Brasil que se começaram a dirigir as atenções da política portuguesa.

O comércio da Índia perdeu importância enquanto que o comércio brasileiro começou a progredir. Destaca-se o açúcar (Pernambuco, Baía e Rio) o tabaco e o algodão. Mais tarde também o café.

A mão de obra utilizada eram escravos africanos.

Mas, embora mantendo-se a exploração de outros produtos, o açúcar, destinado à exportação para mercados distantes, designadamente europeus, foi a base de consolidação da ocupação do espaço e da economia do imenso território da América portuguesa, associando-se, desde as primeiras décadas do séc. XVII, à contínua importação de escravos africanos indispensáveis para o funcionamento dos engenhos.

A esta dimensão juntar-se-ia uma outra: com quase dois séculos de atraso em relação aos espanhóis, Portugal deu início ao movimento dos Bandeirantes, assim chamados porque os grupos de exploradores partiam ao som de tambores ostentando uma bandeira que usavam para

marcar o território explorado. Estes grupos penetraram para o interior do Brasil, por terras ainda virgens, à procura de pedras e metais preciosos.

Por volta de 1693-95 descobriu-se ouro na região que veio a ser conhecida como Minas Gerais. Todos os anos chegavam centenas ou até milhares de portugueses para procurarem ouro. Foi necessário recorrer à mão de obra escrava africana.

D. Pedro II morreu em 1706 e sucedeu-lhe o seu filho do 2º casamento, D. João.

D. JOÃO V (1706 – 1750)

O novo rei manteve a política mercantilista do conde da Ericeira. Incentivou a Indústria criando a fábrica de papel na Lousã e loiças e vidros da Marinha Grande.

O Brasil tornava-se cada dia mais próspero e avolumadas riquezas chegavam a Portugal. Parte delas eram investidas na Indústria.

Minas Gerais cresceu muito rapidamente e foi necessário enquadrá-la administrativamente fundando-se Vilas, Instituições e capitanias separadas das de S. Paulo, cada uma com o respetivo governo (1720).

A coroa cobrava impostos sobre o ouro «**o quinto do ouro**» assim como tributava os diamantes e outras riquezas minerais. Estas verbas representavam uma relevante fonte de rendimento para a coroa, cerca de 10% das receitas em 1716.

Além disso, havia as remessas feitas por particulares que correspondiam às receitas anuais da monarquia. A elite política tinha plena consciência dessa dependência global.

A relevância do Brasil também era evidente no plano diplomático. Sacramento, território português na margem do rio Prata, fronteira com as terras espanholas, há muito que era um foco de atrito.

A morte de Filipe V em 1746 e a subida ao trono de D. Fernando VI, que casou com D. Maria Bárbara de Bragança, filha de D. João V, suscitou uma viragem política espanhola e uma pacificação entre os dois reinos Ibéricos.

Estabeleceu-se, então, o **Tratado de Madrid** o qual substituíra o remoto acordo de Tordesilhas. Este tratado procurou fixar os limites territoriais do Brasil e da América espanhola, quer no que respeitava às fronteiras do rio Amazonas, quer no que respeitava ao rio Prata.

Portugal ficaria com a maior parte da bacia amazónica e a Espanha com a platina. Portugal cedia, no Sul, a colónia de Sacramento, mas recebia a região dos Sete Povos dos Índios do Uruguai que era, até então, dirigida por jesuítas espanhóis.

Três fatores foram condicionantes do reinado de D. João V:

1. a hegemonia de Luís XIV rei da França;
2. a guerra da sucessão espanhola;
3. o ciclo do ouro e diamantes do Brasil.

Vivendo o nosso país na órbita da Inglaterra, impunha-se obter um novo equilíbrio para garantir a neutralidade entre os grandes blocos. Para isso, D. João V tinha de criar uma imagem de grandeza que acabasse, nas relações externas, com a posição secundária do país. O fausto do seu reinado visou essa política.

D. João V era muito culto, falava várias línguas, conhecia autores clássicos e modernos, tinha boa cultura literária e científica e amava a música.

Logo na cerimónia de aclamação se viu o excesso de luxo. Jamais a corte portuguesa mostrara tamanha riqueza de joias e vestuário. Desde logo ficou patente o desejo de D. João V de imitar o esplendor da corte de Luís XIV.

Note-se que foi durante o reinado de D. João V que chegaram a Portugal as maiores riquezas vindas do Brasil, grandes quantidades de ouro que o rei ordenou que se fundissem em barras, evitando assim o contrabando. D. João V era um dos monarcas mais ricos da Europa.

A Guerra de Sucessão Espanhola começou porque o rei da Espanha, Carlos II, único filho de Filipe IV (o “nosso” Filipe III) morreu e não deixou um sucessor ao trono, por isso, apareceram dois pretendentes fortes. Um deles era Filipe de Borbom, duque de Anjou, neto de Luís XIV da

França e que tinha sido indicado como herdeiro do trono pelo próprio Carlos II. Filipe de Borbom era apoiado pela França e Espanha.

O outro pretendente era o arquiduque Carlos de Áustria, apoiado pela Holanda, Inglaterra, Áustria, Saboia e Prússia.

A guerra iniciou-se em 1704, e durou cerca de dez anos.

Portugal, antes da morte de Carlos II, tinha feito um acordo com a França de que apoiaria Filipe de Anjou. Mas em Maio de 1703 mudou de lado nesta guerra, passando a apoiar a Inglaterra sua aliada histórica.

A Inglaterra e a Holanda apoiavam Carlos de Áustria, possivelmente porque não queriam uma França aliada a uma Espanha. Acontece que Filipe de Anjou já assumira o reino de Espanha como Filipe V e logo declara guerra a Portugal em 1704.

Em 1706 os exércitos da Grande Aliança (Inglaterra, Holanda e Portugal), comandadas pela Marquês de Minas, entram em Madrid, e aclamam o arquiduque Carlos como Carlos III, rei de Espanha.

Portugal participou com um exército de 30.000 soldados. Só em 1714, já no reinado de D. João V, Portugal assinou o tratado de Utreque que finalizou o conflito e que reconheceu Filipe como rei de Espanha, com o título de Filipe V, porque o arquiduque Carlos tornou-se imperador da Alemanha.

Portugal e Inglaterra estabeleceram uma aliança comercial que dava condições mais favoráveis para o comércio entre os dois reinos. No entanto, em 1740, surgiu um conflito: devido à menor produção de trigo o governo inglês proibiu a exportação deste cereal. Tal proibição também envolvia Portugal, quebrando, assim, a aliança entre os dois países. Este facto correspondeu à 1ª ação de José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal e futuro 1º Ministro de D. José.

Carvalho e Melo foi enviado a Londres para tentar negociar essa medida, apelando ao acordo estabelecido, mas nada conseguiu, facto que acabou com a aliança. Mais tarde, o rei Jorge II mandou para Lisboa, como seu enviado, Charles Compton, que tinha a incumbência de negociar um novo tratado comercial, mas D. João V recusou as exigências dos ingleses, uma das quais pretendia obter para a Inglaterra o privilégio da escravatura no Brasil.

O nome de D. João V ficou ligado a uma obra de considerável interesse público como o regular abastecimento de água a Lisboa. As fontes de água não eram suficientes para abastecer toda a cidade que crescera muito, e muitas zonas residenciais estavam mal abastecidas de água. Assim, D. João resolveu construir o Aqueduto das águas livres que trazia a água para Lisboa. Para essa imensa construção teve que cobrar altos tributos, incluindo à Igreja, que não gostou nem aprovou o facto.

A ideia de edificar um grande palácio nas imediações da capital assistiu a D. João V desde a sua ascensão ao trono. Para tal influenciou a moda europeia, em especial francesa, onde os nobres e a corte procurava lugares isolados para passar temporadas de caça.

D. João V e a Cultura

D. João V foi o maior protetor da cultura de entre os reis portugueses. A obra mais importante que apoiou foi a Academia Real de História.

As bibliotecas reais cresceram muito em obras, gravuras e mapas.

Foi nos finais do séc. XVII que a influência francesa penetrou decisivamente no nosso país, pondo fim ao hispanismo cultural que vinha dos primórdios de quinhentos e se mantinha com todas as contingências de ordem política e militar, na época da Restauração.

Assiste-se ao crescente interesse dos autores franceses por parte dos portugueses. A influência da França fez-se também sentir no aparecimento da *Gazeta de Lisboa*.

No que respeita aos usos e costumes impôs-se também a moda da França nos vestidos e cabeleiras postiças que a corte e a alta nobreza tanto apreciavam.

A corte joanina procurava imitar a moda francesa que todos consideravam um modelo de bom gosto e de primor social. A França constituía para os portugueses daquele tempo, a grande escola de cultura e da civilidade, pelo que se defendia tudo o que tivesse a marca daquele país, mesmo que fosse contrário ao espírito nacional.

Com D. João V acentuou-se a «francesia» nos costumes e falas.

A miragem de Versalhes, para onde a corte francesa se deslocava em certas épocas do ano, esteve decerto presente nos gostos de D. João V, que pretendeu criar um figurino próprio para a concretização desse ideal.

Á fundação de Mafra liga-se um voto de D. João V quando eram decorridos 3 anos sobre o seu casamento. Não tendo ainda filhos, fez a promessa a Frei António de S. José de mandar erguer um convento para a religião de S. Francisco.

No último quartel de seiscentos deram-se novos surtos de peste. As pessoas viviam em permanente inquietação, em especial a alta nobreza. Para fugir aos maus odores da capital a que se atribuía a causa de todas as moléstias, a maioria dos fidalgos passaram a residir nos arredores de Lisboa onde construíram solares e casa de campo, muito ao estilo barroco.

D. João V introduziu no país o barroco ao trazer Nazoni, um artista italiano, que participou na construção de Mafra.

O estilo barroco penetrou no país pela zona norte, encontrando no granito a matéria ideal para se corporizar em expressões de arte.

Foi graças ao labor de Nazoni que, a partir de 1725, se criou naquela região de Lamego e Braga uma arquitetura original. No Porto, são exemplos desse barroco a Torre dos Clérigos, o Paço Episcopal, a igreja da Misericórdia e o Palácio do Freixo.

Em Vila Real temos como exemplo o Solar de Mateus.

A moda espanhola dos retábulos de talha influenciou os nossos artistas na decoração de igrejas barrocas. O país dispunha de boas madeiras em nogueira, castanho e vinhático, mas do Brasil vieram outras espécies mais nobres como o jacarandá e o pau-santo.

Com o afluxo de ouro de Minas muitas igrejas dispunham de retábulos em talha dourada.

D. João V teve uma saúde delicada e em 1742 teve um ataque que o deixou debilitado e paralisado do lado esquerdo.

D. João V morreu em Julho de 1750. Ficou conhecido como «o Magnânimo»

O tribunal de Santo Ofício - Inquisição

A partir de 1683 aumentara o poderio do Santo Ofício, ao qual D. João IV concedera jurisdição plena em matéria espiritual. Para lá dos inquisidores, deputados e promotores havia também os «familiares» cuja missão consistia em prender os culpados e conduzi-los aos autos-de-fé. Estes eram escolhidos em todas as franjas sociais, exigindo-se-lhes que fossem cristãos –velhos. Ser «familiar» do Santo Ofício era um meio corrente de promoção social, pelo que o seu número aumentou desde o tempo de D. João IV que lhes concedera amplos privilégios.

D. Pedro retirou poder à inquisição mas o rigor inquisitorial voltou a aumentar no tempo de D. João V, procurando cobrir todos os campos da vida social e não fazendo exceções em matéria de denúncia ou de suspeição. Os mais variados delitos caíam na sua alçada, desde a heterodoxia à superstição, passando pelo culto mosaico ou protestante até ao pecado nefando, os devotos do sebastianismo. Não eram poupados também os católicos que praticavam crimes. Mas as grandes vítimas continuavam a ser os cristãos novos.

Lisboa foi cenário de muitos autos de fé.

D. JOSÉ I

A morte de D. João V colocava no trono o seu filho primogénito que nascera em Lisboa a 6 de Junho de 1714. O novo monarca recebeu aprimorada educação, aprendendo latim e geografia náutica.

Como reflexo desse ambiente cultural, formou uma rica biblioteca para seu uso pessoal, ainda enquanto príncipe.

Ao contrário do pai, vai ser um monarca que se opõe aos excessos de despesas para alimentar os luxos da corte. Um outro aspeto que o distinguiu de seu pai foi a relação que manteve com o Santo Ofício, pois D. José diminuiu muito a proteção dada por D. João V à Instituição da Inquisição.

O ponto fraco ou forte do seu mandado, depende do ponto de vista, foi o seu primeiro ministro – Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal.

D. José tinha dado ao seu primeiro ministro um enorme poder, contudo, era a ele,

D. José, que cabiam as grandes linhas do Governo. Para alguns, a ação do Marquês de Pombal foi a de um governante excecional, para outros, a de um tirano brutal.

Carvalho e Melo tinha estado em Viena de Áustria e de lá trouxe ideias renovadoras das instituições. O objetivo era reforçar o poder do Estado. Para tal, criou o Erário Régio cuja função era a gerência das finanças do reino. Lançou impostos e reformou os tribunais.

Pombal melhorou as condições dos funcionários de cargos públicos, como a dos juízes e outros e preocupou-se em aumentar a proteção dos habitantes citadinos.

TERRAMOTO DE LISBOA DE 1755

Na festa de Todos os Santos as ruas de Lisboa estavam cheias de fiéis que festejavam o feriado religioso. Pelas 9:30 da manhã começou a Terra a tremer, seguindo-se de vibrações que durante 7 mm deitaram abaixo muitos edifícios e deixaram outros em ruínas. Seguiram-se violentos incêndios e centenas de pessoas morreram queimadas ou soterradas.

Fez-se, então, sentir a força do Tejo que destruiu embarcações galgando a parte baixa da cidade e engolindo tudo o que achou no caminho.

D. José e a família estavam no campo, numa quinta perto de Lisboa, onde o sismo se fez sentir muito levemente.

Impunha-se pôr ordem em tamanha confusão. Carvalho e Melo começou por determinar que se enterrassem rapidamente os mortos para evitar epidemias o que, dada a enorme quantidade de cadáveres, fez com que muito fossem lançados ao rio com pesos atados. De seguida, mandou fechar os portos.

O primeiro ministro convocou todos os homens que estavam válidos para ajudar nesta missão de sepultamento de mortos e limpeza dos destroços. As tentativas ou atos de pilhagem foram sumariamente julgados e condenados à morte pela força.

Para não diminuir o comércio externo fez-se correr no estrangeiro o boato de que nas obras de reconstrução de Lisboa se havia descoberto ouro, prata e joias em abundância.

Era necessário, agora, reconstruir a cidade de Lisboa que ficara grande parte no chão. A ação do Marquês de Pombal nesta reconstrução foi de grande valia, e o urbanismo pombalino foi a imagem de marca mais duradoira do reinado de D. José I.

Foi sob a orientação do engenheiro Manuel da Maia (1677- 1768) que se fez a reconstrução da cidade. A principal intervenção foi na zona central, por ter sido essa a mais atingida, a zona compreendida entre o Rossio e o Terreiro do Paço que alterou o seu nome para Praça do comércio.

Para esta nova zona, o Marques tinha ideias novas: ela seria totalmente dedicada ao comércio e não se previa a construção de edifícios religiosos. O próprio palácio real (Paço) seria reconstruído no Campo de Ourique.

Foram traçadas largas ruas, de malha octogonal, com edifícios uniformes, todos com quatro andares e preparados para abalos sísmicos (sistema de gaiola). Toda a zona foi dotada de um sistema de esgotos. A arquitetura era sóbria e demonstrava claramente uma hierarquia social. Membros da nobreza e fidalgos habitavam no 1º andar que dispunha de varandas e janelas de sacada. As mansardas que rematavam os telhados destinavam-se ao povo. Os rés-do-chão dedicavam-se ao comércio e atividades económicas. As ruas recebiam o nome de acordo com a atividade que lá se desenvolvia: rua do ouro, rua da prata, rua dos sapateiros, rua dos bacalhoeiros, etc.

Chama-se, ainda hoje, a esta zona «baixa pombalina».

No ambiente do terramoto, os jesuítas encontraram um tema para pregar sobre os cataclismos e os castigos divinos. Esta atitude de tentar culpar os crentes pela catástrofe irritou Carvalho e Melo. Aqui, começam as divergências do Marquês com a ordem de Santo Inácio que será expulsa do reino.

Mais tarde, após a tentativa de assassinato do rei por parte de alguns nobres, principalmente a família dos Távora, o Marquês de Pombal acusa os jesuítas de estarem envolvidos no atentado, ou de saberem e nada dizerem. Por essa razão, muitos jesuítas foram acusados e presos. Os bens da ordem foram saqueados. Pouco depois proibiu que os Jesuítas ministrassem o ensino, retirando-os da Universidade de Coimbra. As relações com a Santa Sé foram ficando cada dia mais tensas até ao ponto de Pombal expulsar de vez os jesuítas do território nacional.

MEDIDAS ECONÓMICAS

Sebastião José de Carvalho e Melo tinha uma posição ambivalente em relação ao **Tratado de Madrid** pois, por um lado, sabia que deveria dar-se o início da sua execução, pois assim estava estipulado, mas por outro lado, reputava-o de prejudicial aos interesses portugueses pois achava que «sete miseráveis aldeias de índios não valia o entreposto comercial, que era a colónia de Sacramento». Assim, arrastou o processo da sua concretização.

O Marquês de Pombal apoiou muito a indústria abrindo mais fábricas e reformando outras. Uma das mais subsidiada foi a Real fábrica das sedas de Lisboa. Fundou a fábrica de vidros da Marinha Grande.

Seguiu a política mercantilista do conde de Ericeira e criou monopólios:

- Monopólios na Indústria onde cada fábrica tinha exclusividade no fabrico de um produto.
- Monopólio no comércio onde fundou companhias com exclusividade de venda

Para proteger a qualidade dos vinhos e os preços criou a primeira região demarcada do Mundo circunscrevendo-se as propriedades que podiam produzir vinhos para exportação.

Em 1756 fundou a Companhia Geral de Agricultura das vinhas do Alto Douro que tinha como funções:

- Manter a qualidade das vinhas na região demarcada
- Controlar a exportação de vinhos com qualidade e apenas provenientes da região demarcada
- Estabelecer e controlar o preço dos vinhos
- Vigiar a cultura da vinha

Apoiar financeiramente a produção. Esta lei criou várias oposições: dos produtores afastados da região demarcada; dos negociantes de vinho fora da região demarcada; dos taberneiros que recearam o aumento de taxas; dos consumidores que recearam o aumento de preço.

Em Fevereiro de 1757, aos gritos de «Viva o rei! Viva o povo! Morra a Companhia!» rebentou uma rebelião na cidade do Porto que terminou com o saque da Companhia.

Carvalho e Melo toma as seguintes medidas, como resposta à rebelião:

- Demite o senado da Câmara do Porto
- Dissolve a Casa dos Vinte e Quatro que era uma cooperação de artesãos da cidade
- Condena à morte pela força 26 pessoas, incluindo 5 mulheres, acusadas de promotoras da rebelião.

As forcas com os cadáveres dos condenados foram colocadas em locais destacados da cidade. Mais tarde, as cabeças espetadas num pau foram colocadas na entrada da cidade.

ATENTADO AO REI

A 3 de Setembro de 1758 foram disparados tiros sobre a carruagem onde seguia o rei D. José I. De início, esta notícia foi abafada para que as investigações corresse em segredo. Só 3 meses mais tarde foi apregoada publicamente.

Em Dezembro do mesmo ano as prisões começaram:

- Prenderam o duque de Aveiro
- Prenderam o conde de Atouguia
- Prenderam o Marquês e a Marquesa de Távora e seus filhos
- Prenderam outros fidalgos menos conhecidos
- Prenderam os empregados da casa dos Távora.
-

Todos os acusados estavam ligados à casa dos Távora, ou por nascimento ou por casamento. O processo foi sumaríssimo: foram todos condenados à morte, incluindo os criados, sob a acusação de crime de lesa-majestade.

O uso do apelido dos Távora foi proibido.

Em Janeiro de 1758, pelas 8h da manhã, um cadafalso foi erguido em Belém. A marquesa de Távora mais velha foi decapitada e os outros torturados até à morte com uma inusitada crueldade. Depois foi ateadado fogo ao cadafalso com alguns ainda agonizando.

A GUERRA DOS 7 ANOS

A guerra dos 7 anos começa com disputas coloniais entre a Inglaterra e a França, principalmente sobre as colónias nos E.U.A.

De início, Portugal e Espanha ficaram neutros, mas, em 1759, a Espanha liga-se à França.

A França passa a exigir de Portugal que fechasse os portos aos ingleses, mas Portugal recusou-se dada as alianças que tinha com a Inglaterra.

Perante isso, a França e a Espanha atacaram Portugal. Começaram a avançar por Trás-os-Montes, mas a dificuldade do terreno acidentado levou-os a tentar nova investida mais abaixo, pela Beira Alta. Cercaram Almeida que capitulou. Seguiram, então, para a Beira - Baixa, com o objetivo de chegarem a Lisboa.

Em 1762 desembarca em Lisboa o conde de Lippe (germânico) que fora enviado pelos ingleses para comandar as tropas de reforço militar que já tinham sido enviadas anteriormente.

O exército franco-espanhol foi vencido na Beira Baixa.

No Brasil também se geraram conflitos entre os espanhóis de Buenos Aires e os portugueses. Os espanhóis - argentinos atacam a colônia de Sacramento.

O conflito termina em 1763 com o **Tratado de Paris**.

MEDIDAS POLÍTICAS

Institucionalmente a governação do Marquês de Pombal levou à constituição do que hoje chamamos Governo. Um conjunto de secretarias de Estado que antecedem os atuais ministérios.

O governo e os seus ministros detinham um poder superior a qualquer outra instituição da administração central, designadamente sobre os conselhos. Anteriormente, a supremacia do poder encontrava-se no Conselho de Estado. Este Conselho de Estado era composto pelos grandes do Reino, aqueles que tinham o poder nas decisões políticas.

O governo pombalino afirmou-se no plano jurídico, pelo princípio fundamental, que dava ao rei o poder decisório - o rei podia mudar a ordem das coisas. Este princípio fundamental tinha muitas consequências. Foi esse um dos sentidos da chamada **Lei da Boa Razão** de 1769 na qual se estabelecia que as leis régias portuguesas prevaleciam sobre quaisquer outras fontes do Direito.

REFORMA DO ENSINO

Pombal reformou o Ensino Superior que até então estava na mão dos jesuítas. Fundou a **Faculdade de Matemática e Filosofia** e prolongou o tempo de estudo de alguns cursos como o de Medicina. Criou o **Observatório Astronómico**, o **Museu de História Natural**, o **Gabinete de Física**, o **Laboratório de Química** e o **Jardim Botânico**. Para elevar o ensino, Pombal contratou professores estrangeiros.

Criou o **Real Colégio dos Nobres** para uma educação intelectual física e militar dos filhos de nobres e fidalgos. Um dos mentores deste Real Colégio foi Luís António Verney e Ribeiro Sanches.

O Marquês preocupou-se também com a educação do povo e criou várias escolas de cariz mais prático:

- **Aula de Comércio** para a formação de técnicos do comércio com boa formação em matemática
- **Colégio das Artes** – para o estudo das artes.
- As **Escolas Menores** foram criadas por todo o país para o ensino básico (primário).
- Para manter esta educação o Marquês lançou um novo imposto – **imposto literário**.

D. MARIA I

D. José I estava já muito doente quando em 1775 assistiu, incógnito, à inauguração no Terreiro do Paço rebatizado de Praça de Comércio, com a estátua equestre que o representava.

D. José estava em fase terminal e muitos achavam, incluindo a princesa D. Maria e o seu marido o infante D. Pedro, que Pombal tentaria afasta-los da sucessão, fazendo jurar o neto do rei, o príncipe D. José, como imediato sucessor da coroa. Mas nada disso aconteceu.

Em 1777 morreu D. José I e Pombal demite-se pois, a sua relação com D. Maria, sucessora ao trono, nunca tinha sido muito boa.

Mais tarde, Pombal será detido e julgado. O julgamento conclui pela sua condenação, mas sem aplicação de qualquer pena.

Houve, após a saída de Pombal, uma política que alterou completamente a antiga política pombalina. Todas as forças reprimidas durante o governo do Marquês de Pombal manifestaram-se. Este período de confusão entre revoltas e manifestações teve o nome de *Viradeira*.

- O governo de D. Maria I retomou figuras da aristocracia que tinham sido afastadas por Pombal e iniciou a revisão do «Processo Távora», mas nada concluiu.
- Os primeiros tempos do reinado de D. Maria I foi de efetiva distensão, que corria a par com o balanço crítico do governo pombalino. Ficou também

assinado por uma política de aproximação à Espanha. Foi neste contexto que se realizaram os casamentos cruzados do infante D. João e da infanta D. Maria Vitória e os infantes de Espanha D. Carlota Joaquina e D. Gabriel António.

- O herdeiro do trono era o príncipe D. José que tinha casado com D. Maria Francisca Benedita, sua tia, por ordem de D. José, seu avô.

Uma das marcas do reinado de D. Maria I seria a inexistência de «primeiro-ministro» ou sequer qualquer personagem politicamente dominante de forma continuada.

D. Maria I não gostava de Pombal, mas deu continuidade à política de desenvolvimento intelectual iniciada durante o reinado de D. José e criou vários organismos:

- A Academia Real das Ciências
- A Academia Real da Marinha (que corresponde à Escola Naval)
- A Academia de Guarda – Marinha (para os oficiais da Marinha para serviço da Costa)
- A Academia Real de Fortificações, Artilharia e Desenho (oficiais do exército – atual Academia Militar)
- Biblioteca Pública de Lisboa
- Real Casa Pia – dedicada à Assistência social -. educação e abrigo de crianças pobres e órfãos.

Durante este período difundiam-se pela Europa as ideias liberais. O Liberalismo era uma teoria que defendia o conceito de liberdade individual, a propriedade privada, a igualdade e os direitos individuais. Os ideais liberais espalharam-se rapidamente pela Europa e conseguiram muitos aderentes das classes sociais mais baixas, confrontadas durante séculos com a exploração da família real e da classe da nobreza. Pela Europa, repetiam-se motins e pequenas revoluções.

Em Portugal, para evitar que as ideias liberais invadissem o país, o Marquês de Pombal criara a Real Mesa Censória que fazia a censura dos livros liberais. D. Maria substituiu-a pela Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e a Censura de livros, com a mesma função. Mesmo assim, circulavam muitos folhetos de propaganda liberal.

A Maçonaria defendia as ideias liberais e cada dia se abriam mais lojas maçónicas. ***Liberdade, Igualdade e Fraternidade*** é o lema liberal.

Em 1784 rebenta a Revolução liberal na França – **Revolução Francesa** -.

Até 1807 Portugal tinha conseguido manter a neutralidade quanto ao conflito. Com essa neutralidade Portugal tinha conseguido uma enorme prosperidade comercial. Em 1800 o seu comércio externo *per capita* representava valores superiores aos da Espanha ou do conjunto dos Estados Italianos e alemães.

Em 1807 o imperador francês, Napoleão Bonaparte, decidiu obrigar os dois últimos estados neutrais (Dinamarca e Portugal) a acompanharem a França na guerra contra a Inglaterra. Portugal corria grande perigo pois, qualquer partido que tomasse era mau para ele: se apoiasse a França, corria risco no Brasil, pois a Inglaterra tomaria o Brasil. Se apoiasse a Inglaterra, corria riscos em Portugal, pois a França não perdoaria. A natureza intercontinental da monarquia portuguesa gerava um dilema e obrigava à ambiguidade.

Assim, o governo sujeitou-se ao «plano continental» de Napoleão para evitar a fúria da França, mas, ao mesmo tempo, secretamente procurava alianças com os ingleses para proteger o Brasil. Conseguiu que ambos os países ficassem irritados e em Outubro de 1807 os ingleses enviaram uma esquadra para Lisboa, enquanto que os franceses com o apoio da aliada Espanha, entravam por terra.

A Inglaterra já tinha atacado a capital da Dinamarca e destruído a frota dinamarquesa depois do país ter tomado o partido da França.

A armada inglesa preparava-se para atacar Lisboa se o rei se recusasse a partir imediatamente para o Brasil, como era exigido pelo governo inglês. Em 1783, um ano antes da Revolução Francesa, morrera o príncipe herdeiro, D. José, sem deixar descendência. O sucessor passou a ser o príncipe D. João.

A rainha D. Maria apresentava sintomas evidentes de demência. Em Fevereiro de 1792 o príncipe D. João passou a prover o despacho, ou seja, tornou-se regente de facto, embora só se formalizasse a regência em 1799.

D. JOÃO VI

D. João tinha uma difícil decisão: ir para o Brasil e deixar Portugal em plena invasão do reino pelos franceses, ou manter-se em Portugal e correr o risco de perder o Brasil para os ingleses. Apoiar França ou Inglaterra, que fazer?

Apesar de todos os contras, D. João achou melhor optar por partir para o Brasil, porque acreditava que, nesse momento, Portugal continental não correspondia à melhor parte do reino nem à mais importante. Mais de dois terços das receitas do Estado tinham origem no Brasil. Perder o Brasil seria perder quase tudo. Por outro lado, aliar-se à França trazia o perigo de acreditar em Napoleão que já destruíra muitas monarquias.

Apesar dos perigos, a aliança com Inglaterra era mais urgente.

No dia 29 de Novembro de 1807 a família real e algumas das principais personagens da corte, do Governo, dos tribunais e das Forças Armadas, partiam para o Brasil onde chegaram em Janeiro de 1808.

Ao partir para o Brasil, logo que se evidenciaram as primeiras movimentações dos franceses, o príncipe entregou o governo a um conselho de regência, com a instrução para receberem o exército francês como aliados.

Junot e as tropas francesas da primeira invasão entraram pela Beira Baixa e não encontraram resistência. As tropas chegavam a Lisboa no dia seguinte à partida da família real. No caminho os exércitos franceses roubaram e pilharam casas e igrejas e maltrataram a população.

Quando os exércitos de Junot chegaram a Lisboa, ocuparam logo o governo, trocando a bandeira portuguesa pela francesa. No entanto não aboliram logo o Conselho de regência. Durante 2 meses a situação manteve-se assim.

Os ingleses mantinham a sua esquadra em Lisboa o que dificultava o abastecimento da cidade. Junot comportou-se como um usurpador e proclamou-se governador de Portugal.

Para controlar o país Junot contava com 25 000 soldados franceses e com igual força espanhola. Segundo o tratado de Fontainebleau de 1807, entre a França e a Espanha, o plano era dividir o reino português: o Norte caberia a uma princesa espanhola (a rainha da Etrúria), o Sul seria entregue ao primeiro ministro espanhol (Manuel de Godoy) que se intitulou príncipe do Algarve. O centro, incluindo Lisboa, seria ocupada pelos franceses.

No entanto, pouco tempo depois, Napoleão resolveu acabar com o tratado e ficar com a pretensão de todo o reino para a França.

A 1 de Fevereiro de 1808, Junot anuncia o fim da dinastia de Bragança e os órgãos públicos como os tribunais e os serviços administrativos passariam a efetuar os atos públicos em nome do Imperador Napoleão. O selo do governo em Lisboa passou a ser o mesmo do Império francês. O exército português foi enviado para a frente de guerra francesa, e os que ficaram, foram desarmados.

Entretanto, os Ingleses ocuparam a ilha da Madeira. Para Portugal restavam, apenas, os Açores.

Os comandantes franceses eram todos muito jovens e ambiciosos (Junot tinha apenas 28 anos) e viam estas invasões como uma oportunidade para fazerem fortuna, por isso, roubavam e burlavam constantemente o povo.

Napoleão impõe a Portugal um pesado imposto de guerra. Apesar de Napoleão ter recomendado a Junot que angariasse aliados e simpatias na malha social portuguesa, este comportou-se de forma absolutamente contrária, praticando vários atos de pilhagem muito condenadas pelo povo.

Assim, Junot viu-se obrigado a recorrer a colaboradores entre a grande nobreza que havia sido afastada por Pombal. Declarou-se protetor da igreja portuguesa e tentou alimentar o ódio dos portugueses pelos espanhóis, obrigando estes a devolverem Olivença aos portugueses.

No fim da Primavera de 1808, porém, a situação alterou-se. Os espanhóis revoltaram-se contra os franceses a 2 de Maio e os exércitos espanhóis que estavam com Junot em Lisboa, retiraram-se.

Os portugueses, a exemplo de Espanha, revoltaram-se contra os ocupantes franceses, e em Évora deu-se um grande motim. Junot reagiu com violência tentando impor-se pelo medo e Évora foi vítima de um enorme massacre. 218 pessoas foram mortas em praça pública, entre os quais muitos padres.

Portugal pediu auxílio a Inglaterra e a 1 de Agosto de 1808 desembarcou na foz do rio Mondego um exército inglês, comandado por Wellesley.

Deram-se duas grandes batalhas, Roliça e Vimeiro, ambas a favor das tropas luso-britânicas.

A 30 de Agosto na Convenção de Sintra os franceses concordaram em deixar o reino mas levaram o ouro e toda a riqueza que tinham pilhado.

No final do ano de 1808, Napoleão decidiu ocupar-se pessoalmente da Península Ibérica, mas somente em Março um exército francês comandado pelo general Soult entrou por Chaves e Chegou até ao Porto. Napoleão tivera que ir para a Europa Central.

Os exércitos luso-britânicos, comandados pelo duque de Wellington e pelo grande general Beresford, reuniram-se em Coimbra, no início de Maio, e avançaram para o Porto. Wellington foi pela Beira Litoral até Gaia e Beresford foi pela Beira Alta até ao Norte.

Soult estava cercado e teve que retirar para a Galiza em Maio de 1809.

Foi nesta altura que se deu o famoso desastre das barcas. Centenas de populares, à chegada pelo norte das tropas francesas, tentaram fugir da cidade em direção a Vila Nova de Gaia. Mas a ligação fazia-se por uma frágil ponte feita por barcas amarradas umas às outras, que não resistiram à debandada em massa. Centenas de pessoas morreram afogadas no rio Douro, quando a ponte das barcas ruiu.

Só no ano seguinte de 1810, os franceses voltaram a invadir Portugal com um enorme exército de 65 000 homens comandados por Massena. Entraram pela Beira Alta.

À sua espera estava uma nova força luso-britânica com cerca de 31 000 homens sob o comando do general Wellesley (futuro duque de Wellington). Deu-se uma grande batalha no **Buçaco** onde os franceses são derrotados, mas assim mesmo seguem para Coimbra, afim de seguirem para Lisboa.

Mas os exércitos luso-britânicos tinham organizado uma dupla fortificação – **as linhas de Torres Vedras** que os franceses não conseguiram transpor.

Os exércitos napoleónicos acabaram por retirar em 1811. A guerra ainda durou até 1814.

Entre 1810 e 1811, em Portugal, ambos os exércitos aplicaram a política da «terra queimada», o que fez sofrer muito a população. Como consequência da Guerra, passou a haver uma ascendência da Inglaterra sobre o governo de Portugal.

Wellington deixou sempre claro que Portugal era mais um campo de batalha do que um aliado.

Tal como os franceses, os ingleses exibiram todos os preconceitos possíveis contra os costumes, a religião e as tradições dos portugueses. Não respeitavam o povo, pilhavam e burlavam a população.

D. João VI transformou o Brasil num Estado Autónomo, económica e politicamente. Os brasileiros passaram a poder comercializar diretamente com o estrangeiro, sem passar por Portugal. O Rio era a capital e Portugal a colónia.

A bandeira nacional foi alterada: o escudo, as quinas e os castelos ficaram inscritos numa esfera armilar de ouro (armas do Brasil).

A ideia não era pôr o Brasil a par de Portugal, mas acima fazendo do novo reino uma grande potência, o equivalente meridional dos Estados Unidos da América do Norte. Os interesses do Brasil eram mais importantes que os de Portugal.

Um Estado intercontinental em que a parte americana, em 1808, era aquela que melhor parecia garantir a independência e poder do Estado. Para esta política era fundamental o «sistema de união com a Inglaterra».

Esta união assentou na integração da monarquia portuguesa num espaço de comércio liberalizado.

As mercadorias e os negociantes ingleses passaram a estar sujeitos a impostos de importação e constrangimentos inferiores às de outras nações.

O Tratado fez, em pouco tempo, quadruplicar as exportações da Inglaterra para Portugal. Mas do ponto de vista do Rio, tinha várias vantagens: abria a Inglaterra às exportações brasileiras. O governo do Rio esforçou-se por parecer, aos olhos da Inglaterra, um campeão da liberdade de comércio.

Em Portugal a crise aumentava. A organização militar e política estava sob as ordens do inglês Beresford, que ocupava o lugar por ordem de D. João VI.

Os portugueses estavam desagradados por várias razões:

- A permanência dos ingleses em Lisboa
- As novas ideias liberais que arruinavam os pequenos comércios
- A superioridade do Brasil em relação a Portugal que de reino passou a colônia.

As conspirações começaram com a intenção de afastar os ingleses de Portugal, mas a conspiração foi descoberta e os seus promotores foram enforcados. Beresford, com o seu sistema de rotação de regimentos e novos métodos de treino e manobra, fez do exército português um corpo verdadeiramente profissional e nacional.

Em 1822 o Brasil declarou a sua Independência de Portugal.